



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 192.4.55.O

DATA: 08/08/18

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Não Deliberativa de
Debates - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h00min

TÉRMINO: 18h37min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
15:48	GE	PAES LANDIM

Obs.:

Ata da 192ª Sessão, em 08 de agosto de 2018

Presidência dos Srs.:

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 432 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Senhoras e senhores, dando início aos nossos trabalhos, passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar, pelo tempo de 1 minuto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Para reiterar o que já comentamos, desde a semana passada, que é crime contra o futuro do Brasil, é agressão ao seu presente, do ponto de vista da educação, da ciência e tecnologia, cortar recursos da CAPES, das bolsas de estudo. Por mais que o MEC tenha dito que na verdade esse corte não será tão intenso, ele se inscreve numa postura reiterada do Governo Temer de não valorizar a educação, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Teremos a vinda do Ministro da Educação na semana que vem para audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia e fizemos, nós do PSOL,



requerimento de informações alentado indagando sobre toda a situação das bolsas do CAPES. Fica aqui o convite.

E peço que seja dado como lido pronunciamento de minha autoria a respeito dessa grave situação.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - V.Exa. será atendido, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos (as) os (as) que assistem a esta sessão ou nela trabalham, mais uma violência do Governo ilegítimo de Temer contra a soberania nacional e o desenvolvimento da educação, da ciência, da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico do Brasil: são previstos cortes no orçamento para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, vinculada ao Ministério da Educação, em 2019.

O orçamento anual da CAPES já vem sofrendo cortes significativos desde 2016, enfraquecendo o desenvolvimento de pesquisas e a qualificação de profissionais brasileiros. Em 2016 houve um corte de 16% em relação a 2015. Em 2017 a situação foi agravada com um corte de 33% em relação a 2015, chegando a uma situação dramática de redução de 47% em 2018. A previsão de uma compressão ainda maior do orçamento da agência acarretará sua inviabilidade de funcionamento e de promoção da ciência.

Se pensarmos em termos reais (corrigindo os valores pela inflação), os dados são ainda mais chocantes. Para ter um orçamento real igual a 2015, a CAPES deveria ter uma dotação de pouco mais de R\$ 9,2 bilhões. Hoje ele é de R\$ 3,9, isto é, 43% do patamar de 3 anos atrás. Comprimir ainda mais esses recursos é



criminoso. Caminha-se para a privatização dos sistemas de educação e de pesquisa científica.

De acordo com o ofício encaminhado pelo Conselho Superior da CAPES ao MEC, a redução proposta em relação ao orçamento de 2018 inviabilizaria o custo mínimo anual dos programas de fomento da agência. As principais consequências destacadas são:

Suspensão de pagamento de todas as bolsas de mestrado e doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores, e paralisando as atividades de pesquisa no País.

Suspensão de pagamento de 105 mil bolsistas a partir de agosto de 2019, interrompendo o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Interrupção do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) a partir de agosto de 2019, afetando mais de 245 mil beneficiados.

Prejuízo à continuidade de quase todos os programas de fomento da CAPES destinado ao exterior.

Esse corte no orçamento da CAPES é parte integrante e um amplo projeto de mercantilização da educação. Assim, Temer entra para a história como assassino da educação, ensino e pesquisa! Governo promotor do atraso e da dependência! Governo inimigo da ciência, tecnologia, futuro das novas gerações! Quem o ajudou a chegar ao poder é cúmplice dessa devastação! Para o Governo postiço de Temer e seus assecclas, CAPES é: Castração, Atraso, Paralisia, Entreguismo e Subordinação! Não aos cortes criminosos, que acabarão com ensino e pesquisa no País!



O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovado pela Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar, previu, em seu art. 22, que o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 deveria destinar pelo menos o mesmo montante de 2018, corrigido pela inflação, para o Ministério da Educação. Buscou-se preservar, pois, o já precarizado orçamento destinado ao custeio das ações de educação. Não obstante tal previsão da LDO, muitas dessas despesas poderão ser contingenciadas por possuírem natureza discricionária, para que o Governo cumpra o Teto de Gastos e a meta fiscal. É o que sinalizou o MEC para a CAPES esta semana, agravando a crise já instalada na instituição e que se reproduz em todas as instituições públicas de ensino.

Diante da reação popular, o Ministério da Educação voltou atrás e afirma, em nota do último dia 3, que não haverá suspensão do pagamento das bolsas da CAPES. Nossa bancada apresentou requerimento de audiência pública nas Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia para que os Ministros da Educação e do Planejamento prestem esclarecimentos sobre esse grave episódio.

É importante lembrar que o PSOL já conseguiu barrar, por meio de ação popular, outro absurdo cometido pelo Governo de Temer, a Portaria nº 75, de 2018, em que remanejava mais de R\$ 200 milhões de recursos das áreas de saúde, política para mulheres, reforma agrária e investimentos públicos para ações de comunicação da Presidência da República. O valor era 88 vezes maior que o gasto até a edição do ato, destacando que esse aumento exorbitante da verba para a comunicação ocorreria em ano eleitoral, o que poderia vir a beneficiar os candidatos do atual Governo.

Agradeço a atenção.



O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer quatro registros importantes.

O primeiro é a Marcha Nacional Lula Livre, que começa no dia 10 e vai até o dia 15 de agosto, aqui em Brasília, e vai acompanhar o registro da candidatura do Presidente Lula à Presidência do Brasil.

O segundo é o Acampamento Nacional da Juventude, que começa no dia de hoje aqui em Brasília. São 500 jovens sem terra representando a juventude sem terra de 11 Estados.

O terceiro é a greve de fome que sete militantes de diversos movimentos estão fazendo e que começou no último dia 31.

E o quarto, Sr. Presidente, é o dia 10, que vai ser o Dia do Basta, contra o desemprego e contra a retirada de direitos do povo brasileiro. As diversas centrais sindicais, juntamente com a Frente Brasil Popular e Povo sem Medo, vão estar fazendo esses atos em todo o Brasil.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante os dias 10 a 15 de agosto, o povo brasileiro marcha até Brasília em luta contra o golpe de 2016 e a consequente retirada de direitos do povo brasileiro. Trata-se de um processo que combina organização interna, estudo/formação e relação permanente com a sociedade.

A Marcha Nacional Lula Livre é uma tarefa histórica que cabe ao conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade. Por isso, chegaremos todos no dia 15 de



agosto e nos encontraremos já em Brasília, onde nos juntaremos com diversos militantes sociais para registrar a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

A marcha é composta por três colunas. Somos mais de 5 mil pessoas, percorrendo cerca de 50 km até Brasília. A marcha em si se dará todos os dias durante o turno da manhã. Durante as tardes e as noites, os marchantes participarão de atividades de formação política, diálogos com comunidades locais e ações de caráter cultural. Toda estrutura de cozinha e higiene pessoal é organizado pelos próprios marchantes.

O auge da marcha é o próprio dia 15, quando juntos vamos protocolar a candidatura de Lula à presidência da República. Enquanto setores do judiciário, da mídia e até mesmo da classe política tentam limar o povo das eleições, nossa resposta será nas ruas, em um grande ato político.

Lula é inocente! Sua prisão só existe para inviabilizar sua candidatura e eleição como presidente. Sua candidatura agrega as bandeiras históricas da classe trabalhadora por um projeto de país com direitos sociais, como moradia, trabalho, saúde, educação e Reforma Agrária.

Nossa democracia é ainda muito frágil e a mídia fica o tempo todo repetindo que democracia tem a ver com o funcionamento das instituições. Mentira! Democracia é o povo no poder, através da participação e da representação de seus interesses. Se querem enfrentar Lula, que seja nas urnas! Uma eleição sem Lula ter o direito de participação, será uma grande fraude! A restauração da democracia brasileira e as mudanças necessárias para a construção de um país mais justo e



soberano é a tarefa principal de todos os setores democráticos, lugar onde estamos incluídos.

Lula é o símbolo da luta do povo! Ele é maior do que o PT e de sua própria figura como pessoa. Virou o símbolo de unidade de toda classe trabalhadora e isso está para além da natureza do seus governos e de suas atitudes mais imediatas. Por isso é que apoiar Lula hoje é defender que a classe trabalhadora esteja no governo. É muito maior que as diferenças partidárias da esquerda brasileira. Lula é o símbolo da classe trabalhadora!

Mas a marcha também traz bandeiras de luta: denunciemos o desemprego de cerca de 15 milhões de trabalhadoras e trabalhadores adultos. Denunciamos ainda a precarização do trabalho, que deixou 23 milhões de pessoas sem direitos, pois a reforma trabalhista tira todos os direitos. Denunciamos a violência que assola o povo brasileiro, a exemplo da Intervenção Militar no Rio De Janeiro. A intervenção bilionária de Temer se mantém através de doação de armas feitas pela iniciativa privada, fora o aumento da violência no estado. De fevereiro a maio, houve 444 mortes por policiais e 39 agentes morreram no RJ. O número de tiroteios teve um aumento expressivo passando de 2355 nos quatro meses pré-intervenção para 3210 nos últimos quatro meses. Há mais de 100 dias a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Santos foram barbaramente assassinados, sem que tenhamos uma resposta para o caso.

Denunciamos ainda a completa paralisação da reforma agrária no país. Nenhuma área foi destinada à reforma agrária desde o início do governo golpista de Temer. Além disso, a violência no campo - com a morte de trabalhadores e



trabalhadoras - aumentou de forma recorde, fruto da aliança entre o golpismo e os ruralistas.

Há o esforço governamental em enganar o povo brasileiro, ao apresentar resultados ao Programa Nacional de Reforma Agrária que não correspondem a processos de democratização da terra concentrada, mas sim à distribuição de títulos. Inclusive, títulos de assentamentos criados em governos anteriores.

Conforme o próprio MST, não é novidade para ninguém que reforma agrária é distribuição de terras, democratização do que antes era concentrado nas mãos de poucos, mas atender a uma maioria Sem Terra que quer trabalhar. Reduzir a reforma agrária à distribuição de títulos só revela o total desconhecimento da realidade no campo por parte de um governo que não foi eleito pelo povo brasileiro.

Resultado da falta de políticas para a reforma agrária é a absurda concentração de terras no Brasil. Análises preliminares do censo agropecuário de 2017 mostram o aumento da concentração fundiária. As propriedades rurais com até 50 hectares representam 81,3% do total de estabelecimentos agropecuários, ou seja, mais de 4,1 milhões de propriedades rurais. Juntas, elas somam 44,8 milhões hectares, o que equivale a 12,8% do total da área rural produtiva do país. Por outro lado, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares que correspondem a apenas 0,04% das propriedades rurais do país, ocupam 51,8 milhões de hectares, ou 14,8% da área produtiva do campo brasileiro.

Não menos importante é o número expressivo de mortes no campo. No ano de 2017, foram contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra 70 assassinatos. Um aumento de 15% em relação ao número de 2016. Não há dúvidas de que esse



recorde de assassinatos está ligado com a impunidade no campo e a aliança entre o governo golpista e ruralistas.

Como se não bastasse, os ruralistas querem maior rapidez na aprovação para uso e comercialização de agrotóxicos já proibidos aqui e em diversos países, e aqueles em fase de análise. Querem aprovar o PL 6299/02, que pretende acabar com a Lei de Agrotóxicos e criar a Lei de Defensivos Fitossanitários, além da terceirização dos agentes inspetores sanitários do órgão e alívio nas restrições mantidas no Código Florestal. Defendemos a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), atualmente em debate na Câmara dos Deputados.

Estarei junto nesta luta. Eu mesmo já fui um marchante, em 2005, militante do MST, negro. Eu mesmo entreguei ao então presidente Lula nossos materiais, nossa proposta de reforma agrária. Marchar é preciso! Marchar é fundamental! Como já diz a letra da música, “a ordem é ninguém passar fome

Progresso é o povo feliz!”.

Viva a Marcha Nacional Lula Livre!

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na *Voz do Brasil* e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de hoje até o início da Marcha Nacional Lula Livre, acontece o Acampamento Nacional da Juventude Sem Terra, após 13 anos da última marcha e da fundação do coletivo de jovens do MST.



Com o lema "Juventude Sem Terra: organizando a rebeldia pro projeto popular", o objetivo do Acampamento é inserir uma nova geração do movimento na conjuntura política, trazendo o debate da reforma agrária popular.

O espaço reúne 500 jovens de 11 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, Paraná e Pará. Hoje, a juventude camponesa realiza ato em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato às eleições presidenciais em 2018.

De acordo com Paulo Henrique Campos, do Coletivo de Juventude do MST, o ato reafirma a unidade da juventude camponesa na defesa do Brasil e na construção de um projeto popular para o país. Segundo Campos, o MST pretende “reforçar que a construção de um programa unitário de lutas, pautas, formação política para a juventude camponesa. Ele ainda completou! “Também temos o compromisso de reafirmar nossa defesa da candidatura do companheiro Lula, defendendo que o avanço nas várias políticas públicas para a juventude que vive no campo foi em detrimento desse período de avanço que vivemos nos últimos anos, com acesso à universidade e de diminuição do êxodo rural”

O Acampamento além de pautar os desafios da juventude na luta pela Reforma Agrária Popular, deve construir uma série de ações que vai percorrer as três colunas da Marcha Lula Livre, que inicia no próximo dia 10, rumo à Brasília.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na *Voz do Brasil* e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais de uma semana, sete militantes de



movimentos sociais do Brasil estão em greve de fome. São eles: Vilmar Pacífico, Zonália Santos, Jaime Amorim (do MST), Rafaela Alves e Frei Sérgio Görden (do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA), Luiz Gonzaga, o Gegê (da Central dos Movimentos Populares – CMP) e Leonardo Armando (do Levante Popular da Juventude)

A greve foi decretada no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 31 de agosto, após protocolarem um Manifesto. Após protocolarem o documento, os manifestantes chegaram a ser agredidos pela polícia do judiciário enquanto respondiam à imprensa sobre os motivos e objetivos da Greve de Fome.

Os grevistas apelam aos Ministros do Supremo Luiz Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Alexandre de Moraes para que respeitem a Constituição, garantam o retorno à normalidade democrática, anulem a condenação sem crime do presidente Lula, reponham o direito à presunção de inocência e o direito do povo de escolher seu presidente de forma livre e democrática. São eles também responsáveis caso algo grave aconteça aos que estão em greve de fome.

Hoje, os grevistas foram irão até o Supremo Tribunal Federal e protocolaram onze pedidos de audiências, destinados a todos os ministros da corte. O STF é o lugar onde a liberdade do ex-presidente Lula pode ser debatida e deliberada imediatamente, ao colocarem na pauta o julgamento das ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) 43 e 44, que questionam a prisão em segunda instância.

Na segunda-feira (06) um ato político celebrou o encontro dos grevistas de fome com a Caravana Semiárido contra a Fome, que percorreu mais de 4 mil quilômetros cruzando o país e dialogando sobre a urgência de uma política de



combate à pobreza e à fome. A Caravana culmina em Brasília e passou pela greve de fome para homenagear os lutadores em seu ato extremo.

Ninguém duvida que se trata de um ato que preocupa. É extremo, que incorre a sérios riscos. Greve de fome é um protesto máximo e nunca deve ser tratado, como já fizeram alguns meios de comunicação, como algo menor. Pelo contrário, é justamente a situação de penúria do povo brasileiro que levou a esses militantes a se colocarem a uma greve de fome, a passar pelas limitações de uma greve de fome.

O que temos que avaliar é justamente até que ponto as instituições políticas brasileiras continuarão a vender uma falsa ideia de normalidade democrática. O golpe de 2016 tem que ser tratado com preocupação e repúdio. As consequências estão com o aumento das desigualdades, a volta da fome e da pobreza extrema.

Eis o manifesto na íntegra

MANIFESTO DA GREVE DE FOME

BRASÍLIA – DF, 31 DE JULHO DE 2018

Nós, militantes dos movimentos populares do campo e da cidade, ingressamos conscientemente na “Greve de Fome por Justiça no STF”, iniciada no dia 31 de Julho de 2018 em Brasília, por tempo indeterminado. Nossa opção por esse gesto extremo de luta decorre da situação extrema na qual se encontra nossa Nação, com a fome e as epidemias retornando e o desemprego desgraçando a vida de nosso povo.

O que motiva nossa decisão é a dor e o sofrimento dos brasileiros e brasileiras. Nossa determinação nasce também pelo fato de que o Poder Judiciário viola a



Constituição e impede o povo de escolher pelo voto, soberanamente, o seu Presidente e o futuro do país. Nosso gesto quer denunciar, defender e apelar.

1. Denunciamos a volta da fome, o sofrimento e o abandono dos mais pobres, sobretudo as pessoas em situação de rua, das periferias, os negros, indígenas, camponeses, sem terra, assentados, quilombolas e desempregados;

2. Denunciamos o aumento da violência que ataca, sobretudo, mulheres, jovens, negros e LGBTs;

3. Denunciamos a situação dos doentes, da saúde pública, das pessoas com deficiência, a volta das epidemias e da mortalidade de crianças;

4. Denunciamos os ataques à educação pública, que deixam a juventude sem perspectiva de vida;

5. Denunciamos a volta da carestia, o aumento do preço do gás, da comida e dos combustíveis;

6. Denunciamos as tentativas de aniquilamento da soberania nacional, através da entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro: Amazônia, terra, petróleo, energia, biodiversidade, água, minérios e empresas públicas essenciais à geração de emprego e ao bem estar do povo;

7. Nos indignamos e não aceitamos o sacrifício anunciado de duas gerações: as crianças e os jovens;

8. Defendemos o direito do povo escolher livremente, pelo voto, seu próprio destino, elegendo à Presidência o candidato de sua preferência;

9. Defendemos a volta da plenitude da democracia e a vigência integral dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal, hoje negada e pisoteada.



10. Apelamos ao Supremo Tribunal Federal pelo fim das condenações sem crime, das prisões ilegais sem amparo na Constituição e pela libertação imediata do Presidente Lula, para que possa ser votado pelo povo brasileiro.

A situação de desespero do povo tem muitas causas. Neste momento, entretanto, os agentes diretos pelo massacre, pela a injustiça e pela destruição da Constituição, têm nome e sobrenome: são donos da rede globo e estão nos tribunais em Curitiba e Porto Alegre. São responsáveis pelo que acontecer com qualquer dos Grevistas de Fome.

Apelamos aos Ministros do Supremo Luiz Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Alexandre de Moraes para que respeitem a Constituição, garantam o retorno à normalidade democrática, anulem a condenação sem crime do presidente Lula, reponham o direito à presunção de inocência e o direito do povo de escolher seu presidente de forma livre e democrática. São eles também responsáveis caso algo grave aconteça aos que estão em greve de fome.

Afirmamos que nossa greve de fome é uma escolha livre e consciente para evitar que nosso povo volte a passar fome por imposição.

Tomamos a decisão de iniciar esta Greve de Fome e colocamos as decisões dos Ministros do Supremo Tribunal Federal como condicionantes para seu encerramento, atendendo aos clamores da maioria do povo brasileiro.

Acreditamos no povo brasileiro, nas possibilidades de nossa Nação e temos a firme esperança de que vamos superar este momento grave de nossa história para inaugurar uma nova fase de justiça e fraternidade na vida das brasileiras e dos brasileiros.



Senhor/a Presidente/a, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na Voz do Brasil e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 10 de agosto, as Centrais Sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, promoverão o “dia do basta”. Será um grande protesto contra o desemprego pelo respeito aos direitos conquistados em décadas de mobilização, centrais sindicais e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Trabalhadores realizarão paralisações, atrasos de turnos e atos de protesto em locais de trabalho e nas ruas.

Os Trabalhadores querem revogação da "reforma" trabalhista, restabelecimento da democracia e respeito ao direito de Lula se candidatar

De acordo com CUT, os protestos devem focar também na DEFESA para a saída da crise em que o país se encontra: “liberdade e direito de LULA concorrer às eleições como candidato à Presidência, com o compromisso de revogar as medidas nefastas do governo golpista e convocar Assembleia Constituinte para fazer as reformas necessárias ao fortalecimento da democracia, à retomada do crescimento, à geração de emprego de qualidade e à promoção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável”.

Ainda segundo dados divulgados pela CUT, o que não falta é motivo para se realizar o dia de paralisação: a taxa de desocupação praticamente dobrou desde o final de 2014. O país possuía 6,5 milhões de desocupados no final de 2014 e registrou, em maio de 2018, 13.2 milhões de desocupados (taxa de desocupação de 12,7%).



Além disso, a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas – menos de 40 horas semanais - e os que estão no desalento) subiu para 24,7%, o que representa 27,7 milhões de pessoas. Essa é a maior taxa de subutilização na série histórica da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)

Como se não bastasse, o tempo gasto pelo/a trabalhador/a para conseguir uma nova colocação dobrou: passou de 23 semanas em março de 2014 para 47 semanas em março de 2018.

O aumento do gás de cozinha e dos combustíveis também é pauta do Dia do Basta. Segundo a CUT, desde a implementação da nova política de preços da Petrobrás no governo Temer, os preços de seus principais produtos têm sido aumentados muito acima da inflação. A gasolina aumentou em mais de 31%, o etanol em 22,6%, o diesel 14.3%, o botijão de gás 17,2% durante o governo Temer.

Considerando apenas o período a partir julho de 2017, o preço da gasolina subiu 50,04% e do diesel 52.15%, 25 vezes a inflação que foi em média de 2% neste período.

Não menos importante, a energia elétrica subiu 18,8% em 12 meses terminados de julho/2017 a junho/2018 e a inflação acumulada no governo Temer é de 8,73%.

Por isso é fundamental que todos procurem a programação das suas cidades. O que não podemos deixar é que os golpistas afudem de vez o país!

Senhor/a Presidente/a, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na Voz do Brasil e demais veículos da casa.

Obrigado!



Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na *Voz do Brasil* e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul, que vai apresentar o Prefeito da grande Guaporé, cidade do Rio Grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho a honra de ter aqui ao meu lado o Prefeito Valdir Fabris, da nossa querida Guaporé, da região serrana do Rio Grande do Sul, que vem a Brasília por suas demandas, com muitos projetos, muitos encaminhamentos, em busca de recursos. Ele é um prefeito gestor, empreendedor, e de maneira impressionante gerou a lista de espera nas creches do seu Município.

Lá não há criança fora da creche.

Prefeito Valdir, nós te agradecemos e te homenageamos. Parece o nosso Brizolla velho dos Pampas, porque o Brizolla é que era muito focado na questão da educação dos nossos jovens.

Ele é um Prefeito que está fazendo obras, vai fazer o ginásio de esportes, que vai ser a marca de Guaporé, vai fazer asfalto, enfim, há tantas coisas boas que o Prefeito está fazendo. Nós estamos na parceria.

Também há a 17ª Mostra Guaporé, com agricultura semijoias, lingerie, aliás, semijoias é uma marca de Guaporé.

Parabéns, Prefeito Valdir Fabris. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado ao Deputado Pompeo de Mattos, obrigado ao Prefeito Valdir pela visita.



O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado João Daniel, do Partido dos Trabalhadores de Sergipe.

V.Exa. dispõe de 1 minuto para dar como lido o seu discurso.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria que meu pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios que ontem nós acompanhamos, junto com a nossa Presidenta Nacional do PT Gleisi Hoffmann, o protocolo dos sete companheiros e companheiras em greve de fome, pedindo audiência os onze Ministros e Ministras do STF para o julgamento urgente da libertação do Presidente Lula e para dar os direitos políticos de o Presidente Lula concorrer às eleições.

Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente! O povo brasileiro precisa que seja feita a justiça, por isso, quero que o meu pronunciamento seja lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado João Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Zé Silva.

Colegas Deputados, estimado povo brasileiro, volta e meia a grande mídia fala que tem candidato ao Palácio do Planalto declarando que vai privatizar instituições públicas entre as quais a Caixa Econômica Federal.

Eu trago aqui inclusive o livro que conta os 157 anos da história desse banco público, desse banco do povo, desse banco que desenvolve o País, desse banco que tem um cunho social enorme e que, portanto, quero manifestar desde já aqui o



meu desejo, a minha vontade, o meu empenho de trabalhar para que ele continue público e atendendo os brasileiros e as brasileiras, não só quem faz casa, mas também todos os demais programas.

Portanto, parabéns aos servidores, aos colaboradores, aos empregados da Caixa Econômica.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Aproveitando o Deputado Heitor Schuch, que é do Rio Grande do Sul, Deputado Bohn Gass, Deputado Alceu Moreira, esta semana o Delegado do Desenvolvimento Agrário do seu Estado está conhecendo nas montanhas de Minas, na Serra da Canastra, o trabalho dos queijos artesanais, Queijo Canastra, Queijo do Serro, levando a experiência mineira e trazendo também a experiência do Rio Grande do Sul na área dos queijos serranos.

Então, levem o meu abraço a todos os agricultores familiares que fazem dessa atividade do queijo artesanal, uma atividade importante da agricultura familiar.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.). Senhor Presidente, senhoras e Senhores Deputados (as), público que nos acompanha através dos meios de comunicação desta casa.

Volta e meia, a mídia noticia que tem candidato ao Planalto declarando que privatizarão instituições públicas, dentre elas, a Caixa Econômica Federal.

Ou eles desconhecem ou são indiferentes à história da Caixa.

Cumpré dizer-lhes que a Caixa tem 157 anos de relevantes serviços prestados ao povo brasileiro, atuando como Banco Social. A Caixa, ao longo de sua



existência, tem se constituído em trunfo a todos os governos na implementação de programas sociais com resultados expressivos.

Oportuno falar dos seus empregados, os quais são partícipes da bela história da Caixa.

Hoje a categoria vivencia o dilema de perdas salariais progressivas advindas do equacionamento financeiro da FUNCEF.

Por favor! Senhores candidatos ao planalto! Sugiro-lhes conhecer a história da Caixa

Senhor Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Lobbe Neto, de São Paulo, para fazer seu pronunciamento.

Em seguida, passo a palavra para o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará, para dar como lido seu pronunciamento.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, rapidamente, aproveitando a oportunidade de falar, quero saudar a cidade de Pirassununga, no interior do Estado de São Paulo, próxima à região central de São Paulo, através de seu Prefeito, Ademir Lindo; da Câmara de Vereadores, através do Vereador Jeferson Ricardo do Couto e todas as autoridades, todos os Vereadores e principalmente a população de Pirassununga.

Pirassununga fez aniversário de 195 anos de emancipação política. Então, estamos aqui trazendo um abraço a todos os nossos amigos pirassununguenses.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado ao Deputado Lobbe Neto, de São Paulo.



O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Em seguida, passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, lá de Santa Catarina, para apresentar as visitantes nesta Casa, nesta tarde.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita alegria, acolhemos a Prefeita da cidade de São Domingos, Eliéze Comachio, e a Andressa Lorenzon, consultora técnica que assessora a Prefeita naquela extraordinária cidade, que já foi governada pelo nosso amigo Kiko, durante 8 anos, e elegeu a sucessora junto com essa equipe.

São Domingos é uma referência em qualidade de vida e desenvolvimento de um Município no interior deste País.

Então, Andressa, Eliéze, bem-vindas ao Parlamento brasileiro, bem-vindas à Casa que decide muitas coisas que vocês vivenciam lá. Nós temos um sonho, Prefeita. Quem sabe ainda este ano nós poderemos votar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para destinar para os Municípios brasileiros 6 bilhões de reais que hoje estão concentrados em algumas agências financeiras.

Então, a luta municipalista tem demonstrado aqui um espaço que está sendo acolhido por muitos Deputados. Este ano nós vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai. Obrigado pela visita.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Em seguida, passo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, além de o povo paraense estar sofrendo porque nós perdemos atualmente mais de 4 bilhões por ano com a chamada Lei Kandir, aquela que não permite que os produtos



de exportação paguem ICMS aos Governos dos Estados, como o Pará tem 84% da sua economia baseada no minério, nós chegamos a essa margem de mais de 4 bilhões por ano. Se não bastasse isso, os cortes de verbas prejudicam o Pará; as obras estão todas paradas; o petróleo já é caro; a energia já é cara, e, agora está sendo anunciado mais 11% no preço da energia no Pará.

Portanto, nós vamos fazer esse debate na campanha eleitoral que se inicia no dia 15 de agosto. Eu como pré-candidato — serei candidato a Senador — vou travar esse debate nas redes sociais, no rádio e na televisão. E quero ver como esses Senadores do Pará que apoiam esse Governo, e esses Deputados, vão fazer campanha falando em ajudar o povo do Pará, se eles ficam quietinhos aqui em Brasília. Não vão mais para as tribunas falar. Corta-se a verba da educação, saúde, segurança, sobe energia, sobe petróleo. Estão todos calados. Vamos fazer esse debate a partir do dia 15 com o povo do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Em seguida, passo a palavra, para usar o tempo de Líder do Bloco Parlamentar PTB/PROS, ao Sr. Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro.

V.Exa. dispõe de 5 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar o aniversário de Paracambi, Município querido da Baixada Fluminense, que completa hoje 58 anos de criação.

Gostaria de mandar o nosso abraço, a nossa solidariedade, e de dizer que nós vamos continuar sempre trabalhando por aquela região.



Tivemos a oportunidade de empenhar, na semana passada, 400 mil reais para a área da saúde, o que, com certeza, muito vai ajudar ao ser investido nesta área de muita demanda.

Gostaria de dizer também que, nesta semana, tivemos a oportunidade de comemorar os 12 anos da Lei Maria da Penha. Sabemos que muito avançamos em relação à legislação, mas muito ainda temos que avançar.

Sabemos que a grande maioria dessas mulheres hoje vítimas em todo o Brasil são violentadas principalmente pelos seus parceiros, dentro dos seus lares.

Nós temos projetos também no sentido de viabilizar, melhorar e aumentar o número de delegacias onde essas mulheres possam fazer esta denúncia, que deveriam receber mulheres também policiais para essas ocorrências. Este é um projeto de nossa iniciativa. Sabemos que isso muito vai colaborar para combatermos este mal ainda na nossa sociedade.

Quero dizer que nós do PROS estamos muito organizados. Tivemos a nossa convenção no Estado do Rio de Janeiro, assim como em outros Estados do Brasil. Estamos muito bem organizados em todos os Estados do Brasil e também aqui no Distrito Federal, com a nossa gloriosa Eliane Pedrosa liderando as pesquisas.

Conseguimos fazer o que a sociedade brasileira espera de um partido político, que é colocar novos nomes, novas pautas em discussão. Com certeza, é através de organização, através de planejamento, mas, mais do que isso, é através do povo, de pessoas, que vamos conseguir construir e mudar nossos Municípios, nossos Estados, enfim, o nosso Brasil.

Não podemos ficar somente reclamando, falando que o Brasil não está no caminho certo, e não fazer o nosso dever de casa. Nós conseguimos, através de um



grande planejamento do nosso Presidente Nacional, Euripedes, da Fundação da Ordem Social, de todos os Deputados Federais — que são 11 nesta Casa, que, com muito trabalho, muita determinação, se encontram nesta semana apresentando pautas que venham sensibilizar não somente as pautas presidenciais mas também de as suma importância para os Estados e Municípios de todo o Brasil.

Estamos satisfeitos. Teremos dois meses de um cronograma de muito trabalho, em que vamos, com a nossa consciência tranquila, conversar com a população, olhar no olho de cada um dos brasileiros, em todas as áreas do Brasil, e dizer que o que nós queremos é o que o povo brasileiro quer: é avançar, trabalhar para combater realmente o que está acontecendo de negativo em nosso Brasil, combater a corrupção, apresentar propostas que tenham viabilidade, para que se concretizem.

Nós temos sonhos. Acreditamos nesse Brasil. E acreditamos que, para que esses sonhos venham a se transformar em realidade, precisamos arregaçar as nossas mangas, olhar no olho do cidadão e pedir também que eles venham, através do nosso projeto, mudar e passar essa página negativa.

Precisamos sim colocar o Brasil, este povo trabalhador, novamente como prioridade, e voltarmos a ter orgulho de ser brasileiro.

Com certeza, serão dois meses de muita maturidade, de muita consciência, mas também, de nossa parte, de apresentação de propostas. Tivemos oportunidade de colocar nesta eleição quadros novos com uma perspectiva e um olhar diferenciado: jovens, mulheres, negros, pessoas com deficiência. Tentamos agregar toda a realidade, o que significa o povo brasileiro, para fazer desta eleição, que para muitos é difícil e complicada, uma eleição grandiosa.



E a sociedade que nós buscamos, através da nossa motivação, dos nossos sonhos, irá se concretizar com a nossa vontade, com um olhar para o próximo, com novas ideias e com a crença de que o futuro do Brasil está em nossas mãos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Felipe Bornier. Parabéns pelo seu pronunciamento!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 7 de gosto de 2018. São 12 anos da Lei Maria da Penha. É incrível como essa Lei marcou historicamente o Judiciário brasileiro!

Hoje, são mais de 1 milhão de processos e mais de 300 mil vidas salvas. Avançamos muito no combate à violência doméstica e sexual contra a mulher. Mas, vejam que as estatísticas ainda não são muito assustadoras pela falta do cumprimento efetivo da lei. Falta um comprometimento maior do sistema judiciário, dos diversos governos, da população em geral. Mas nós precisamos insistir., persistir na defesa da mulher, na defesa da sociedade.

Hoje, no Rio de Janeiro, foram cumpridos 50 mandados de prisão contra agressores. No ano passado, foram 68 casos de feminicídio no Estado do Rio, sem falar nos números de ameaças, lesões corporais e assédios que continuam em um patamar alarmante.

Tenho a consciência de que nós não podemos deixar que as mulheres e meninas sejam submetidas à violência nem psicológica, nem sexual, nem física.



Eu comemoro a existência da lei que já ajudou milhares de mulheres, mas deixo o apelo aos poderes e ao governo, porque precisamos de mais leis e ações para evitar a morte de tantas outras Tatianes, Marias, de tantas mulheres que podemos citar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Floriano, que irá apresentar um conterrâneo nosso lá do Pontal do Triângulo Mineiro — eu vou deixar o Deputado apresentá-lo —, Prefeito de uma cidade extremamente importante especialmente na pecuária.

Com a palavra o Deputado Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao nobre Deputado que está na tribuna a cessão do tempo. Quero só registrar a presença do nosso Prefeito Dilador Borges, de Araçatuba, uma cidade com mais de 200 mil habitantes, uma das mais importantes do Estado de São Paulo. O Dilador é um Prefeito de primeiro mandato, mas já vem fazendo um mandato extraordinário. Além de apresentar programas e projetos sociais, vem equilibrando as contas da cidade.

Então, deixo consignada nos Anais desta Casa a nossa alegria em receber o Dilador Borges, que foi Deputado Estadual no nosso Estado de São Paulo e hoje é Prefeito da belíssima cidade de Araçatuba.

Obrigado pela presença, Prefeito Dilador! Obrigado, Presidente! Obrigado, orador da tribuna!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Floriano. Eu também quero cumprimentar o Prefeito Dilador, nosso conterrâneo.



Parabéns pelo belíssimo trabalho! A família Borges fica engrandecida de cedê-lo para o Estado de São Paulo para fazer essa bela gestão.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é visível o desencanto dos jovens brasileiros com a política. Isso é em função do alto índice de desemprego no nosso País, da falta de oportunidades para os jovens e dos profundos cortes de recursos para educação e pesquisa.

Urge que este Congresso, junto com o Governo e com as instituições, busque alternativas de geração de trabalho para a nossa juventude, busque oportunidades de ingresso do jovem nas universidades públicas federais. Mas é preciso que, ao sair, os jovens tenham a oportunidade de trabalhar através do mérito do concurso.

Pela omissão deste Parlamento e pelo desgoverno que aí está instalado, criou-se esse desencanto, que será nefasto para democracia. Nesta próxima eleição, sem dúvida, teremos um alto índice de abstenção em função da crise institucional, da crise econômica, da crise política que vivenciamos no nosso País na atualidade.

É isso, Sr. Presidente. Peço que o meu pronunciamento seja divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Angelim.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dia 15 de agosto nós estaremos registrando Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso candidato. E no seu programa está algo fundamental para o País: revogar a reforma trabalhista.



Desde que o Temer e os golpistas votaram a reforma trabalhista, o brasileiro entrou em desgraça. Temer pagou caro à mídia para mentir para o povo brasileiro, dizendo que a economia ia crescer, mas ela não está crescendo; que haveria estabilidade jurídica, mas 117 artigos foram roubados da Constituição; e que o emprego cresceria, mas o desemprego é que está crescendo por causa dessa política e dessa reforma.

Nós votamos contra, porque queremos emprego para o povo brasileiro, desenvolvimento, crescimento e estabilidade.

Com esses golpistas, a carteira de trabalho vai virar peça de museu. Não haverá mais carteira de trabalho. O trabalho será precarizado.

Por isso, Lula e o programa de revogação da reforma trabalhista!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Concedo 1 minuto ao Deputado Fábio Trad, do PSD do Mato Grosso do Sul.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os membros da Magistratura e os representantes do Ministério Público têm direito ao porte de arma. E os advogados?!

O advogado e professor universitário Alfredo Scaff Filho está nesta Casa para subsidiar tecnicamente o meu mandado com números e, sobretudo, argumentos técnicos que legitimam a proposição que autoriza o porte de arma para os advogados.

Sr. Presidente, eu peço que seja registrada nos Anais da Casa a presença do advogado Alfredo Scaff Filho.

Também peço que seja registrado nos Anais da Casa o artigo “A fábula da pátria sem patriotas”, do professor universitário André Matsusuhita Gonçalves, que



com tintas de fina e sofisticada ironia estabelece os limites entre o patriotismo, que é sério, e a patriotada, que é demagógica.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - V.Exa. será atendido.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 10.671, que concede o título de Capital Nacional dos Arranjos Produtivos Locais de Pós-Colheita à cidade de Panambi, na região missioneira, na região do planalto médio.

Sr. Presidente, Panambi merece esse título de cidade referência do pós-colheita não só no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil inteiro. É uma cidade eminentemente industrial, um polo de referência industrial, que superou o seu tempo e olha adiante na visão daqueles que constroem este País e o nosso Rio Grande.

De maneira inteligente, o seu povo se organizou. A sua gente, ordeira, trabalhadora, empreendedora, visionária e gestora, está fazendo a diferença em toda essa região. Hoje, 60% do pós-colheita no Brasil passa por equipamentos e máquinas de uma das mais de cem indústrias localizadas em Panambi, a nossa cidade das indústrias.

Eu tenho orgulho, porque muitos dos meus familiares nasceram e cresceram em Panambi, Ajuricaba, Condor, Ijuí, nessa região, onde tenho a minha origem.



Quero homenagear essa cidade industrial, referência, modelo, diferencial no processo produtivo do Rio Grande, que trabalha, produz, gera renda, emprego e desenvolvimento.

Parabéns, Panambi! O seu povo merece.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Paulão.

V.Exa. tem 1 minuto para dar como lido.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar a Profa. Consuelo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL, pela luta que ela enfrentará novamente nas urnas.

Tenho certeza absoluta de que os trabalhadores e trabalhadoras da educação farão a sua recondução àquele sindicato que, para mim, é um dos maiores sindicatos na luta pela defesa da classe trabalhadora do serviço público.

Gostaria também de me solidarizar com a Profa. Consuelo em relação à luta dos precatórios, uma luta antiga e importante, que está caminhando para a vitória. Porém, não estamos compreendendo a postura do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que infelizmente não reconhecem que os precatórios também devem ser repassados para os trabalhadores da educação — um pleito antigo e histórico.

Por isso, a nossa solidariedade a toda a direção do SINTEAL.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Cabo Sabino.

V.Exa. tem 1 minuto para dar como lido.



O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, o STF se reúne em audiências públicas para discutir sobre a legalização ou não do aborto no País.

Às vezes eu me indago: como o nosso País vive tantos conflitos? Uma Nação onde dar uma palmada no filho constitui um crime, mas matar alguém indefeso... Agora querem liberar. Eu não entendo como convivemos com tantos conflitos.

A vida é um bem sagrado. Há vários meios hoje para não engravidar, como a pílula do dia seguinte, mesmo em caso de estupro. Mas depois de 3 meses, com o feto todo formado, querem lhe tirar a vida?

Imagine se você tivesse sido abortado, onde você estaria?

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva) - Passo a palavra ao Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui hoje comemorar aquilo que nós assumimos junto com os caminhoneiros na luta que tivemos quando da paralisação que se iniciou no dia 21.

Ontem, o Plenário desta Casa votou os dois últimos acordos que foram celebrados: a questão da CONAB e da isenção de pagamento de pedágio sobre os eixos suspensos de caminhões com carga livre.

Gostaria de denunciar o que está acontecendo agora. Nós queremos o cumprimento dos acordos feitos. Vamos esperar a sanção presidencial para vermos



os vetos que vamos derrubar aqui, porque os caminhoneiros estão sendo enganados, em parte, lá nas bases.

Tem gente, Deputado Zé Silva, que está cobrando do caminhoneiro o frete mínimo. O caminhoneiro assina o frete mínimo e depois devolve o dinheiro ou ele é obrigado a ter o seu repasse feito de outra forma.

Guerra avisada não mata soldado. Vai ser avisado que os caminhoneiros estão insatisfeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cabo Sabino, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli, por 1 minuto.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSL-MT. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer voltar novamente aos microfones desta Casa e, nesta oportunidade, quero dizer a todo o povo brasileiro, especialmente ao povo do meu Estado, o Mato Grosso, que eu estou protocolando um pedido à Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, para que ela possa arquivar a ADPF 442, que trata do aborto.

Também quero agradecer a Ministra Cármen Lúcia pelo espaço que ela está dando para o debate em relação ao aborto no Supremo Tribunal Federal. Mas quero pedir a ela que essa decisão seja tomada aqui nesta Casa. É aqui nesta Casa que



nós debatemos, que nós concluimos os debates, onde de fato ocorre as análises feitas pelos legítimos representantes do povo, os membros desta Casa.

Então, estamos pedindo à Ministra Carmem Lúcia, por meio do ofício que estamos protocolando, que ela possa arquivar esta situação tão maléfica que estão querendo legalizar: a morte de inocentes. Portanto, que transfira para cá a ADPF 442, para que esta Casa possa fazer os devidos debates.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra ao Deputado Zé Silva, para uma comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, quero, neste momento, comemorar uma conquista para o Vale do Jequitinhonha e, ao mesmo tempo, agradecer ao Presidente da ANATER, o extensionista rural Valmisony, e, na pessoa dele, a toda a direção da ANATER, por ter atendido o nosso pedido de reestruturar e voltar a ter o queijo cabacinha como projeto prioritário da assistência técnica e extensão rural da EMATER de Minas Gerais.

O queijo cabacinha tem a tradição, tem a história do povo do Vale do Jequitinhonha. Quem passa pela BR que liga Minas Gerais à Bahia vê o trabalho dos agricultores, fazendo um produto que tem a história e também uma carga muito importante da luta e do trabalho do povo do Vale do Jequitinhonha.

Fiquei feliz ao receber nesta Casa o Presidente da EMATER, especialmente os meus colegas extensionistas Emerson, Arthur, Cristiano, Mílvio, Dajas e Terence, que representam muito bem ali a luta dos nossos queridos colegas extensionistas,



que fazem do trabalho da extensão rural a maneira com que as políticas públicas possam chegar aos agricultores e agricultoras daquela região.

Nós iniciamos o projeto do queijo cabacinha ainda como Presidente da EMATER, quando foi feita a caracterização da região produtora do queijo cabacinha. Depois, como Secretário de Estado, tivemos a oportunidade de homologar a criação dessa região. E, agora, foram liberados recursos da ordem de 1 milhão de reais para contratação da assistência técnica e apoio aos agricultores.

Incluímos também um pedido importante dos Municípios da região da Serra Geral, especialmente do agricultor familiar e Vereador Tonão do Paraguai, lá da cidade de Porteirinha, que lidera um movimento também de fazer com que os queijos artesanais da Serra Geral possam ser comercializados de maneira clara, principalmente para que o agricultor consiga ter o seu produto reconhecido.

Tramitou nesta Casa, Deputado Alceu Moreira, projeto de lei de minha autoria, propondo o marco regulatório para os queijos artesanais, fundamental para destravar a legislação. O Deputado Valdir Colatto, outro colega de profissão, foi Relator desse projeto e nos ajudou a melhorá-lo.

E com esse recurso de 1 milhão de reais que viabilizamos com a ANATER para contratar assistência técnica, para apoiar a melhoria das condições de trabalho dos nossos colegas extensionistas da EMATER de Minas Gerais, eu tenho certeza de que o queijo cabacinha, que tem a história, a tradição e a luta do povo do Vale do Jequitinhonha poderá ser vendido tranquilamente, sem nenhum problema e restrição, assim como também os queijos produzidos de forma artesanal lá na Serra Geral, na região de Porteirinha, Janaúba, Nova Porteirinha, até Montezuma, que fica na transição do Norte de Minas Gerais com o Alto Rio Pardo.



Portanto, quero agradecer à Direção da EMATER, que aceitou esse nosso projeto e aceitou essa nossa demanda, já que recebeu mais de 8 milhões de recursos na nossa ação parlamentar para a aquisição de veículos, equipamentos, para melhorar as condições de trabalho e valorizar os meus colegas extensionistas das Minas gerais. Valorizando a extensão de Minas eu tenho certeza de que toda a extensão rural brasileira também será valorizada.

Agradeço e cumprimento a ANATER pelo trabalho brilhante, toda a sua equipe, toda a direção, por também apoiar não só os queijos artesanais, mas também o projeto do Helder, a assistência técnica e a extensão rural. A ANATER é a chama da esperança de nós reconstruirmos a extensão rural brasileira e garantirmos a universalização desse serviço. Eu tenho afirmado que o extensionista é, talvez, a primeira ou a última esperança do agricultor de ter a presença do Estado com políticas públicas fundamentais para mudar o Brasil, especialmente neste momento muito importante da política. A política é boa, depende de quem faz.

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse publicado nos veículos de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Será atendido o pedido de V.Exa.

Antes de passar a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, que já está em plenário, indago se a Deputada Zenaide Maia se encontra. *(Pausa.)*

O Deputado Adelson Barreto se encontra? *(Pausa.)*

Em seguida, concederei a palavra à Deputada Jô Moraes e, por último, ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou pegar um danado de um avião agora. Eu aproveito para pedir, também, o tempo de Liderança, mas falo pouco.

Primeiro, eu quero parabenizar o povo do bairro João de Deus, lá de Petrolina, que está completando 31 anos. Eu vi esse bairro nascer, e hoje é um bairro que tem mais de 30 mil habitantes, que progride. Seus moradores trabalham, inclusive, na fruticultura. Foi lá que fizemos uma grande praça: a Praça da Juventude. Quero parabenizar o povo do bairro João de Deus.

Parabenizo, também, os Deputados e Deputadas que ontem ajudaram a terminar essa primeira parte do entendimento de atender um pouco os caminhoneiros do Brasil, que vivem abandonados. Quero dizer que nós lamentamos que o Presidente da República tenha vetado o REFIS. Nós fazemos, trabalhamos, discutimos...

(Desligamento automático do microfone.)

É tempo de Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Por favor, acrescentem mais 3 minutos. É tempo de Liderança.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Eu agradeço.

Nós fizemos um trabalho de poder resolver não apenas o problema da empresa que está em dívida com a União, mas também o problema de trabalhadores, de desenvolvimento. E o Presidente vetou mais uma vez. Nós temos que derrubar esse veto, porque nós vemos que o País está vivendo uma situação difícil.



Eu pensei, Sr. Presidente, em dar uma parada. Há 36 anos sou Parlamentar, eu acho que estaria bem demais. Mas, domingo, fui à convenção do meu partido, o PSB, e me convenci de que devo continuar. Não sei até quando, mas por alguns mandatos.

Eu vou me candidatar mais uma vez, porque entendo que esta Casa é o coração da democracia do País. Aqui, nós precisamos fazer um trabalho olhando obviamente para os Municípios, para os Estados e para as nossas regiões — eu sou da região Nordeste, uma região muito abandonada.

Precisamos, principalmente, resolver o problema do País. Este País está numa situação que nos faz perguntar o que devemos fazer. Tantos dismantelos e tanta roubalheira foram feitos neste País. Quem paga por isso é o trabalhador que fica desempregado. São 13 ou 14 milhões de brasileiros desempregados. O pequeno empresário não tem para onde ir. O estudante está em situação parecida.

Vemos os programas sociais se acabarem. Não tem como continuar com os programas sociais, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida.

Na hora em que eu disse que ia sair da política, a minha família ficou muito feliz, porque não é fácil ter seu esposo ou seu pai durante trinta e tantos anos trabalhando como Parlamentar. Mas eu convenci a família de que devo continuar por mais um, dois ou três mandatos — não sei —, enquanto não arrumarmos este País. Eu quero fazer o que eu sempre fiz: atender a um telefone que não tira retrato e ver quais os problemas do meu Município, do meu Estado; e viajar semanalmente e aprender com aqueles que estão sofrendo com seca e com os problemas da saúde e da educação.



Sr. Presidente, eu não vou usar o tempo todo, inclusive eu teria 6 minutos, mas V.Exa. me deu 3 minutos. Eu vou usar apenas mais 1 minuto para dizer ao povo brasileiro e ao povo pernambucano que vou, se Deus quiser, me candidatar a mais uma eleição. Eu quero ver, se Deus quiser, se venho para cá continuar fazendo esse trabalho.

Entrem num aplicativo e vejam quem é Gonzaga Patriota. Tenho 50 anos de política e 36 anos como Deputado. Faço esse trabalho e posso olhar nos olhos da sociedade brasileira e pernambucana.

Eu quero desejar a todos aqui que possam continuar trabalhando, inclusive durante o período de campanha. Que possamos vir aqui uma ou outra semana para fazer o que fizemos neste final de semana, votando importantes projetos, como o dos caminhoneiros.

Eu deixo os 4 minutos e 40 segundos para outros utilizarem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Obrigado, nobre Deputado. Lembro a V.Exa. que lhe demos 5 minutos, e o tempo de Líder de V.Exa. é de 4 minutos. V.Exa. usou bem dos 4 minutos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o bairro que mais parece uma cidade. Que bom saber que o povo comemorou o grandioso aniversário de 31 anos de surgimento dessa comunidade. Esse grandioso bairro surgiu da luta de pessoas aguerridas que, com todo prazer os ajudamos a serem vitoriosos. Para quem não conhece a história



de bravura do povo do bairro João de Deus é interessante saber dela, de como surgiu essa grande comunidade.

O bairro João de Deus surgiu da luta do povo, que em busca de moradia, antes invadiu parte do bairro Pedro Raimundo e parte do bairro José e Maria. Juntamente com Walter Lubarino e Geraldo Teixeira conseguimos organizar o povo, de tal sorte que uma comissão provisória de associação surgia ali no momento da caminhada para reivindicar na frente da prefeitura. Liderada por Antonio, conhecido como “o Gordo”, com mais cinco moradores acompanhamos uma multidão de cerca de 2.000 pessoas, daqueles sofrendores, e viemos para frente da prefeitura. O prefeito da época era Augusto Coelho.

Estrategicamente, dissemos para essas lideranças que não falassem que nós os estávamos apoiando, para que o prefeito resolvesse, o mais rápido possível, o problema da falta de moradia deles. Conseguiram um terreno muito grande da CODEVASF, que o liberou para a prefeitura.

Para começarem a construir as casas demos uma ideia ao Antonio “Gordo” da seguinte forma: indústria cooperativa de produção de blocos. Arranjamos com alguns comerciantes, próximos de nós, carrinhos de mão, cimento, areia, pás, colheres, enxadas e outros utensílios para o surgimento da indústria coletiva para a produção de blocos no bairro, com objetivo deles construírem suas casas, sem ter que usar papelão.

O processo era o seguinte: cada um que quisesse construir a sua casa de blocos, produziria juntamente com sua família e amigos 1.000 blocos, 700 ficariam com a Associação para a compra de materiais e 300 seriam retidos pelo morador



que os produziu para aplicar na construção de sua casa. Logo, as casas de blocos iam sendo erguidas.

E assim, Senhor Presidente, o Bairro João de Deus foi sendo construído e hoje é um dos maiores bairros de Petrolina. Quero aproveitar esta oportunidade para felicitar todo o povo do João de Deus e desejar que melhorias surjam cada vez mais, com a organização popular trabalhando por toda comunidade.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra à Deputada Zenaide Maia. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PHS-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Cabo Sabino, eu quero chamar esta Casa, os colegas, para fazer uma reflexão. Sabemos que a coisa mais importante numa crise econômica é o incentivo à economia, mas também sabemos que temos que incentivar o desenvolvimento social. É necessário paralelamente, além de incentivar a economia, o que não está acontecendo, pois vemos bancos abarrotados de dinheiro falindo a construção civil e a agricultura familiar, investir em educação de qualidade, em saúde e em segurança pública.

O que vemos? Um orçamento com menos de 0,5 por cento para segurança pública, com menos de 4% para educação e com menos de 4% para a saúde.

É esse o orçamento que está congelado por 20 anos, gente. Então, não adianta falar aqui que o País vai sair da crise. Quero dizer que ao mesmo tempo em que se fazem anistias fiscais para os gigantes, até petroleiras estrangeiras, não há nenhum investimento desse Governo Temer. Esse discurso de que estamos saindo da crise, sem nenhum investimento desse Governo Temer, é difícil de acreditar.



Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes e em seguida concederei a palavra ao Deputado Valdir Colatto, encerrando as breves comunicações.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Cabo Sabino, eu queria cumprimentar o Governador de Minas Gerais Fernando Pimentel por defender os interesses ferroviárias de Minas através de uma interpelação judicial ao Presidente legítimo Temer.

O Temer quer antecipar a concessão da estrada de ferro Vitória-Minas em que faz, para garantir a concessão, uma exigência de investimentos não na estrada de ferro de Minas Gerais, não nos espaços que não estão sendo preservados, mas em investimentos, em Goiás e Mato Grosso que nada têm que ver com os interesses originais.

Minas Gerais precisa ver respeitados os seus contratos. Áreas foram abandonadas. Nós consideramos que o Temer tem que assegurar que os interesses de Minas vão ser garantidos através da suspensão desta antecipação.

Espero que o meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, gostaria registrar nesta tribuna matéria que foi veiculada no Jornal Estado de Minas no dia 07 de agosto, onde o Governo de Minas contesta União por renovação de Estrada de Ferro Vitória a Minas.



“O governo de Minas Gerais interpelou extrajudicialmente o Presidente da República, Michel Temer (MDB), e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para que a União suspenda a renovação antecipada, até 2057, da concessão da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) à Vale.

‘Como contrapartida à renovação, a União pretende obrigar a construir a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), ligando Água Boa (MT) ao entroncamento da Ferrovia Norte-Sul em Capinorte (GO), desvirtuando os investimentos que deveriam ser feitos na malha existente em Minas Gerais’, diz a Advocacia-Geral do Estado.

Segundo a ação, a União desconsidera a importância da ferrovia pela qual se escoam diversos produtos como minérios e celulose, fundamentais para a sustentabilidade da economia do Estado.

O governador Fernando Pimentel questiona, também, a administração da ferrovia pela constatação de que há graves descumprimentos contratuais, por parte da Vale, como a desativação e o abandono de trechos ferroviários, além da ausência de investimentos para a manutenção e o desenvolvimento dos 905 km da EFVM.

Antes de qualquer investimento em outra malha, por força de lei e do contrato em vigor, a Vale e o Governo Federal deveriam se ocupar em sanar a precariedade da EFVM, onde se avolumam falhas operacionais e acidentes, além da baixa qualidade na prestação do serviço”.

Peço que se registre nos anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Era isto, Senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para encerrar o dado com lido.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos alertar a Casa para uma situação que nós ainda não resolvemos, que é a questão do frete dos caminhoneiros. Nós votamos aqui a medida provisória, transformamos em projeto de lei, está na Presidência da República para sanção e tínhamos o prazo, o dia 20 de julho, para que a ANTT fizesse um novo estudo e colocasse um novo projeto, um processo de estudo do custo mínimo do frete. Isso não aconteceu. A ANTT deixou para trás isso. Nós precisamos resolver esse impasse.

Então hoje a bancada da Frente Parlamentar da Agricultura esteve com o Ministro dos Transportes que levou a proposta, para que no final de semana tenha uma proposta definitiva para esta questão do frete. Que não seja uma tabela, mas um custo mínimo desse frete para que possamos sair do impasse. Enquanto não tivermos essa nova proposta, nós vamos incorrer nos problemas da tabela mantida.

Então, é importante que o Governo agilize o processo, o Presidente sancione a lei e nós tenhamos, a partir da semana que vem, uma nova situação. Se não puder resolver administrativamente, que o Governo lance outra media provisória para resolver esta questão. Isso foi o combinado. Esperamos que a ANTT e o Ministério dos Transportes resolvam essa questão de uma vez por todas. Nós não podemos ficar neste impasse, não tendo caminhão para transportar, verticalizando as frotas, as empresas comprando caminhões e nós então inviabilizando nosso transportador autônomo, o que não é bom para ninguém. Temos que conciliar, fazer o equilíbrio desta conta e resolver este problema.



O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Encerra-se o dado como lido e passa-se agora ao Pequeno Expediente

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Liderança da Minoria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho à tribuna, Sr. Presidente saudar com muita alegria, com entusiasmo... Sr. Presidente, só para esclarecer que é pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cabo Sabino) - Deputado, continue com seu discurso. Havendo necessidade de elastecer o tempo, será feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Perfeito. Eu quero aqui, Sr. Presidente, me permita V.Exa., agradecer a generosidade do meu partido para poder aqui usar o temo da Minoria, e dizer com muito prazer, com muito...

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Deputado, V.Exa. usa o tempo do PDT. O ofício que eu tenho aqui, o requerimento é para o tempo do PDT. Pela Minoria, falará o Deputado Henrique Fontana.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Então, acho que houve um desentendimento. Está bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - O tempo de V.Exa. está estabelecido pelo PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Perfeito. Então, eu quero aqui com muita honra e com muita alegria anunciar aquilo que o Brasil já sabe, mas quero fazê-lo com minhas palavras: a candidatura do PDT à Presidência da República, a chapa



Ciro Gomes e Kátia Abreu. Nosso Ministro, nosso Governador, nosso Líder, nosso Ministro; nossa Senadora, nossa liderança nacional dos produtores rurais, do agronegócio, mulher, empreendedora, valente, corajosa Kátia Abreu.

Digo, com entusiasmo, Sr. Presidente, porque nós estamos com essa chapa fazendo aquilo que é a essência do nosso partido, o trabalhismo, que une o capital e o trabalho; o trabalho e o capital. Eles, como dizia Pasqualini, são como irmãos siameses: um não vive sem o outro. Nós sabemos que não existe capital sem trabalho, mas também não existe trabalho sem capital. E o capital é o resultado do trabalho acumulado quando nós nos filiamos aos trabalhadores e nos aglutinamos aos empreendedores. E é o que estamos fazendo com a chapa, com o nome de Kátia Abreu e de Kátia Abreu: é o Brasil que produz com o Brasil que trabalha.

O Kátia Abreu que foi Deputado Estadual do Ceará, Deputado Federal nesta Casa, Prefeito de Fortaleza, Governador do Estado do Ceará, Ministro da Integração Nacional deste País, Ministro da Fazenda do Brasil, teve a chave do cofre nas mãos, a chave do cofre do País nas mãos, e não deixou o cofre cair no pé, como outros fizeram por aí, e estão envolvidos na Lava Jato. O Kátia de mãos limpas, cara limpa, esse é o Kátia Abreu. E tem as mãos limpas não porque lavou-as lá nas águas da represa da Cantareira, em São Paulo, na sua Pindamonhangaba, onde nasceu, ou lá no Nordeste, onde fez a sua vida. O Kátia tem as mãos limpas porque nunca sujou as mãos com o dinheiro imundo da corrupção. Esse é o Kátia Abreu que, aliado à Kátia Abreu, essa Senadora combativa, destemida, Ministra da Agricultura, mulher honrada, mulher que bem representa as mulheres brasileiras, por sua tenacidade, por seu vigor, por seu ímpeto e por sua coragem.



Está aí a chapa que vai vencer as eleições, porque o povo brasileiro não é bobo. Se nos comprarem por bobos, devolvem de madrugada, vão ver que o povo brasileiro de bobo, não tem nada. Esse é o desafio que está posto.

Por isso, eu tenho a minha crença, a minha convicção, o animus e o entusiasmo, a determinação do Ciro e a determinação da Senadora Kátia Abreu vão fazer com que o povo compreenda quem está mais e melhor preparado para esse embate, com melhor projeto, melhor conhecimento, estatura, postura, jeito, calma, equilíbrio e, acima de tudo, firmeza. Podem até dizer que o Ciro, às vezes, é um pouco boca braba, mas é melhor ser boca braba do que não ter boca para nada. Ele diz o que diz, fala o que sabe, conta o que vê, porque sabe e conhece e não tem rabo para puxar.

Este é o Ciro Gomes! Com a Kátia Abreu, teremos uma chapa pura, PDT com PDT! A nossa coligação é com o Brasil, é com os brasileiros, é com a brasilidade, com esse Brasil que tem 13 milhões de desempregados, 30 milhões de pessoas que estão no submundo da economia, abaixo da linha da pobreza, 60 milhões que estão SPC.

Não dá para aceitar isso! A gente tem que se levantar. O homem e o nome é Ciro! A mulher que está preparada é Kátia Abreu! Esses dois juntos vão governar o Brasil!

Sr. Presidente, quero aqui também deixar a minha posição clara em defesa do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do meu Banrisul, o banco de todos os gaúchos. Eu defendo essas instituições contra as suas privatizações.

Já tentaram isso no Banco do Brasil, fazendo desmonte em agências, demissões de servidores, desmontando os seus quadros, que são os valores



efetivamente do banco. Eu sou funcionário do banco. Posso dizer isso porque conheço.

A mesma coisa fizeram na Caixa Econômica Federal, fechando agências, demitindo funcionários, programas de demissão voluntária. Enfim, tentaram defenestrar as duas instituições.

O DPT, no governo, resistirá! O PDT, no governo, se manterá acesso! O PDT, no governo, estimulará o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. E não será diferente com o nosso Banrisul!

Governante de país nenhum, governante de estado algum, pode ser eleito para ser leiloeiro, para vender o patrimônio da nação, para vender o patrimônio dos Estados.

O Banrisul tem um quadro de servidores qualificados, preparados; é um banco rentável, um banco saudável, um banco lucrativo, um banco zeloso, que é bem cuidado e que precisa ser estimulado.

O PDT, uma vez governando o Rio Grande do Sul, não tenho dúvida, vai respeitar esses valores, estimular esses quadros de servidores para que o banco seja maior, melhor, positivo, atrativo e afirmativo como tem que ser um banco estatal. Ele é um dos poucos bancos estaduais que resistiram neste País, o nosso querido e amado Banrisul.

Banrisul, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal têm o respeito, a mão, o carinho, o coração, o jeito, a determinação do PDT para estimular o seu trabalho e as suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta Tribuna da Câmara dos Deputados para parabenizar a Executiva Nacional do PDT, na figura do nosso Presidente Nacional Carlos Lupi, e também, ao nosso candidato a Presidência da República, Ciro Gomes, pela escolha da Senadora Kátia Abreu para integrar a chapa que concorrerá aos cargos de presidente e vice-presidente da república.

Kátia Abreu é mulher. É uma senhora mulher. Competente, empresária, fazendeira e Senadora. Sempre soube se impor em um dos ambientes mais machistas do país. Sua presença na chapa automaticamente já dá o primeiro passo de Ciro no sentido de se aproximar da paridade de gênero no governo.

Kátia foi a criadora da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, que veio esvaziar a malfadada UDR e modernizar a organização política dos produtores rurais.

Com Kátia Abreu os produtores rurais deixaram de ser ruralistas e passaram a ser empresários do agronegócio.

Kátia é representante do setor produtivo. Mais do que isso, representa o setor do agronegócio, que tem sido o grande esteio da nossa economia.

E para quem acha que Ciro ou o PDT tem problemas com o agronegócio ou a grande produção rural? Digo, estão muito enganados quanto a Ciro e ao PDT. Não só Ciro tem feito uma vigorosa defesa do setor primário - tanto do agronegócio como da agricultura familiar, seguindo a mesma trilha de Jango e Brizola, que eles mesmos eram fazendeiros.



Para isso relembro o saudoso Governador Brizola, que dizia: "nós não somos contra a propriedade privada, pelo contrário, achamos ela uma coisa tão boa que queremos que todos a tenham."

A escolha da companheira Kátia Abreu é absolutamente coerente com o Projeto Nacional do Ciro Gomes, de unir o setor produtivo. As exportações do agronegócio que garantem as divisas internacionais ao País, e respondem por parte muito expressiva de nossa arrecadação e da estabilidade econômica.

Por isso o Ciro Gomes sempre colocou o desenvolvimento da agroindústria como 1 dos 4 complexos industriais estratégicos de seu programa de governo.

E a Senadora Kátia Abreu é hoje claramente uma política alinhada com todos aqueles que se contrapuseram a todas as reformas entreguistas deste governo golpista.

Este Congresso sabe que Senadora Kátia Abreu foi uma das melhores e maiores combatentes contra o golpe, por que sabia que estaríamos expostos a um governo sem legitimidade e enterrado em denúncias de corrupção e toda sorte de malversação de recursos públicos.

A Senadora Kátia Abreu tem se destacado na busca soluções e consensos pras contradições do agronegócio. Tem defendido diuturnamente direitos sociais, investimento público e procurado entendimento com setores populares do campo, MST e lideranças indígenas.

Para finalizar, quero destacar que o compromisso da Chapa de Ciro Gomes e Kátia Abreu é para construir uma política que agrupe tudo o que restou do estado nacional brasileiro e interesse produtivo nacional, para incorporar à atividade econômica, essa massa de mais de 30 milhões de brasileiros desassistidos e



desvalidos, que se encontram sem esperança com o atual quadro político e econômico do País.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Floriano Pesaro.

E seguida falará o Deputado Alex Canziani.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero aqui anunciar que o Poder Executivo voltou atrás e modificou a medida provisória que retirava dinheiro do esporte e da cultura. Mais do que isso, Sr. Presidente, acatou emenda de minha autoria, que destina recursos adicionais ao Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, programa que ajudei a criar e fui seu primeiro diretor ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o saudoso Ministro da Educação Paulo Renato.

Cultura e esporte geram emprego e renda, aumentam a arrecadação de impostos, promovem desenvolvimento local e humano e, o mais importante, protegem nossos jovens do assédio do crime.

Garantir a volta dos recursos ao esporte e à cultura não foi uma vitória de um homem só, foi conquistada com o apoio de várias organizações da cultura, do esporte e de seus dirigentes que, diante do desafio, não pouparam esforços.

Entre tantos, faço questão de citar meus grandes parceiros Lars Graef, Luís Sobral, Eduardo Saron e Paulo Movizzo, que, no esporte e na cultura, não mediram esforços para que essa vitória pudesse se consolidar. Destaco ainda o empenho do Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, grande defensor da nossa causa.

Sr. Presidente, hoje entro nesta Casa com a sensação de dever cumprido.



Sr. Presidente, peço a V.Exa. que defira que o meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil* e outros meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Que a vossa solicitação seja atendida nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente gostaria de dizer que, na última segunda-feira, estivemos num evento com as mais significativas e importantes entidades do Paraná, que é a AECIC — Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba. Este é um evento muito importante do Paraná. A AECIC congrega praticamente 25% do PIB do Paraná com as indústrias que lá se instalaram. Anualmente são homenageadas lideranças que ajudam no fortalecimento da AECIC. O Prefeito Rafael Greca foi o homenageado deste ano.

Além de vermos o reconhecimento ao trabalho que o Prefeito Rafael Greca vem fazendo pela cidade de Curitiba, nós pudemos assistir a uma aula de oratória. O Rafael Greca, que já foi Deputado, Ministro, Secretário, Prefeito anteriormente também da capital do Paraná, é, sem dúvida alguma, um dos maiores oradores deste País. E ele teve a oportunidade de fazer um relato da situação em que pegou a Prefeitura da cidade de Curitiba, das ações que vem realizando para fazer uma mudança significativa na viabilização de oportunidades, na melhoria da infraestrutura, enfim, uma série de ações importantes que o Município.



Eu quero aqui parabenizar a AECIC, parabenizar o Prefeito Rafael Greca, parabenizar o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel e toda a equipe da Prefeitura pelo trabalho que estão fazendo à frente da nossa querida cidade de Curitiba, a nossa capital.

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz aqui nesta tarde é com relação à convenção que nós tivemos no último fim de semana, quando a nossa coligação, a maior coligação do Paraná, decidiu lançar a Governadora Cida Borghetti para o Governo do Estado. A Governadora Cida vem fazendo um belo trabalho no Paraná, com muita dedicação, firme, viabilizando vários projetos importantes do nosso Estado. Ela reuniu uma coligação muito ampla, com vários partidos. O seu Vice será o Coronel Mallucelli, uma pessoa também de uma vida ilibada na Polícia Militar. E eu tive o privilégio de ser candidato ao Senado da República, juntamente com o ex-Governador Beto Richa.

Após cinco mandatos de Deputado Federal nesta Casa, onde convivi com as maiores lideranças políticas do nosso País, onde tive a oportunidade de trabalhar muito fortemente na área que eu acredito ser a mais importante para o fortalecimento de um País, que é a educação, não há como se falar de um País com melhores oportunidades se não for exatamente a através da educação.

Nós, que temos, ao longo desses anos, procurado dar a nossa contribuição, dar o nosso trabalho, dar o nosso entusiasmo, para que nós possamos melhorar aquilo que é fundamental para o futuro do País, que é a nossa educação, estamos lançando o nosso nome como candidato ao Senado da República, juntamente com o ex-governador Beto Richa, e vamos percorrer o Estado do Paraná levando a nossa ideia, levando o nosso entusiasmo, levando a nossa vontade de ser um Senador em



prol do nosso Estado, de trabalhar em prol do fortalecimento do nosso grande Estado do Paraná.

Então, eu quero deixar aqui registrada a nossa gratidão a todos os partidos que compõem a nossa aliança, a todos aqueles partidos que estão junto com a Governadora Cida Borghetti, aos vários Deputados Federais e Deputados Estaduais que estão conosco nessa caminhada. Quero dizer que não existe disputa fácil, não existe eleição ganha. É preciso que trabalhemos muito para que possamos chegar à vitória. Mas, mais do que à vitória individual, nós haveremos de chegar à vitória do nosso Estado do Paraná, à vitória da nossa gente.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrada no plenário da Câmara dos Deputados a nossa alegria em relação a esse novo desafio, a essa nova oportunidade, de colocar o nosso nome, para que o Paraná possa avaliar toda a nossa história, de dois mandatos como Vereador, de Vice-Prefeito, de cinco mandatos de Deputado Federal, e que nós tenhamos a capacidade, se Deus nos abençoar com essa vitória, de lá no Senado continuar com o mesmo entusiasmo, com a mesma vontade, com a mesma dedicação, trabalhando em prol do nosso Estado e do nosso País, continuando com o foco muito claro naquilo que nos move, que é trabalhar pela educação do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, parabéns a todos os Srs. Deputados, e que Deus nos abençoe nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Tem a palavra para dar como lido o seu pronunciamento, por 1 minuto, o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/AVANTE-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, alagoanos, o Supremo



Tribunal Federal tem usurpado os poderes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados. Outro dia o Supremo estava decidindo pelo fim das vaquejadas no Brasil. O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, urgentemente entrou com um projeto e acabou com essa pouca vergonha da interferência do Supremo Tribunal Federal aqui na Câmara, e foi liberada a vaquejada.

Agora, a Ministra Rosa Weber vai fazer audiência pública para discutir o aborto. Aborto é competência do Congresso Nacional, é nossa, e não do Supremo Tribunal Federal, Presidente. As prerrogativas para discutir legislação são do Parlamento. O povo nos elegeu, Deputados Federais e Senadores, para legislar. Não é dada competência ao Supremo Tribunal Federal para dizer se vai haver aborto ou não vai. É lamentável que o Supremo Tribunal Federal queira intervir.

Mas, senhores eleitores, aqui, em uma televisão aberta para o Brasil, quero dizer que os senhores vão votar agora, e é importante que aqueles que são contra o aborto perguntem ao seu Deputado: *“O senhor é contra ou é a favor do aborto?”* Aqueles que são a favor, se você for dessa linha, eleja esses Deputados, para que nós também tomemos decisão, para não deixar que o Supremo Tribunal Federal intervenha aqui dentro.

Por isso, Presidente, eu estou entrando com um requerimento, juntamente com a bancada católica, para fazer aqui na Câmara um debate — essa prerrogativa é nossa — sobre o aborto. Não ao aborto!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Mandetta para falar como Líder, pelo DEM.



O SR. MANDETTA (DEM-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que se acrescente o tempo do Pequeno Expediente.

Meus nobres pares, venho de uma caminhada de dois mandatos. Quando tomei a decisão, junto com os jovens do meu Estado, junto com a saúde pública do meu Estado, em 2009, de me filiar a um partido político, me filiei num momento político extremamente complexo, quando os nossos princípios se confrontavam com a popularidade, então, do PT. Naquele momento, por acreditar nos meus princípios, me filiei ao Democratas.

Fizemos uma caminhada em 2009 para as eleições de 2010 pregando com os jovens, pregando com a família. Quem me representava nas reuniões eram os meus filhos, minha mãe, meu pai, meus irmãos, amigos, voluntários, todos eles com ideários de uma nova pauta política firmada em princípios que não se negociam e que são pautados sempre pela coerência.

Cheguei a este Parlamento com 78.733 votos. Aqui chegando me dediquei integralmente à Comissão de Seguridade Social e Família, onde está a pauta dos mais necessitados, dos mais carentes, daqueles que dependem da assistência social, daqueles que dependem do SUS, daqueles que dependem da Previdência, e os temas da família, dos negros, dos quilombolas, das mulheres. Esses temas são os meus temas. E esta Comissão, no segundo ano, eu tive a honra de presidi-la e ali estabelecer um divisor de águas na condução da política de seguridade social.

Foi nesta Presidência que consolidamos as dívidas das filantrópicas. Pela primeira vez o País ficou sabendo da dívida de 15 bilhões das filantrópicas, que cresciam a um ritmo de 600 milhões ao ano. Foi na Presidência desta Comissão que levamos a Lei do Autismo e a colocamos no texto constitucional, retirando o



deficiente autista do limbo em que se encontrava e dando luz aos pais e amigos dos excepcionais e dos autistas.

Foi ali naquela trincheira que ficou claro o meu posicionamento para que tivéssemos uma saúde de brasileiros para brasileiros; uma saúde em nível de igualdade, e não uma saúde para ricos e outra para brasileiros. Foi ali que coloquei claramente que não se negociam princípios, não se negociam valores. O Programa Mais Médicos negociava pessoas; era o Estado brasileiro negociando com o Estado cubano. A força de trabalho dos médicos tinha o salário cooptado pelo Governo cubano. Isto é crime, pelo pacto de Genebra. Isto viola a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estes mesmos trabalhadores não têm direito de ir e vir, nem direito de trazer as suas famílias e os seus filhos. Isto está errado e fere de morte a Constituição brasileira, e aqui o defendi duramente.

É ali naquela trincheira onde todos os meus posicionamentos foram *“tenhamos uma saúde de brasileiros e para brasileiros de boa qualidade.”* Foi ali que, ao término do mandato de 2010/2014, fui levado novamente a colocar o meu nome para a população do meu Estado. Este é o desafio da reeleição, quando se coloca o mandato em discussão.

Fui reeleito pelo Estado de Mato Grosso do Sul para mais 4 anos, nesta Legislatura, onde conheci e reconheci vários valores, várias pessoas que aqui militam na causa da segurança, como o Presidente desta sessão, na causa da saúde pública, na causa da educação, pois valorizo a todos, inclusive aqueles que fazem política criticando a política, aqueles que fazem a política do deboche —



estão fazendo uma política mesquinha, pequena —, mas os reconheço como atores deste tempo.

Aqui nesta Legislatura me solidarizei sempre com o campo das pessoas que para cá me trouxeram. Nunca negocie meus princípios. Votei *“Fora, Dilma; Fora, Cunha e Fora, Temer”*, porque este era o correto a ser feito. É aqui nesta trincheira do Parlamento, nesta Câmara ante César, e não ave, César, que muitas vezes cai de joelhos perante interesses mesquinhos, perante o interesse daqueles que querem a justiça diminuída, perante o interesse daqueles que debocham da coisa pública, em que travei todo o debate para o qual eu me preparei com a força do meu pai, Hélio Mandetta e de minha mãe, Maria Olga Solari Mandetta.

É para cá que trago os meus valores, os mais caros, os valores cultuados nos Colégios Salesianos de Dom Bosco. Por isso a minha defesa intransigente no meu mandato à vida, à vida desde a concepção. Não admito um embrião nidado num útero ter o seu direito de nutrição interrompido. Foi aqui onde defendi intransigentemente e votei um voto polêmico, não deixando que menores de 18 anos fossem presos por lesões corporais em brigas típicas da adolescência.

Aqui neste Plenário me coloquei contrário àquela reforma não negociada com os trabalhadores da Previdência para acertar a conta deste buraco de contas públicas cavado pela política econômica incapaz, pequena e rasteira do Governo do PT. E, agora, este Presidente que aí está, eleito pelo PT, cria das negociatas do PT com o PMDB, quer fazer o ajuste econômico exatamente em cima daqueles que menos podem ter voz neste Plenário.

Com base em tudo isso que vivi, com base no quadro político do meu Estado, onde as forças políticas agonizam, onde há um tensionamento, não por ideias, não



por princípios, não por causas que eu possa defender, mas simplesmente uma discussão de nomes, uma discussão apequenada, uma discussão de um Estado que não sabe por na agenda o estrangulamento da logística. E nós vemos uma enorme ferrovia brasileira, que cruza de leste a oeste, de Três Lagoas a Corumbá, que entra na Bolívia e que entra em São Paulo, apodrecer aos olhos vistos.

E aí eu concordo com Cazuzu: *“Quem é que paga por isso?”*

É onde eu vejo um Estado com a maior pérola ambiental do mundo, o Pantanal, ter o seu debate reduzido a quem pode desmatar sem licença ou com licença. É ali naquele Estado do maciço florestal do polo Industrial de Três Lagoas, monotemático, com impacto do progresso e uma cidade machucada, é ali no meu Mato Grosso, que os debates me são caros, de uma fronteira que está escancarada e através da qual armas AR-15 chegam ao morro do Rio de Janeiro e à fronteira da Bolívia com o Paraguai, onde a cocaína e a maconha, as drogas, entram no território brasileiro. E todo mundo sabe e todo mundo finge que não vê, porque há de haver a resposta a Cazuzu *“Alguém está pagando por isso. Quem é que paga por isso? Quem é que paga pra gente ser assim?”*

Com base em toda essa vida política que militei nesta Câmara dos Deputados, com base no respeito com que sempre tratei a minha oposição, com base em todo o respeito que tive àqueles do pensamento contraditório, mas jamais os tratei com deslealdade, e com base no quadro que encontro no meu Estado, não vou disputar as eleições de 2018. Não coloquei o meu nome na convenção, não participo de causa em que não acredito, seja ela de qualquer matiz. Poder pelo poder jamais me encantou.



Meus eleitores, a Medicina brasileira está tão desprestigiada por esta Casa e corre riscos com essa abertura pornográfica de escolas em locais que sem condições, com toda essa política porca de se fazer educação à distância para as demais profissões de saúde, formando enfermeiros à distância, por Internet, formando fisioterapeutas à distância, com números absolutamente escandalosos, política que só interessa aos grupos econômicos da educação. Posicionem-se contra, quando isso vier a este plenário. E não cedam ao *lobby* dos grandes grupos econômicos que estão por trás. Não cedam aos grupos lobistas da educação. Zelem pela educação, a única ferramenta capaz de quitar grave dívida social que nós nos metemos. Não será através de cartões de toma lá dá cá, de curral eletrônico de votos. O ser humano tem que ter dignidade. E, como dizia Luiz Gonzaga, “a esmola vicia ou humilha o cidadão”.

Não somos um País de pobres e ricos; somos brasileiros. A liga social foi rota. Há necessidade de uma liderança nacional para se recompor um projeto de nação; Nós somos um bando, nós somos um povo olhando e procurando quem poderá nos liderar. Não será com conluíus feitos a portas fechadas ou a celas fechadas que haveremos de achar a saída.

Mas acontecerá essa saída, vencida pelas urnas, e eu estarei lá, como eleitor brasileiro, como alguém...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

Deputado, muito obrigado. Por gentileza...

O SR. GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, peço a palavra.



O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de justificar a minha presença, porque não pude registrar no painel nem de manhã, nem agora à tarde. Eu estava na Comissão de Seguridade Social e Família, inclusive votei o Relatório de minha autoria.

Faço este registro para não levar falta. Estou presente nesta convocação esdrúxula e é injusto levar falta estando presente na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Henrique Fontana para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso País vive uma crise profunda, uma crise institucional, uma crise política e uma crise econômica gravíssima. Esta crise nasce de muitas questões, mas o momento central e crucial que empurrou o País para esta verdadeira anarquia institucional e de quebra da democracia que vivemos hoje foi, sem dúvida, centralmente, o voto do cidadão e da cidadã brasileiros.

O golpe parlamentar, a aposta no vale-tudo para chegar ao poder pelo atalho do golpe, a desestabilização da economia, a aventura de derrubar o voto direto do povo brasileiro como mecanismo para chegar ao poder gerou a quebra do pacto que a Constituição Brasileira garantiu, qual seja, *todo poder emana do povo*. Portanto, só o povo, através do voto direto, pode escolher os seus governos. O resultado aí está.

O Governo Temer que governa junto com os partidos que apoiam Alckmin, o Governo Temer que foi constituído com o apoio daqueles que hoje tentam construir a candidatura Bolsonaro, é um verdadeiro desastre para o Brasil. A economia



agoniza, o desemprego cresce, a dívida pública aumenta, a desmoralização das instituições é cada vez mais.

Porém, temos, Deputado Waldenor, a grande oportunidade de nesses 60 dias repactuar o nosso País. Para isso é preciso colocar algo como a mais importante parte de um acordo de repactuação do Brasil e da democracia brasileira. E qual é essa necessidade? De que o povo brasileiro possa escolher, com liberdade, quem ele quer ver governando o nosso País.

Por isso, neste último final de semana, nós, do Partido dos Trabalhadores, constituímos aliança com o PCdoB, com o PROS, com o PCO, com amplos setores do Partido Socialista Brasileiro, e lançamos a candidatura de Lula a Presidente do Brasil.

Lula está lançado com Haddad e com Manuela. Esses dois são os candidatos a Vice-Presidente. As pessoas perguntam: *“Podem-se inscrever dois candidatos a Vice-Presidente?”* É evidente que não pode. Mas, neste momento em que enfrentamos a dura situação de um estado de exceção, de uma democracia que se foi, de um Supremo e um Judiciário que não garantem o Estado Democrático de Direito no País, nós estamos lutando em condições adversas, Deputado Waldenor, para garantir o direito de milhões e milhões de brasileiros que querem votar em Lula para Presidente.

Não se trata da defesa de Lula. Trata-se da defesa democrática dos milhões de pessoas que enxergam na candidatura de Lula a possibilidade de recuperar uma vida melhor e, acima de tudo, recuperar um projeto de nação, que é o que foi perdido dia a dia após a chegada de Temer, através de um golpe, no poder.



Nós vamos trabalhar muito nas próximas semanas. Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, os nossos dois grandes quadros escolhidos para serem os nossos Vice-Presidentes, andarão pelo Brasil, debaterão com o Brasil o nosso programa, um programa que, dentre tantas outras coisas, quer retomar a justiça tributária neste País, quer introduzir um imposto sobre lucros e dividendos, como há em todos os países desenvolvidos do mundo, quer introduzir um imposto adequado sobre transmissão de heranças, sobre grandes fortunas, para financiar um grande projeto educacional e de requalificação da saúde pública no País.

Nós trabalharemos, Sr. Presidente, em todos os recantos deste País para que, ao longo destes 60 dias, o povo brasileiro possa se reencontrar com a democracia, possa se reencontrar com um caminho de crescimento, de desenvolvimento, um caminho de geração de empregos que recupere para todos os trabalhadores no nosso País o direito a um emprego digno. Nós queremos voltar àquela situação de quase pleno emprego que tínhamos no fim de 2014, quando a elite do atraso entrou para organizar um golpe de Estado para frear o desenvolvimento de um projeto nacional.

A elite do atraso, é bom que se lembre, já levou Getúlio ao suicídio, já derrubou Jango para implantar uma ditadura militar, tentou impedir e impediu Juscelino de ser candidato. Essa elite do atraso é o grande problema desta Nação.

A ampla maioria do povo brasileiro, formada por um povo trabalhador, por agricultores, é solução para o País. Eu tenho dito isto em todas as tribunas e repito aqui: nós não podemos baixar a cabeça e olhar para o lado da desesperança. É hora de muita força política, de muita ação, para garantir que estas eleições sejam disputadas em condições de dignidade, dentro das regras e dentro da lei.



Para isso, como candidato, Lula precisa ter o seu direito respeitado.

Quem quiser derrotar Lula poderá construir a campanha de Alckmin, de Bolsonaro ou de quem entender, mas nós não podemos aceitar que se retire, do mesmo jeito que rasgaram 54 milhões de votos que foram dados pelo povo brasileiro para que Dilma fosse a nossa Presidenta, no tapetão, aquele que é o preferido do povo brasileiro para governar este País.

Quero declarar minha solidariedade aos oito companheiros e companheiras dos movimentos sociais que estão em greve de fome num ato extremo neste momento, para garantir que o Supremo Tribunal Federal julgue as duas Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade que podem garantir a liberdade para Lula.

E quero dizer também, desta tribuna, que aqueles que como eu querem votar em Lula devem continuar firmes ao lado de Haddad e de Manuela D'Ávila com essa grande coligação que se constituiu com o PSB, PCdoB, PT, PCO, PROS, porque nós temos maioria social. E lembrem sempre: Alckmin é a continuidade de Temer, Alckmin é o candidato do golpe, Alckmin e Bolsonaro colocaram o País nesta crise da quebra da democracia que nós vivemos hoje!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra agora, por 1 minuto, para os Deputados Jorginho Mello, Chico Lopes e Gilberto Nascimento.

Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de usar o meu tempo de 1 minuto, dizendo o seguinte. Eu uso o meu tempo para lamentar e deixar aqui a minha angústia e minha revolta pela morte de mais uma policial militar em São Paulo.



A policial Juliane dos Santos Duarte foi barbaramente assassinada nesta última semana. Era uma policial exemplar, uma policial querida por todos seus amigos, todos seus colegas policiais militares. Lamentavelmente, ela foi barbaramente assassinada, em condições que ainda serão investigadas, e foi largada no porta-malas de um automóvel.

Portanto, nossa solidariedade à nossa gloriosa Polícia Militar de São Paulo, aos parentes, aos familiares, à mãe, ao sobrinho que nasceu anteontem dessa nossa brava e heroica policial militar, Juliane. Meus sentimentos à família e meus sentimentos também a toda família da Polícia Militar do nosso grande Estado de São Paulo.

Muito obrigado, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Com a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Sem revisão do orador.) - Muito bem, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Deputados e fazer um registro sobre o Projeto de Lei nº 9.308, de 2017, de minha autoria, que acabei de aprovar na Comissão de Educação, que cria e dá identidade às universidades comunitárias, que até então não existiam no Brasil. Havia universidades públicas e privadas e agora há comunitárias também. Só no meu Estado há 16 universidades que somam 160 mil alunos.

Estava presente o Presidente da ABRUC — Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior —, Prof. João Otávio Bastos Junqueira. Aprovamos o projeto lá na Comissão com a relatoria do Deputado Pedro Uczai.



Então, eu quero cumprimentar todas as universidades comunitárias do Brasil, porque essa lei era um desejo de todos eles. Eles ajudaram a escrever o projeto, nós o construímos e transformamos em lei.

Quero pedir também, Sr. Presidente, que considere a minha presença, pois estava na Comissão de Educação, aprovando este projeto, enquanto aqui havia reunião plenária de manhã.

Era este o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para dizer que estivemos reunidos à frente do PIBID, com a Senadora Fátima, no sentido de reivindicar que, cada vez mais, o Governo Federal aumente o número de bolsas e também o seu orçamento.

O PIBID está formando diversos estudantes para a questão profissional, e é importante o crescimento do maior número de estudantes compondo o PIBID, para dar a eles uma profissão com conhecimento e, cada vez mais, melhorar o seu padrão de vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer a concessão da palavra e cobrar do Governo do Estado que tome providências imediatas para pagar o *déficit* da área da saúde para



o Hospital São José, em Ituiutaba. Este é um problema que já estamos falando há muito tempo, e o Governo infelizmente não vem cumprindo suas obrigações.

Chegou-se ao ponto de o Hospital São José paralisar suas atividades, pois há atraso de pagamento de servidores na área da saúde, e isto virou um caos, porque este que é hospital na região do Pontal que atende pelo SUS a vários Municípios da região, mais de 300 mil habitantes. Este é um problema realmente seríssimo e gravíssimo.

Solicitamos que o governo cumpra sua obrigação e pague o mais rápido possível o Hospital São José. A população de Ituiutaba e da região não pode se encontrar mais nessa situação.

Temos cobrado também para se fazer um reajuste em relação à tabela do SUS. O Deputado Elismar Prado fez o mesmo. Esperamos a resposta positiva do pagamento para o Hospital São José nos próximos dias.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reiterar ao governo do Estado e ao Secretário de Saúde que autorizem o repasse imediato dos recursos devidos ao Hospital São José, em Ituiutaba, no valor de mais de 2 milhões de reais.

Estamos cobrando e alertando o governo há tempos que essa situação absurda e irregular poderia paralisar o atendimento à população e o cancelamento dos contratos dos médicos e trabalhadores da área da saúde.



A situação é grave e o governo do Estado precisa cumprir suas responsabilidades na pactuação da saúde e no repasse dos recursos devidos do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Hospital São José.

É impossível que a unidade, que já sofre como todos os hospitais filantrópicos com a tabela defasada do SUS, esteja há mais de um ano sem receber os repasses devidos pelo Estado, apesar de manter o atendimento à população.

Os hospitais filantrópicos, como o Hospital São José, são responsáveis por mais de 70% das internações pelo SUS. Ainda assim, enfrentam toda essa dificuldade para realizar uma obrigação que é do Estado. O deficit mensal é de 300 mil reais.

Há programas que estão há mais de 17 meses sem repasses. Com isso, os hospitais vão se endividando, os trabalhadores da saúde não recebem os salários e a população enfrenta dificuldades em conseguir leitos e procedimentos. Os pacientes estão morrendo.

A unidade é o único hospital que atende a cidade de Ituiutaba, além de ser referência regional no Pontal do Triângulo, atendendo mais oito municípios da microrregião: Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiaçu, e Santa Vitória

Os médicos informaram a paralisação dos atendimentos de anestesia, cirurgia, pediatria, neonatologia, ginecologia e obstetrícia.

A situação é de verdadeiro caos e precisa de uma atuação urgente no cumprimento do direito constitucional à saúde e do princípio da eficiência administrativa, também previsto na Constituição.



Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no noticiário *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Motta, por até 25 minutos.

O SR. HUGO MOTTA (PRB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, cumprimento a todos na volta aos trabalhos após o recesso parlamentar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que iremos trazer à Tribuna, na tarde de hoje, assuntos de grande importância para o meu Estado da Paraíba, para a nossa região, o Sertão e — por que não dizer? — para a população paraibana, que, com certeza, espera dos seus políticos, dos seus representantes, uma atuação que possa significar a melhoria na qualidade de vida do nosso povo.

Começo abordando um tema de fundamental importância para todo o País, e na Paraíba não é diferente, que é a saúde do nosso Estado. Nós temos uma população que pede, que clama, que exige dos seus governantes uma saúde melhor a cada dia. E nós temos tido aqui a oportunidade de poder ajudar para que a saúde da Paraíba possa ser uma saúde melhor.

Cito a principal obra, a principal ação que o nosso mandato aqui defende e que, em breve, será uma realidade, que é o Centro de Oncologia de Patos, que será denominado Hospital do Bem. O Hospital do Bem terá a finalidade de, depois de muitos anos sendo um sonho da população sertaneja, levar o primeiro centro especializado no tratamento de câncer do Sertão do Estado.



Hoje as famílias, os portadores de câncer, para terem acesso ao tratamento, têm que se deslocar por milhares de quilômetros para chegar à Capital do Estado, porque só lá, no Hospital Napoleão Laureano e, em menor escala, no Hospital da FAP em Campina Grande, há a possibilidade de se receber um tratamento adequado e com profissionais preparados e realmente ter o tratamento de câncer garantido pelo SUS — Sistema Único de Saúde, principalmente às famílias mais carentes.

Começamos aqui, há quase dois anos, essa luta para que o Centro de Oncologia, o Hospital do Bem, possa ser uma realidade na cidade de Patos, para atender o Sertão do Estado.

As obras foram concluídas há algum tempo. Estão sendo feitas, agora, as últimas modificações, alterações exigidas pelo Ministério da Saúde para que o Hospital do Bem possa ser aberto.

Nós tivemos um papel fundamental em relação ao Ministério da Saúde, conseguindo a garantia do credenciamento dos serviços. O Ministério da Saúde irá custear os procedimentos, as consultas, as biópsias, a central de diagnóstico de câncer, mandando recursos para que o Hospital do Bem possa funcionar com a finalidade de realizar não só o diagnóstico mas também o tratamento de quimioterapia.

E a emenda parlamentar que cabia à bancada da Paraíba nós a indicamos para o custeio do Hospital do Bem — os recursos já estão em conta e totalizam mais de 8 milhões e 300 mil reais — para que ele possa ser aberto, já que os recursos do Ministério da Saúde só chegam ao hospital, para esses procedimentos que serão



realizados, em média, após três meses de funcionamento, período em que o hospital comprova que está realmente funcionando.

Então, para nós, foi motivo realmente de muita alegria ver esse sonho antigo do povo sertanejo, da população paraibana se tornar realidade. Nós sabemos o quanto é sofrido, o quanto é doloroso, o quanto é difícil, não só para portadores de câncer mas também para suas famílias, esse tratamento. E quando esse tratamento não se encontra próximo da cidade do portador de câncer, ele se torna ainda mais difícil. A pessoa passa a depender do Prefeito, a depender das condições da família, para ter acesso a transporte e, a partir daí, tentar conseguir o tratamento de câncer em uma cidade maior, em um grande centro.

Com a abertura desse hospital, nós temos a interiorização da saúde, com qualidade, na média e alta complexidade. E isso possibilitará ao Sertão do Estado atender aos portadores de câncer sem que eles tenham necessariamente que se deslocar para a Capital do Estado para poder ter direito de receber um tratamento de qualidade.

Como médico, como sertanejo, como cidadão do Estado, eu fico muito feliz de poder estar aqui, como Deputado Federal, vivenciar este momento e saber que o nosso mandato foi importante para que o Hospital do Bem, o Centro de Oncologia do Sertão da Paraíba, se torne realidade.

O Governador Ricardo Coutinho, com que estivemos visitando *in loco* as obras, garantiu que, o quanto antes, esse hospital será aberto. Algumas mudanças, como falei aqui, estão sendo feitas, para que o hospital seja aberto e possa atender a população sertaneja.



E temos uma preocupação muito grande em destinarmos recursos também na área da saúde para o esgotamento sanitário de diversas cidades do interior da Paraíba. Com a FUNASA, temos atuado fortemente, porque entendemos que investir em esgotamento sanitário é apostar no amanhã; é garantir que as gerações futuras, as crianças, os adolescentes, vivam uma realidade melhor do a que vivemos nos dias de hoje.

Uma das grandes tarefas do ser humano é melhorar o mundo para que as gerações futuras vivam melhor. Para nós que estamos na política, essa responsabilidade passa a ser cada vez mais forte, porque a população dos nossos Estados tem em nós a esperança de melhores dias, a esperança de representação dos seus verdadeiros interesses e anseios.

A Sra. Janete Capiberibe - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. HUGO MOTTA - Aguarde 1 minuto, Deputada Janete.

Então, nós conseguimos destinar recursos importantes, consideráveis para os Municípios Tavares, Gurjão, Boa Ventura, Maturéia, Teixeira e Princesa Isabel, para que obras de esgotamento sanitário possam ser feitas, melhorando a qualidade de vida do povo desses Municípios.

Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A Sra. Janete Capiberibe - Muito obrigada, Deputado Hugo Motta. Este aparte é para parabenizá-lo pela informação tão importante que traz de que o Hospital do Câncer de Barretos realiza a implantação do Hospital do Bem no seu Estado da Paraíba, possivelmente na Capital. Isso me chamou a atenção, porque, junto com o Deputado Federal Marcos Reategui, que é do nosso Estado do Amapá, a bancada do Amapá, 3 senadores e 6 Deputados federais, colocamos emenda,



cada um no valor de 1 milhão e 900 mil reais, para o Hospital de Barretos construir essa sua extensão na Capital do nosso Estado com o mesmo objetivo que V.Exa. coloca agora no seu discurso. Ainda fazendo parte do projeto inteiro, para minorar o sofrimento das pessoas vítimas de câncer no nosso Estado, entregamos uma carreta, que percorrerá o Estado inteiro, para fazer o levantamento, a prevenção, levar essas pessoas até a Capital e salvar vidas. Então, eu parablenizo V.Exa., que é um jovem Deputado, pela preocupação que tem com a saúde da população do seu Estado, o que o me dá a oportunidade de também colocar o nosso projeto no meu querido Estado do Amapá. Muito obrigada.

O SR. HUGO MOTTA - Agradeço a V.Exa. As cobranças da população, Deputada Janete Capiberibe, acerca do tratamento de câncer é realmente muito presente, porque não se encontra um tratamento especializado de qualidade principalmente no interior dos Estados brasileiros. O nosso desafio é justamente levá-lo para perto das que precisam e têm que se deslocar às cidades maiores, geralmente as capitais dos Estados, como na Paraíba, que é um sofrimento muito grande para a população. Parabéns também a V.Exa. e à bancada do Amapá por essa luta de combate ao câncer!

Então, nós conseguimos esses recursos importantes para obras de esgotamento sanitário nos Municípios que aqui citei. E hoje, ao lado do Prefeito Dr. Ailton, nós fomos à FUNASA e garantimos mais 6 milhões de reais para a segunda etapa do esgotamento do Município de Tavares. Inauguramos a primeira etapa num investimento de mais de 5 milhões e agora garantimos mais 6 milhões de reais, para que a segunda etapa do esgotamento do Município de Tavares também possa ser feita.



Com certeza, esses Municípios após essas obras de esgotamento terão uma qualidade de vida melhor, uma saúde melhor, uma população vivendo melhor, o que sem dúvida alguma é o maior objetivo do nosso mandato.

Nós temos também investido fortemente através das nossas emendas na reforma e ampliação de hospitais no interior do Estado.

Colocamos quase 1 milhão de reais no Município de Tavares, para que o hospital possa ser completamente reformado e ampliado, e também para o Município de Teixeira. Os 900 mil reais que colocamos serão investidos na reforma e ampliação do hospital e na compra de um aparelho de Raios X, para melhorar a qualidade do atendimento de saúde no Município de Teixeira, sertão da Paraíba.

Já no Município de Mamanguape, nós colocamos 4 milhões de reais; desses, 3,1 milhões serão investidos num centro de imagem. Serão comprados equipamentos, tomógrafos, mamógrafos, aparelhos de ultrassonografia, de endoscopia e colonoscopia. Num Município importante no Vale do Mamanguape, teremos a oportunidade de dispor de um centro de imagem para atender a toda essa região, contando com o grande trabalho que vem realizando a Prefeita Eunice.

O nosso compromisso com a saúde percorre todas as regiões da Paraíba. Além desses recursos que aqui citei de esgotamento sanitário, temos distribuído também ações em custeio da saúde para diversos Municípios, como Conceição, Santa Luzia e todos os Municípios em que temos atuação política.

Acreditamos que esse investimento no custeio dá condição de o Prefeito, por meio da Secretaria de Saúde, prestar um melhor serviço para a população, conseguir que as Unidades Básicas de Saúde possam funcionar com qualidade, abastecer as farmácias dos Municípios e garantir que os procedimentos e as



consultas sejam realizadas com responsabilidade, atendendo à população dos seus Municípios com dignidade e qualidade na saúde.

Concedo um aparte ao Deputado Danilo Forte.

O Sr. Danilo Forte - Eu queria aparteá-lo, Deputado Hugo Motta, para parabenizá-lo pela sua consciência, dever cívico e presteza em estar sempre aqui defendendo os pleitos do Estado da Paraíba. V.Exa. tem uma revelação saudável numa política de tanto descrédito como a que vivemos no Brasil de hoje, em que as pessoas não acreditam mais na política nem nos políticos. Nós temos que acreditar em jovens lideranças como o Deputado Hugo Motta. Parabéns pelo seu trabalho. A Paraíba é muito bem representada nesta Casa pelo digníssimo trabalho que você exerce em nome do povo paraibano.

O SR. HUGO MOTTA - Agradeço a V.Exa., com quem tive a oportunidade de conviver desde que cheguei. Estamos juntos nesse segundo mandato. Aprendi muito com a larga experiência que V.Exa. tem na política, quando Presidente da FUNASA e agora aqui, representando tão bem o Estado do Ceará.

Temos também uma preocupação muito grande com a cidade de Patos. Essa cidade tem recebido recursos importantes e é um verdadeiro canteiro de obras devido às ações e recursos que conseguimos aqui, junto ao Governo Federal.

Cito as ações de macrodrenagem, como os canais de Novo Horizonte e de Noé Trajano, as ações na área do esporte, como o CIE — Centro de Iniciação ao Esporte, a construção de uma vila olímpica, os investimentos em quadras poliesportivas em diversos bairros da cidade, os investimentos na área da saúde, como os equipamentos para UPA, a construção do CAPS — Centro de Atenção Psicossocial e a construção de diversas unidades de saúde e academias de saúde.



Destinamos quase 5 milhões de reais para investimentos na área da cultura na construção do primeiro teatro da nossa cidade, que — por que não dizer?—, quando ficar pronto, será o melhor teatro do sertão da Paraíba.

Levamos para Patos o maior programa de calçamento de ruas. Mais de cem ruas foram calçadas por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal pelo FGTS de 15 milhões de reais.

Conseguimos investimentos para a malha asfáltica. Patos tem uma das melhores malhas asfálticas do interior do Nordeste brasileiro graças ao nosso trabalho. Esses investimentos são importantes para a qualidade de vida da população, melhorando o trânsito e a mobilidade urbana entre os bairros mais distantes e valorizando os imóveis. Acreditamos que esses investimentos são vetores importantes para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade.

Então, são construções de praças, construções de creches, ações que verdadeiramente fizeram da nossa cidade uma cidade melhor ao longo desse período que estamos aqui representando Patos no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Recentemente conseguimos recursos para a compra de uma van para a APAE do nosso Município. Os 130 mil reais estão em conta, aguardando a licitação por parte da Prefeitura, para que o veículo possa ser entregue a essa instituição tão importante, que presta um belo serviço em nossa cidade.

Temos desafios. Um deles é o desafio de conseguir recursos para construção da alça oeste, que irá desenvolver em muito a cidade de Patos, interligando a BR-230 à BR-361, criando mais um corredor de crescimento, desafogando o trânsito, agilizando a vida das pessoas que passam na cidade de Patos para irem ao Vale do



Piancó, para virem do Vale do Piancó e irem à Capital e a Campina Grande. Com certeza, essa alça desenvolverá muito a nossa cidade e ajudará a melhorar a mobilidade urbana e o desenvolvimento de Patos e de todo o Sertão da Paraíba.

Temos também o desafio do aeroporto da nossa cidade. Levamos até lá os técnicos da Azul Linhas Aéreas, e eles já manifestaram o interesse de expandir a sua malha aérea e de investir no interior da Paraíba. A cidade de Patos, após o seu aeroporto estar em condições, será, sim, mais uma cidade a contar com voos regulares. Isso será importante demais para o desenvolvimento de toda a região.

E o nosso desafio agora é agilizar uma parceria que já construímos com o Governo Federal, a Secretaria de Aviação Civil e o Governo do Estado, para que, em investimento conjunto, possam fazer com que o aeroporto de Patos tenha condições de receber os voos que as grandes empresas com certeza levarão para o interior do Estado, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da nossa cidade e da nossa região.

Então, já estamos cobrando e vamos fortalecer essa cobrança para que o aeroporto possa funcionar o quanto antes da forma como os patoenses, como nós sertanejos sonhamos.

E, meus amigos, gostaria também de mencionar uma atuação importante do nosso mandato pela pesca na Paraíba. Gostaria primeiramente de agradecer ao Governador Ricardo Coutinho e de parabenizar o Jerônimo Júnior, que foi, no dia de ontem, nomeado Secretário Executivo da Pesca na Paraíba. Ele já tem uma experiência no setor, é filho de pescador, trabalhava na Secretaria Nacional da Pesca e, agora, levará a sua responsabilidade, a sua capacidade para a Secretaria Estadual de Pesca do nosso Estado.



Do mesmo modo quero parabenizar também o Felipe Filizolla, que assumiu hoje, na Paraíba, a Coordenação da Secretaria de Pesca do Governo Federal.

Então, esses dois jovens que conhecem o setor, que têm a capacidade de trabalhar para fortalecer a pesca no nosso Estado, podem contar com o nosso trabalho, contar com o nosso mandato, para que valorizemos ainda mais o pescador, para que a pesca possa ser cada vez mais forte na nossa Paraíba.

O nosso mandato aqui já defende os pescadores, mas, com a chegada desses dois jovens, aumenta a nossa responsabilidade e o nosso desejo de fazer, de realizar para que a Paraíba possa ter uma pesca cada vez mais forte.

Reafirmando esse compromisso, quero deixar claro aquilo que eu já disse em reuniões em que estive na Paraíba e aqui em Brasília com os Presidentes de Colônias de Pescadores e pescadores no geral. Nós temos este compromisso: caso a Portaria nº 78 — que foi sobrestada pelo Governo Federal, mudando a sua data de vigência, o que possibilitou o pagamento do seguro-defeso neste ano, após um trabalho nosso, no Congresso Nacional, de pressão ao Governo Federal — não seja alterada, para que ela não prejudique os pescadores da Paraíba e de outros Estados do Nordeste, nós vamos trabalhar para derrubá-la aqui na Câmara dos Deputados. Já que essa portaria já foi derrubada no Senado Federal através de um decreto legislativo, nós vamos, na Câmara dos Deputados, aprovar esse projeto, que já foi aprovado no Senado, para derrubar essa portaria. É um compromisso que esta Casa tem com a pesca, com os pescadores, que foram prejudicados.

Essa é uma portaria mal feita, feita por burocratas do Ministério do Meio Ambiente que não conhecem a realidade, que não sabem o que o pescador pequeno, humilde do interior da Paraíba passa para conseguir o seu sustento.



Fazem uma portaria irresponsável que prejudicou milhares de pescadores no Nordeste brasileiro. Nós não aceitaremos. Enquanto Parlamentar conhecedor dessa realidade, não aceitarei que essa portaria entre em vigência e prejudique os pescadores não só da Paraíba, mas também de diversos Estados do Nordeste brasileiro.

O pagamento do seguro-defeso é um direito, Deputado Paes Landim, e esse direito tem que ser respeitado. Nós estamos dizendo ao pescador que, durante três meses ao ano, eles não pesquem, porque o Governo dará um salário mínimo a cada um, para poder fazer a sua feira, pagar a sua conta de luz, poder pagar a farmácia, já que não há outra forma de sustento se não for através da pesca e a pesca está proibida durante esses meses. Nós não permitiremos que isso aconteça e que os pescadores fiquem prejudicados na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Ceará e em diversos Estados do Nordeste brasileiro.

Conseguimos essa vitória este ano através dessa pressão, mas nós não relaxaremos. Nós só sossegaremos quando essa portaria for alterada ou esta Casa, com certeza, conhecendo essa realidade, não permitir a sua vigência, porque ela é uma portaria que prejudica, e muito, os pescadores do Nordeste brasileiro, que, sem dúvida alguma, confiam no nosso mandato e confiam nesta Casa para que essa injustiça não aconteça.

Temos diversos compromissos: o Programa Pescando Letras, o PRONATEC, a distribuição das cestas básicas, para que o pescador possa ser valorizado. Isso é compromisso do nosso mandato, é luta nossa aqui em Brasília. Nós queremos reafirmar esse compromisso que nós temos com a pesca do nosso Estado, com os pescadores paraibanos.



Temos, também, o desafio de conseguir a distribuição de alevinos, para que se povoem os nossos mananciais, para que nós tenhamos condição de dar ao pescador condição de trabalho; e, também, o de abrir linha de crédito, levar o pescador para as instituições públicas que fomentem o seu trabalho, que fomentem a sua atividade, para que, através desse fomento, tenhamos geração de emprego e renda, fortalecendo o pescador e fortalecendo esse setor que já vem sobrevivendo com poucos estímulos. Se nós o estimularmos, com certeza, ganhará todo o Brasil, ganhará o nosso Nordeste, ganhará a Paraíba.

Queremos também, além disso, lutar pela isenção do óleo *diesel*, que é uma demanda antiga, para que a pesca possa ser fortalecida e os pescadores possam ter cada vez mais condições de trabalho no nosso Estado, sempre...

O Sr. Efraim Filho - Permita-me um aparte, Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA - Pois não, Deputado Efraim Filho.

O Sr. Efraim Filho - Como seu conterrâneo, quero rapidamente apenas dar testemunho de como V.Exa., assim como eu, evoluiu e amadureceu. V.Exa. começou como representante da nova geração e hoje recai sobre seus ombros a responsabilidade de representar o nosso povo, a nossa terra, a nossa gente, diversos Municípios. V.Exa. o faz com toda a desenvoltura, com méritos, honrando o voto daqueles que confiaram em V.Exa. Fico feliz de poder tê-lo como companheiro de bancada. Espero que juntos possamos retornar, disputando e convivendo para defender a Paraíba e os paraibanos. Parabéns pelo desempenho do seu mandato. Um forte abraço. Desejo sorte na caminhada.

O SR. HUGO MOTTA - Agradeço a V.Exa., um companheiro de bancada que sempre nos acolheu tão bem. Com certeza, a troca de experiências com V.Exa., que



já é um Deputado com mais mandatos e com mais conhecimento na Casa, ajudou no nosso engrandecimento político e na representação pela Paraíba.

Concedo um aparte ao Deputado Saraiva Felipe.

O Sr. Saraiva Felipe - Deputado Hugo Motta, depreendo da apresentação de V.Exa. como trata com carinho e com cuidado as questões relativas ao seu Estado. Espero para benefício do nosso Parlamento o seu retorno. Gostaria de aproveitar também para registrar a minha presença no dia de hoje, já que até às 14 horas eu estava cumprindo agenda em Ministério. Um abraço, Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA - Agradeço a V.Exa.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa.

Relato rapidamente um caso que aconteceu com quatro jovens da minha cidade de Patos, no interior do Ceará. Esses jovens foram confundidos com bandidos. A Polícia Militar, fazendo uma abordagem errada, baleou três desses jovens em um veículo. Um deles foi a óbito. Nós fizemos contato com o Secretário de Segurança do Ceará, Dr. André Costa, pedindo apuração desse caso. Esses jovens estavam indo para um torneio de sinuca no Maranhão. Os tacos que estavam dentro foram confundidos com armas. Essa abordagem de maneira errada vitimou fatalmente um conterrâneo, um patoense, que estava indo para o seu lazer praticar um esporte que, sem dúvida alguma, não iria prejudicar a vida de ninguém. Então, nós pedimos a apuração desse caso. Estamos acompanhando o caso confiantes de que a Polícia Civil do Estado do Ceará irá apurá-lo com isenção e com imparcialidade, para que essa abordagem seja esclarecida, esse crime seja esclarecido, e os verdadeiros culpados sejam punidos.



Agradeço a V.Exa. pelo tempo. Sem dúvida alguma vamos continuar sempre em defesa do nosso Estado, em defesa da paraíba, por uma realidade, por um Brasil cada vez melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado, nobre Deputado. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas quero parabenizar o Padre Nelson Frederico Scheil.

Neste momento de crise política, crise moral, crise ética, de maus exemplos que nós temos na sociedade em várias áreas, temos que destacar também as coisas boas das pessoas que dedicaram as suas vidas em torno de uma missão.

Temos aqui o Padre Nelson Frederico Scheil que está completando agora nesta semana vocacional, neste ano de 2018, jubileu de diamante — 60 anos de sacerdócio, que começou no Município de União da Vitória e hoje exerce o sacerdotismo no Município de Ipiranga, trazendo um grande exemplo, cuidando das vidas, levando a fé, levando amor, carinho. É uma missão que Deus deu.



Então eu tenho muito orgulho em poder citar isso aqui em Brasília, em representar o Município de Ipiranga e dar os parabéns ao Padre Nelson e toda a sua comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar a minha indignação, minha preocupação, minha consternação com o povo da Venezuela.

É com grande tristeza que vemos a ditadura de Chávez e de Maduro destruir uma próspera nação. Ela foi arrasada, ela foi destruída pela incompetência, pela forma autoritária, ditatorial de imposição de ideais não convencionais, de ideais que já foram superados no século passado, que é o comunismo e o socialismo.

A América, o mundo, preocupado com o que está acontecendo na Venezuela, exige democracia, abertura política, o fim das prisões, o fim dessa ditadura que arrasa e traz prejuízo para todos os vizinhos, especialmente para o Brasil.

A OEA, a Organização dos Estados Americanos, a ONU, os direitos Humanos internacionais, todos discutem, mas não têm a solução para a Venezuela. Cabe a nós fazer o pronunciamento, mas orar, pedir a Deus que haja um desenlace democrático, não a ditadura de Esquerda nem de Direita.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, que falará como Líder da Oposição, que disporá de até 9 minutos.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA.. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estou de posse de um documento intitulado



Diretrizes do Plano de Governo. Coligação uma Conquista Melhor que foi o documento orientador do então candidato a Prefeito do Município de Vitória da Conquista no Estado da Bahia, capital regional do sudoeste baiano Herzem Gusmão, candidato do PMDB naquela oportunidade.

Este documento, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, representa a confirmação de que a população de Vitória da Conquista foi submetida a um estelionato eleitoral. Digo isso porque este documento, bem-intencionado, traz, no seu bojo, propostas, proposições dentro das mais diversas temáticas que, segundo o candidato à época, hoje Prefeito de Vitória da Conquista, promoveria o desenvolvimento, o progresso, geraria emprego, renda, enfim, melhoraria a qualidade de vida do povo daquele que é o segundo mais importante município do interior do Estado da Bahia.

O documento é composto de várias intenções, que envolvem as temáticas da educação, da saúde, da cultura, do turismo, do esporte, do lazer, também apresenta proposições para a juventude, para o desenvolvimento social, a infraestrutura e mobilidade urbana, a transparência, o controle público, serviços públicos, trabalho, comércio, indústria, desenvolvimento, meio ambiente, segurança pública e trata também da questão especial dos servidores públicos.

Eu vou me ater apenas a dois temas que compõem este documento denominado *Diretrizes do Plano de Governo*, já que são muitas as temáticas que envolvem o debate e a discussão, que eu, inclusive, já em outra oportunidade tratei aqui, da tribuna da Câmara dos Deputados.

Desta feita, Sr. Presidente, quero me ater ao debate sobre a educação e sobre os servidores públicos municipais de Vitória da Conquista. E decidi tratar



desses dois temas porque há 19 dias, completados hoje, os professores do Município de Vitória da Conquista se encontram em greve, reivindicando um reajuste salarial de 6,81%, que foi o reajuste determinado pelo Ministério da Educação para recompor o poder de compra do piso nacional de salário dos professores do Brasil, e o Município de Vitória de Conquista, no processo de negociação, se limita a oferecer o percentual de 2,76.

Eu não quero tratar do mérito em si do debate, da negociação entre as partes, mas chamar a atenção a respeito da forma autoritária e truculenta com que a administração do Sr. Herzem Gusmão vem tratando os servidores públicos deste que é um dos mais importantes municípios do Brasil.

Digo isso porque, durante a campanha eleitoral, através deste documento que foi devidamente registrado no Tribunal Regional Eleitoral, o Prefeito apontava para a população de Vitória da Conquista o desejo de realizar uma gestão de diálogo, de entendimento, de exercício da boa política.

No que diz respeito aos servidores públicos, por exemplo, o documento que acabei de apresentar a todos destacava:

atuar em parceria com os servidores públicos, respeitando as categorias; dialogar com os sindicatos que representam as categorias, criando uma agenda permanente e positiva no intuito de resolver eventuais demandas por parte dos servidores, assim como para aprimorar o relacionamento entre a administração e seus servidores.



Foi com essa proposição, com essa vontade, com essa intenção que o Prefeito, então candidato, se dirigiu à sociedade conquistense para se apresentar como candidato a prefeito do Município.

No que diz respeito à educação, ele assumiu o compromisso expresso neste documento de que iria fazer a reestruturação dos planos e cargos de carreira dos profissionais da educação, também com a clara intenção disposta no documento de valorização dos profissionais de educação.

Nós concordamos que a educação é um importante instrumento de qualidade de vida da população, condição indispensável para o desenvolvimento do Município.

Eis que passado mais de 1 ano e meio, quase 2 anos, de administração, as promessas e os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral na prática não se efetivam, na prática não se realizam.

Eu estou de posse do documento *Diretrizes do Plano de Governo - Coligação uma Conquista Melhor*, que traz em seu bojo esses desejos, vontades, proposições e projetos que compõem o plano de Governo do então candidato Herzem Gusmão.

Nessa greve em particular, a dos professores, uma das tantas greves realizadas pelos servidores públicos do Município, a administração Herzem Gusmão agiu com truculência, ameaçando com corte de ponto, demitindo professores e servidores contratados, criando um estado de terror. Portanto, rompeu clara e definitivamente com o desejo revelado durante a campanha de realizar um Governo de diálogo, de entendimento, de conciliação.

Eu quero me solidarizar com os professores municipais de Vitória da Conquista; protestar veementemente contra esse comportamento autoritário e



truculento que se utiliza da força, da lei e de diferentes dispositivos coercitivos para amedrontar os professores e os servidores públicos de Vitória da Conquista.

A população, pouco a pouco, está reconhecendo que a eleição desse cidadão representou um estelionato eleitoral porque ele não vem cumprindo praticamente nada do que assumiu como compromisso, como plano de Governo, como promessa de campanha.

E nós só temos a lamentar, porque Vitória da conquista é uma capital regional, uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia. Ela tem uma forte repercussão porque polariza mais de 80 Municípios baianos e mineiros. Portanto, o seu desenvolvimento e o seu progresso interessam a toda essa vasta população de mais de 2 milhões de habitantes.

Fica registrado o nosso protesto veemente ao comportamento autoritário e truculento do Prefeito e de toda a sua administração e a nossa solidariedade aos servidores públicos de uma forma geral, especialmente aos professores.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcos Reategui, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna um tema muito importante para a economia do Brasil e que será debatido amanhã em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço desta Casa. Refiro-me ao tráfego aquaviário em águas brasileiras, objeto do Projeto de Lei 8.535/17.

Em linhas gerais, a referida proposição legal trata de uma alteração na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, Lei 9.537/97, com objetivo, dentre outros, de



transferir para a Agência Nacional de Transporte Aquaviário — ANTAQ a competência para a regulação do valor pago pelos serviços de praticagem.

Atualmente a regulação desse serviço está a cargo do Ministério da Marinha. Não se tem ideia, ainda, de qual órgão é o mais adequado para regular uma atividade tão complexa como a praticagem. Por isso, a audiência pública que acontecerá amanhã propiciará oportunidade para análise mais apurada sobre a questão.

Conheço muito bem os problemas enfrentados pelos trabalhadores do setor porque, como Procurador Geral de um Estado portuário e como Delegado de Polícia Federal, já atuei nos portos e sei o quanto precisamos melhorar a logística e a relação laboral, haja vista que profissionais capacitados, valorizados e remunerados de acordo com as leis de mercado, são imprescindíveis para que a navegação se consolide e tenha competitividade.

Ao fazermos alguns ajustes necessários na legislação portuária e no modal hidroviário, certamente os desdobramentos exitosos serão uma realidade no Brasil, com resultados na geração de emprego e renda, e na elevação das receitas provenientes do setor, o que, inevitavelmente, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Esperamos que dúvidas sejam sanadas e determinados regramentos encontrem consenso. Os melhores técnicos e especialistas do País foram convidados para a audiência pública, a exemplo dos representantes da Antaq, da Marinha do Brasil, do Centro Nacional de Navegação, do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, da Associação Brasileira dos Cruzeiros



Marítimos, do Conselho Nacional de Praticagem, da Federação Nacional dos Práticos, da GO Associados e da Agripino & Ferreira Advogados e Consultoria.

Será um debate muito promissor. O setor portuário brasileiro tem enfrentado mudanças significativas ao longo dos últimos anos em busca de eficiência, redução de custos, elevação de investimentos em infraestrutura e modernização na operação portuária. Para que a excelência no setor aconteça, contudo, outras medidas ainda precisam ser consideradas, dentre elas está a atualização da regulamentação dos serviços de praticagem.

Estarei à frente da audiência pública que ocorrerá amanhã e darei minhas contribuições para que a navegação no Brasil seja uma atividade segura e acreditada, pois temos uma malha hidroviária promissora, mas que precisa ser aprimorada urgentemente.

Certamente a praticagem compõe a vasta engrenagem de revitalização da navegação em nosso País. Para que o público que assiste a esta sessão compreenda melhor, esclareço que a praticagem é a atividade de manobra e navegação de embarcações realizadas por profissionais habilitados, conhecidos como práticos, os quais são aquaviários não-tripulantes, que atuam em trechos da costa, baía, portos, estuários, lagos, rios, terminais e canais em que há tráfego de embarcações. Em outras palavras, a atuação dos práticos está voltada ao assessoramento dos comandantes em áreas restritas, denominadas de Zona de Praticagem, cujas peculiaridades dificultam a livre e segura navegação.

Por todo o exposto, impõe-se como necessário, e até imprescindível, o aperfeiçoamento da regulação desse importante serviço para que consigamos obter



eficiência econômica no transporte e também para evitar possíveis abusos decorrentes da concentração de mercado.

Reafirmo o que eu disse anteriormente: é chegada a hora de nos aprofundarmos nos debates sobre a praticagem, porque essa atividade interfere consideravelmente na logística de navegação e sua eficácia, pressupostos essenciais ao desenvolvimento do comércio, principalmente para o exterior.

Nesse contexto, cito o Porto de Santana, no Estado do Amapá, que desponta como uma possibilidade bastante promissora no escoamento da produção brasileira, sobretudo de produtos agropecuários, pois está localizado próximo à América Central, o que torna menor a distância para o mercado internacional, uma vez que, independentemente de onde se produza no Brasil, Santana, no Amapá, será o porto no caminho para o mercado consumidor.

Portanto, Sr. Presidente, estou certo de que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, com seus competentes membros, conseguirá aprimorar a legislação vigente sobre a atividade de praticagem e definir, de maneira consensual, se possível, o órgão estatal mais apropriado para cuidar de um setor complexo e desafiador, mas ao mesmo tempo imprescindível para que a navegação brasileira alcance patamares de excelência.

Uma coisa é certa: o modal hidroviário é a alternativa viável, mais econômica e promissora para o escoamento da produção no Brasil. Não podemos mais ficar reféns das rodovias. Precisamos nos modernizar e baixar o Custo Brasil, aumentando o número de empregos para nossa gente e o superávit da balança comercial.



Peço, Sr. Presidente, que esse pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos oficiais de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Antes de passar a palavra por 1 minuto ao Deputado Marcus Vicente, quero dizer que nós temos aqui quatro Líderes inscritos, os Deputados João Daniel, Sergio Souza, Bruno Araújo e Marcondes Gadelha. Quero propor que haja um entendimento entre os Líderes para que se faça um revezamento com os Deputados que vão fazer breves comunicações, porque há muitos Deputados que estão aguardando há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha, por 3 minutos, pela Liderança do PSC.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, com satisfação informo à Casa e às populações do Nordeste Setentrional em geral que a última estação elevatória do Eixo Norte da transposição de águas do Rio São Francisco, a Estação EB-3, situada na cidade de Salgueiro, em Pernambuco, acaba de ser inaugurada. Isto significa que as águas já poderão começar a correr, já poderão fluir com absoluta desenvoltura.

Esta é a notícia mais esperada ao longo de 30 anos por toda uma geração de combatentes que sonharam, lutaram e padeceram por esta ideia redentora, que vai mudar radicalmente a qualidade de vida de 12 milhões de brasileiros espalhados em 240 Municípios do Nordeste.

Sr. Presidente, a transposição é a maior obra hídrica da América Latina, e tem, como se viu, uma história longuíssima. A primeira ideia, a primeira proposta de transposição, o primeiro projeto, remonta ainda à gestão do Ministro Mário



Andreazza à frente do Ministério do Interior, no período da ditadura militar. Com a morte de André Asa, o projeto voltou para os escaninhos do Banco Mundial, que havia financiado, e ficou esquecido até ser resgatado pelo Presidente Itamar Franco. Depois, atravessou os dois Governos Fernando Henrique Cardoso e mais os dois Governos de Lula, Dilma, e, por fim, desaguando agora em plena gestão de Michel Temer.

É escusado dizer o quanto sofremos de adversidade, incompreensão, hostilidade e até agressão física na fase de instrução para obter a licença de instalação da obra pelo IBAMA. Essas diatribes envolviam segmentos da mídia, do meio acadêmico, parte da igreja, e, sobretudo, a área política, em grandes Estados da Federação. O mínimo que se dizia é que nós promoveríamos um desastre ecológico apocalíptico, levando à morte do Rio São Francisco, embora nós estivéssemos respaldados por dois relatórios de impacto ambiental exaustivos produzidos por consórcios nacionais e internacionais em dois Governos diferentes.

Sr. Presidente, não é hora de cobrança, não é hora de passar recibo. Este é um momento de alegria, é um momento de comemorar. Eu vou mais longe e digo que esta ideia da transposição vai ser imitada em outras Regiões. Mas, agora, quero dizer que nada se compara à emoção de ver a esperança brilhando na ponta dos canais e sendo colhida na concha da mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Solla. *(Pausa.) Não está presente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Heitor Schuch. *(Pausa.)*



Enquanto isso, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcus Vicente, por 1 minuto.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para registrar e parabenizar toda equipe do jornal online, *Folha Vitória*, do Espírito Santo, que foi escolhido O Veículo do Ano da Internet pelo tradicional Prêmio Colibri capixaba.

Esse reconhecimento ao jornal online *Folha Vitória* prova que o trabalho de valorização e de fortalecimento dos veículos de comunicação regionais da rede Vitória, que pertence ao grupo Buaiz, continua dando muitos frutos. O jornal *Folha Vitória* está tem 11 anos de atuação e leva conteúdo de qualidade aos capixabas e a todas as regiões.

É importante que possamos reconhecer esse trabalho por se tratar de uma fonte segura de informação à sociedade, no momento em que a nossa história em que combatemos todos nós o *fake news*, as notícias falsas que atualmente são determinadas, principalmente, pelas mídias sociais.

Envio meu abraço e desejo sucesso a todos os jornalistas, técnicos e colaboradores do jornal, ao Diretor-Geral da Rede Vitória, Fernando Machado, bem como ao empresário Américo Buaiz Filho, que conduz com maestria o grupo Buaiz e dá liberdade para que o jornal se renove e consiga alcançar cada vez mais leitores, cumprindo seu papel social de informar com isenção e seriedade.

Peço a V.Exa. que autorize a divulgação nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - O pedido de V.Exa. será atendido.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a toda a equipe do Jornal Folha Vitória, do Estado do Espírito Santo, eleito o do ano na categoria "Internet", pelo tradicional Colibri capixaba.

A premiação completou 31 anos em 2018, tem 22 categorias e é uma iniciativa do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo.

Este reconhecimento ao jornal Online Folha Vitória prova que o trabalho de valorização e de fortalecimento dos veículos de comunicação regionais da Rede Vitória, que pertence ao Grupo Buaiz, continua dando bons frutos.

O jornal Folha Vitória tem 11 anos de atuação e leva conteúdo de qualidade aos capixabas de todas as regiões, e a todo o planeta, dado o alcance da internet.

E é importante que possamos reconhecer este trabalho, por se tratar de fonte segura de informação à sociedade, num momento da nossa história em que combatemos as "Fake News", as notícias falsas que atualmente são disseminadas, principalmente, pelas mídias sociais.

Meu abraço e desejo de sucesso a todos os jornalistas, técnicos e colaboradores do jornal e ao diretor- geral da Rede Vitória Fernando Machado, bem como ao empresário Américo Buaiz Filho, que conduz com maestria

o Grupo Buaiz e dá liberdade para que o Jornal se renove e consiga alcançar cada vez mais leitores, cumprindo seu papel social de informar com isenção e seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Passo a palavra agora ao Deputado Heitor Schuch.



O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, muito obrigado, Cabo Sabino, que preside esta sessão e, por extensão, todos os colegas Parlamentares.

Gostaria de apresentar a esta Casa o relatório Atividades da Associação dos Fumicultores do Brasil—AFUBRA, que representa os agricultores e produtores de tabaco nos três Estados do Sul e que, no último mês, fez também a sua assembleia de prestação de contas.

Essa entidade, que tem 63 anos, reuniu todos eles para mostrar os números, apresentar o balanço e o relatório das atividades, orienta os produtores a diversificar a sua linha de produção. O tabaco logicamente é a cultura mais estável e que traz mais renda para as famílias produtoras. Mas é importante dizer também que esse é o setor que mais preserva a vegetação nativa, inclusive, aumentando ano a ano os índices de preservação.

Trinta e seis por cento das famílias produtoras têm propriedades de até 10 hectares, ou seja, são realmente agricultores com pouca área, e muitos deles utilizam 1, 2 e, no máximo, 3 hectares de sua área na cultura do tabaco, e as demais áreas da sua propriedade são utilizadas para a diversificação na produção de alimentos.

Diante desse quadro, eu quero descrever aqui a AFUBRA e cumprimentar por esse trabalho. Ela tem diversos outros projetos, como por exemplo o Projeto Verde é Vida, que faz um trabalho muito próximo das escolas, da educação ambiental, da questão socioambiental. A EXPOAGRO AFUBRA da Diversificação tem hoje a maior feira da agricultura familiar do Brasil. E tem também o Programa de Sensibilização Ambiental em mais de 450 escolas, em 135 Municípios dos três Estados. O



programa de coleta de óleo saturado têm, em 9 anos do programa, quase 900 mil litros de óleo recolhido, que não vai para a natureza pois é reutilizado. E tem 188 escolas no programa com o tema família, educação, convivência e a sucessão rural.

O Programa de Ação Socioambiental envolve também mais de 423 mil pessoas nos três Estados.

Uma das novidades da Afubra agora é o módulo solar, aproveitando a energia solar. Indenizou os seus produtores em mais de 99 milhões de reais.

Portanto, a Afubra tem essa missão de zelar pelo bom preço do produto também pelo seguro da mutualidade.

Parabéns à Afubra por mais um ano e por esse trabalho.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha através dos meios de comunicação desta casa.

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) reuniu seus associados para a assembleia geral ordinária anual da entidade em Santa Cruz do Sul/RS. Na presente assembleia foram apresentados de forma sucinta as principais ações realizadas pela Afubra de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

O fumicultor procura diversificar a sua linha de produção, mas o tabaco continua sendo a cultura mais estável e que traz mais renda as famílias produtoras, no ano 2017/2018 o tabaco foi responsável por 52,8% da renda familiar.

Como o tabaco vem se mostrando a cultura de maior rendimento, temos que levar em conta que 36% das famílias produtoras tem propriedades entre 01 a 10



hectares e 27% não chega nem a 01 hectare, ou seja a mão de obra é oriunda da agricultura familiar.

A Afubra desenvolve diversas atividades nas áreas social e ambiental, há 26 anos com atuação em três Estados do Sul do Brasil, o Projeto Verde é Vida divide suas atividades em três programas:

- Programa de Sensibilização Ambiental (PSA), que atendeu a 456 escolas de 135 municípios dos três Estados, envolvendo 104.276 pessoas entre alunos e professores.

- Programa de Coleta de Óleo Saturado (PCOS), e suas escolas parceiras coletaram 153.035 litros de óleo saturado, propondo a conscientização das comunidades quanto a necessidade de preservação ambiental e de reaproveitamento do óleo, bem como oferecer um destino correto para o óleo de cozinha. Trabalhando em parceria com 188 escolas de 61 municípios que escolheu como tema “família, educação, convivência e sucessão”.

- O Programa de Ação Socioambiental (PASA) que atuou em 210 municípios, desenvolvendo atividades em parceria com 643 escolas e atingindo 423.630 pessoas, entre alunos, pais, professores e comunidade em geral.

Uma das novidades da Afubra é a venda de módulos solares, para seus associados e clientes, com o uso destes painéis o produtor recuperará o custo investido e reduzirá os gastos com energia elétrica, usufruindo do que a natureza tem a nos oferecer em abundancia, que é a luz solar.

Senhor Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta casa, em especial na Voz do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Para falar como Líder do PT, Deputado João Daniel, que disporá de até 9 minutos.

Antes, porém, tem a palavra o Sr. Deputado Valmir Assunção, que disporá de 1 minuto. Em seguida, Deputado Alberto Fraga.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. SPela ordem. em revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 9 de agosto o Supremo Tribunal Federal vai julgar recurso que trata do sacrifício de animais no rito de religiões de matriz africana.

Entendo que esse é mais um ato de racismo, de intolerância religiosa, porque quase todas as religiões nos seus ritos têm alimentação. E como essa alimentação chega aos seus participantes? Como é? É preciso responder isso.

Por isso acho que a Suprema Corte tem que arquivar esse processo. Nós não aceitamos intolerância religiosa, de forma nenhuma. É só vermos que no Natal se mata peru. Não é um rito?

Vamos obedecer a cultura e o rito do povo de terreiro, do povo de santo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, dia 9 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) realiza em Brasília o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 494601. Datado de 29 de setembro de 2006 e com relatoria do ministro Marco Aurélio Mello, o RE foi apresentado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul contra a decisão do Tribunal de Justiça do estado (TJ-RS), que validou por meio de uma lei o sacrifício de animais em rituais religiosos.

Os orixás, cultuados nessas religiões, possuem forte ligação com a natureza, com a preservação ambiental. A proibição do sacrifício, na verdade, é mais uma face



da intolerância religiosa, que assola terreiros e centros de todo o país, como fruto de um profundo desrespeito à liberdade de culto.

A tentativa de proibição de ritos de religiões de matriz africana se trata de racismo. Ora, o STF não está julgando, por exemplo, o sacrifício de peru para o natal cristão. Por que o sacrifício de animais que, inclusive, são utilizados para alimentação em religiões de matriz africana tem ter uma legislação diferente das outras religiões?

Ainda em 2017, representantes da Comissão dos Terreiros Tombados da Bahia e outras lideranças religiosas e da sociedade civil se reuniram com a presidente do STF, Carmem Lúcia. Eles entregaram à ministra um parecer e um memorial com informações históricas, legais e culturais no mundo inteiro relacionados ao sacrifício de animais.

Amanhã, a centenas de líderes religiosos e praticantes de religiões de matriz africana estarão em Brasília para protestar e vigiar o STF. O Dia de Luta do Povo de Santo, em Brasília, com a presença de caravanas de vários estados para fazer com que o Supremo Tribunal Federal (STF) archive a ação que tramita contra o sacrifício de animais para fins religiosos.

Ainda neste dia 9 de agosto, será realizado um ato inter-religioso, às 18 horas, em frente ao STF, com participação de várias tradições religiosas indígenas, africanas, católicas, evangélicas, judaicas, budistas, etc, em defesa da liberdade e tolerância religiosa, da justiça e da democracia brasileira e em solidariedade e apoio às religiões de matriz africana.

Esta agenda integra as mobilizações iniciadas no dia 31 de julho, com a greve de fome feita por militantes dos movimentos populares que culminará com a Marcha



Nacional Lula Livre pela democracia e justiça que se inicia dia 10 de agosto e encerra com um grande ato no dia 15 de agosto em Brasília.

Senhor/a Presidente/a, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na Voz do Brasil e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Com a palavra o Sr. Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as últimas 24 horas, após a deflagração da Operação 12:26, que investiga no Governo do DF tráfico de influência, corrupção e roubalheira do dinheiro público, o Governador Rodrigo Rollemberg não tem dormido direito. Vejam a ironia.

O Governador Rollemberg dias atrás disse que o governo era “Brasília de mãos limpas”. Em menos de 24 horas ele passou de mãos limpas a mãos sujas. Cerca de 120 minutos de interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça apontam corrupção no Governo Rollemberg.

O homem de confiança, ou seja, o operador chamado Marcelo Nóbrega, que foi apontado na CPI da Saúde, está lá escondido. Realmente, ele agora vai ter que comprovar muita coisa.

Eu nunca achei que fosse um governo de mãos limpas. As mãos dele estão sujas quando as nossas crianças morrem nas filas dos hospitais esperando atendimento médico. É um governo de mãos sujas, porque os acidentes de trânsito vêm aumentando a cada dia mais. É um governo de mãos sujas, porque os índices de violência têm aumentado de forma assustadora pela sua incompetência.



É muita cara-de-pau e cinismo dizer que é um Governo Mãos Limpas, quando, na verdade, o próprio mãos sujas é o Governador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Daniel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S. Exa. tem até 9 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e quem nos acompanha pela *TV Câmara* e demais meios, inicio o meu pronunciamento para falar rapidamente sobre uma nota da Frente Brasil Popular e de todos os movimentos sociais sobre o ataque contra a democracia e contra o Presidente Maduro ocorrido, no último sábado, na Venezuela. No dia 4 de agosto, foi registrado esse ataque contra a democracia da Venezuela, contra a vida do Presidente Nicolás Maduro.

A nota afirma que as forças do capital e do império dos Estados Unidos já assassinaram muitos líderes no mundo inteiro. Isso é de conhecimento público. Entre eles, podemos nos lembrar de Sandino, da América Latina. Entre os líderes americanos, podemos nos lembrar de Martin Luther King. Porém, o império nunca conseguiu deter a força da luta do povo, no mundo inteiro, na América, por justiça e igualdade.

Sobre esse atentado contra o Presidente Maduro, que felizmente saiu ileso, todas as denúncias dos jornais levam a crer — e é preciso que haja uma apuração — que, por trás disso, está mais uma vez a força imperialista do Governo americano e de Governos latinos aliados, que tentam, de toda forma e com toda a força, impedir que um país que tem democracia popular e fez o maior número de referendos populares, de eleições populares possa construir a sua nação.



Por isso, aqui do Brasil, nós, todos os movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os movimentos que compõem a Frente Brasil Popular, e o nosso grande líder e companheiro João Pedro Stédile deixamos aqui registrado, para que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios, que nunca nos impedirão de defender, nesta tribuna e em qualquer lugar, a verdade dos fatos.

E lamento profundamente que, em parte, alguns desta Casa tenham críticas. Nós aceitamos que haja divergências e críticas com relação ao Governo de Cuba, ao Governo da Venezuela, ao Governo da Bolívia. Mas a grande maioria que faz a defesa contrária aos Governos populares é a mesma que baixa a cabeça para os americanos, que não dá um pio quando os Estados Unidos invadem os países e destroem nação e que é mansa para os imperialistas e para os países ricos.

Então, fica aqui registrado que jamais deixaremos de defender aqueles que querem verdadeiramente construir a democracia e um país justo em qualquer lugar deste planeta.

Segundo, Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós queremos deixar a nossa mais alta homenagem aos sete grandes homens e mulheres que ficarão registrados na história deste País como grandes homens e mulheres que estão neste momento, já há 9 dias, doando sua vida na defesa da democracia, na defesa da Constituição e da verdade.

Nossa homenagem ao grande companheiro Frei Sérgio Görgen, ex-Deputado do nosso partido e fundador do MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores; à grande companheira Rafaela Alves, fundadora do MPA em Sergipe e grande poeta, construtora do teatro popular do povo camponês do Nordeste; ao nosso querido



companheiro Vilmar Pacífico; à querida companheira Zonália Santos; ao nosso grande camarada Luiz Gonzaga, o Gegê, da CMP — Central dos Movimentos Populares —, da luta popular por moradia; ao nosso querido companheiro Leonardo Soares, que é militante do Levante Popular da Juventude e o nosso camarada Jaime Amorim, dirigente nacional do MST — amigo do nosso querido companheiro Valmir Assunção, Deputado Federal —, que ajudou a fundar o movimento no Brasil inteiro e neste momento faz esta greve de fome como uma determinação da defesa da justiça e da verdade.

Ontem, acompanhamos, com a bancada do PT da Câmara e do Senado, o protocolo no Supremo Tribunal Federal para pedir que os Ministros e Ministras recebam os companheiros e companheiras da greve de fome, para ouvir um pouco do que a sociedade brasileira tem aclamado todos os dias, que é a questão do Presidente Lula.

O Presidente Lula está preso, é um preso político. O Presidente Lula está sem um julgamento justo. O Presidente Lula é vítima de um processo criminoso, armado a partir dos interesses das grandes empresas, a partir dos interesses das empresas americanas. E esse apelo do Presidente Lula, pela libertação imediata, pelo direito de o Presidente Lula ser candidato à Presidência da República não é o sonho de um ou dois movimentos sociais ou do Partido dos Trabalhadores. É o sonho da maioria da população brasileira, que sabe que o Presidente Lula derrota toda a Direita brasileira, inclusive, os fascistas que, dentro desta Casa, fazem o discurso de ódio, o discurso do preconceito, o discurso permanente do golpe continuado.



Por isso, uma marcha se inicia no dia 10. E neste momento, em várias partes do Brasil, estão as marchas do MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens, do MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores, da Via Campesina, que chegarão a Brasília no dia 14. Iniciarão dia 10, para, pela primeira vez na história do Brasil, o povo protocolar e registrar a candidatura do maior líder popular da história do Brasil, do maior Presidente da história do Brasil, para pedir justiça, para pedir respeito à nossa Constituição e ao direito de o Presidente Lula ser candidato.

Deixo a nossa solidariedade aos que fazem a greve de fome, o nosso total apoio da nossa bancada e do nosso partido a todos os caminhantes que virão à Brasília para se juntar na grande marcha em defesa da democracia, em defesa de uma nação livre, justa e soberana.

Por isso, a nossa bancada está empenhada, junto com os demais partidos e aliados, com todos os movimentos sociais, populares e sindicais, na defesa do registro da candidatura e da garantia da candidatura do nosso candidato a Presidente da República, do candidato do povo brasileiro, que é Luiz Inácio Lula da Silva.

Para encerrar, apenas deixo registrado aqui, também, um pronunciamento do aniversário da Lei Maria da Penha, também sancionada quando nosso querido Presidente Lula foi Presidente da República. Na defesa das mulheres, na defesa da não violência, na defesa do direito de igualdade e de uma sociedade justa, quero que seja registrado nosso pronunciamento e também os dois discursos que aqui deixo, nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado. Viva o povo brasileiro! Viva Lula, inocente; Lula, candidato à Presidência do Brasil!

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para prestar nossa solidariedade ao presidente da Venezuela Nicolas Maduro pelo atentado sofrido no último dia sábado dia 4 de agosto e deixar registrado e pedir a divulgação na Voz do Brasil a nota de solidariedade da Frente Brasil Popular ao Presidente Nicolas Maduro.

As forças do capital no império dos Estados Unidos já assassinaram muitos líderes populares na América Latina ao longo do século XX para manter seu poder e seguir nos explorando.

Basta lembrar de Sandino, Torrijos. Até mesmo dentro dos Estados Unidos, como aconteceu com Malcom X e Luther King.

Porém isso nunca conseguiu deter a força de nossos povos em seguir lutando por sociedades mais justas e igualitárias.

Esse atentado ao Presidente Maduro, que felizmente saiu ileso, reforçará ainda mais o processo bolivariano e a vontade de soberania de todos os povos latino-americanos.



Daqui do Brasil, em nome do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e de todos os movimentos populares reunidos na FRNETE BRASIL POPULAR, manifestamos nossa indignação em relação ao atentado e nossa solidariedade ao Presidente Maduro e ao povo venezuelano.

Seguiremos ainda mais alertas e anti-imperialistas!

Joao Pedro Stédile

Direção Nacional do MST

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera esta lei como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

A Lei estabelece que “serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”

Esta Lei, ampla na sua concepção, mudou a relação violenta dos homens contra as mulheres, companheiras ou não, por dar um instrumento legal de ação da polícia no enfrentamento e no atendimento às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência.



O governo ilegítimo de Temer, no entanto, fez uma equipe ministérial machista que pouco se preocupa com as questões de gênero. O desmonte das políticas, com o corte do orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a suspensão de repasses de recursos aos estados e municípios, o abandono da rede de atendimento, a redução de direitos trabalhistas, mostra que para que esse governo.

Isso tem levado as famílias mais pobres a voltar a uma situação de miséria que ao afetar essas famílias sacrifica muito mais as mulheres, pois é ela é a mais vulnerável e a que mais sofre com a fome dos seus filhos e com a própria fome.

A situação que vivemos também favorece ao quadro de violência que vem atingindo toda a sociedade, sendo o Brasil um dos países onde mais se matam mulheres e, onde os estupros são vistos com descaso. Quando as leis não são respeitadas pelos próprios setores responsáveis pela garantia da Constituição e mantém preso o Presidente mais importante e que mais fez em defesa das maiorias desassistidas, sem uma prova, sem um crime que possa que o mantê-lo no cárcere, pode levar também a população a não acreditar mais em nada.

A Lei Maria da Penha, porém, ainda é marcada por uma proteção as mulheres, em vista da grande visibilidade que foi dada nos governos Lula e Dilma que colocaram todo o aparato institucional a seu serviço, tornando disponíveis serviços de denúncia como o disque 180, os núcleos contra o tráfico de mulheres nas áreas de fronteira seca e a interiorização nas áreas rurais dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher.

Além disso, foi aprovada a Lei do Feminicídio, tornando crime inafiançável o assassinato de mulheres, e os decretos que impõem a obrigatoriedade no



atendimento às vítimas de estupro e a realização das cirurgias reparadoras às mulheres vítimas de violência.

Hoje, quando faz 12 anos da sua sanção é preciso reafirmar e fortalecer a sua aplicação e mais ainda, fazer grandes programas e divulgação e de educação desde cedo nas escolas e nos movimentos sociais, com o sentido de prevenir as ações violentas que estão voltando de forma preocupante.

Cabe a cada um repelir atitudes machistas, inclusive de candidatos para as próximas eleições que insistem em colocar a violência como marca, discriminando mulheres e todas as outras minorias, mostrando à população que existem homens e mulheres preocupados com a situação de violência que atinge todas as classes, mas que se manifesta de forma mais marcante contra os pobres, os negros, índios, os quilombolas e a população sem terra e sem teto.

O Sr. Cabo Sabino, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vinicius Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Chamamos agora o Deputado Cabo Sabino, para dispor da tribuna por 3 minutos.

O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará completa 93 anos. Isso mesmo, 93 anos! Não são 93 dias, mas são 93 anos servindo, protegendo, zelando e salvando.

Esses homens e mulheres que poderíamos denominar como anjos, como heróis da vida real, Deputado Eduardo Bolsonaro. Esses homens, não importa se na



terra, no mar, diante do fogo ou mesmo diante de catástrofes, de grandes enchentes, estão presentes. E a sua missão é sempre a mesma: salvar vidas, cuidar das pessoas, zelar do bem maior que elas têm, suas vidas.

Esses homens e mulheres, que hoje comemoram os 93 anos de existência da instituição do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, têm se dedicado ao povo cearense e àqueles que lá visitam, Deputado Edmilson Rodrigues, exatamente para buscar, a cada dia, mostrar que neste País, neste mundo, solidariedade é possível, que cuidar é um dever de cada ser humano e que ser Bombeiro Militar é mais do que uma profissão, é um sacerdócio, porque só se faz se for com amor e dedicação e, muitas vezes, com o sacrifício da própria vida.

Se esses homens e mulheres que fazem o Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, pelo seu trabalho institucional, parassem ali, já seriam tidos como heróis, mas eles vão além. Eles têm um trabalho em que cuidam das crianças, chamado Jovens Bombeiros Voluntários. Eles tiram essas crianças de áreas de risco, cuidam, dão noções de hierarquia e disciplina, formam o caráter, trabalham com amor — amor esse que, muitas vezes, lhes falta dentro dos seus próprios lares, mas que recebem dentro dos quartéis do Corpo de Bombeiros no Estado do Ceará.

E vão além! O Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade — PSBS cuida dos idosos. Nós falamos de 45 mil idosos cuidados pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará. Essas pessoas que já estão na melhor idade recebem cuidado, recebem aula de educação física nas praças, nos colégios... Mas esse projeto representa muito mais do que isso. Ele representa a volta ao convívio social dessas pessoas que muitas das vezes estão dentro dos lares. E elas acabam tendo uma segunda chance de vida, por ser cuidadas, por serem bem tratadas.



Deixo aqui a minha homenagem ao Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará e a minha continência a esses heróis.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Obrigado, Deputado Cabo Sabino.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Antes de chamar a Deputada Josi Nunes, que fará um pronunciamento de 3 minutos, concedemos a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro por 1 minuto.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a este plenário fazer uma denúncia que o pessoal que está nas redes já conhece. O Twitter tem banido diversas páginas. E veja, Sr. Hildo Rocha, todas elas são conservadoras ou de direita.

Nós não vemos essa mesma disposição em relação às páginas de esquerda. Eles alegam que estão pedindo agora, como requisito para continuar no Twitter, um número de telefone. Muitas pessoas já deram o número, mas continuam bloqueadas.

E o pior é que isso não está acontecendo só no Brasil não, prezado JHC, sempre presente na Internet também. Isso aí está acontecendo no mundo inteiro, Deputado Sóstenes. O INFOWARS, dos Estados Unidos, comandado pelo Alex Jones, teve todas as suas páginas derrubadas: Youtube, Facebook, Twitter.

A quem interessa essa perseguição toda? São tempos sombrios. Nós acreditávamos que a Internet era livre. Mas, pelo que nós estamos vendo, está ocorrendo um controle. E esse tipo de controle é, sim, um autoritarismo. Não há mais como esconder isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Com a palavra a Deputada Josi Nunes, por 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Estou na fila aqui, Presidente.

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PROS-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna hoje é considerado um grande marco para a defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Estamos comemorando os 12 anos da Lei Maria da Penha. Antes desta importante lei, o País não contabilizava os casos de violência contra a mulher, tampouco as mortes decorrentes do machismo.

Nesses 12 anos da Lei Maria da Penha, mais do que comemorar, é preciso refletir. Exatamente quando a lei completou os seus 12 anos, cinco casos de feminicídio ocorreram em menos de 48 horas, no Distrito Federal, Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Infelizmente, as estatísticas nos mostram que ainda estamos muito longe de combater a violência contra a mulher. O número de processos que tramitam no Judiciário relativos a esse tema chega a quase 1 milhão. São 10 mil casos de feminicídio.

Há poucos dias, o Brasil presenciou cenas chocantes como a da advogada de 29 anos atirada pela janela pelo companheiro, no Paraná. Outro caso semelhante ocorreu aqui, em Brasília, nesta semana: um agressor jogou a esposa dele, de 37 anos, do terceiro andar de um prédio. E isso ocorreu um dia antes de um policial assassinar a esposa e, em seguida, tirar a própria vida, também aqui no Distrito Federal. Lamentavelmente, abrir o noticiário e se deparar com esse tipo de notícia tem se tomado algo muito comum.



Segundo os dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo. Embora todos esses acontecimentos insistam em deixar uma imagem negativa, não podemos deixar de falar da importância da lei Maria da Penha.

Dados do Ministério dos Direitos Humanos revelam que, no primeiro semestre deste ano, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Ligue 180, recebeu quase 73 mil denúncias, resultado bem superior aos anos anteriores.

Entretanto, é preciso mais, é preciso endurecer essa lei. Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.118, de 2010, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que busca ampliar a punição dos agressores nos casos em que a mulher esteja sob a medida protetiva da Lei Maria da Penha. Essa é uma matéria que precisa ser pautada com urgência neste Parlamento.

Mesmo alterando a legislação, é preciso mudar o nosso comportamento. Aquele antigo ditado de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher já não cabe mais. Não podemos fazer vista grossa e fingir que o problema não é nosso ao ver uma mulher ser agredida. Temos que meter a colher, sim, e denunciar. Talvez a história da advogada de 29 anos do Paraná tivesse tido outro final, se alguém tivesse denunciado o namorado agressor. As imagens liberadas pelo sistema de segurança do prédio mostram essa moça sendo agredida por cerca de 20 minutos. Será que nesses 20 minutos ninguém ouviu ou viu o que estava acontecendo?

Denuncie! Disque 180 e denuncie! Essa é a mensagem que quero deixar a todos e a todas.

Sr. Presidente, solicito que faça constar nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento. Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Obrigado, Deputado Josi Nunes.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PROS-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, imprensa, o assunto que me traz a essa tribuna hoje é considerado um grande marco para a defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Estamos comemorando 12 anos da Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

antes desta importante lei, o país não contabilizava os casos de violência contra a mulher e tampouco as mortes decorrentes do machismo, nestes 12 anos da lei Maria da Penha, mais do que comemorar, é preciso refletir.

Exatamente no dia em que a lei completou seus 12 anos, cinco casos de feminicídios ocorreram em menos de 48 horas no Distrito Federal Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Infelizmente, as estatísticas nos mostram que ainda estamos muito longe de combater a violência contra a Mulher. O número de processos que tramitam no Judiciário relativos a esse tema chega a quase 1 milhão, sendo 10 mil casos de feminicídio.

Há poucos dias, o Brasil presenciou cenas chocantes da advogada de 29 anos atirada pela janela pelo companheiro no Paraná.

Outro caso semelhante, ocorreu aqui, em Brasília nesta semana, quando um agressor jogou sua esposa, de 37 anos, do terceiro andar de um prédio.

E isso ocorreu um dia antes de um policial assassinar sua esposa e em seguida tirar sua própria vida, também aqui no Distrito Federal.



Lamentavelmente, abrir o noticiário e se deparar com esse tipo de notícias, tem se tomado algo comum. Segundo os dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo.

No entanto, embora todos esses acontecimentos insistam em deixar uma imagem negativa, não podemos deixar de falar da importância da lei Maria da Penha, que incentivou as denúncias de violência doméstica.

Dados do Ministério dos Direitos Humanos, revelam que no primeiro semestre deste ano, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, “o Ligue 180”, recebeu quase 73 mil denúncias. O resultado bem superior aos anos anteriores.

Entretanto, é preciso mais. É preciso endurecer mais a lei. Tramita nesta Casa, o PL 7 118/10, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que busca ampliar a punição do agressores nos casos em que a mulher esteja sob a medida protetiva da Lei Maria da Penha. Essa é uma matéria que precisa ser pautada com urgência por este parlamento.

Mas, mesmo alterando a legislação, é preciso também, que a sociedade mude o comportamento com relação a violência doméstica.

Precisamos combater o machismo porque o machismo mata.

Aquele antigo ditado de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, já não cabe mais. Não podemos fazer vista grossa e fingir que o problema não é nosso ao ver uma mulher ser agredida. Temos que meter a colher sim e denunciar. Talvez a história da advogada de 29 anos do Paraná tivesse tido outro final, se alguém tivesse denunciado o namorado agressor. As imagens liberadas pelo sistema de segurança do prédio mostram essa moça sendo agredida por cerca



de 20 minutos. Será que nestes 20 minutos ninguém ouviu ou viu o que estava acontecendo?

Denuncie! Disque 180 e denuncie! Essa é a mensagem que quero deixar a todos,

Espero que essa possa refletir sobre o tema e pausar com urgência o projeto que amplia a união para os agressores.

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine a transcrição deste nosso registro nos anais desta casa, o envio e divulgação pelos meios de comunicação do Poder Legislativo, bem como sua reprodução da voz do Brasil. Obrigada

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Agora, concedo 1 minuto ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu sei que os Deputados e Deputadas concordam com a denúncia que eu faço aqui, Deputado Hildo Rocha. V.Exa. sabe que quase 100% da energia do Maranhão é produzida no Pará. Nós temos Tucuruí e agora Belo Monte. Isso é muito bom para o desenvolvimento do País.

O que não é admissível é que a ANEEL decida aumentar a tarifa da energia no Pará em 11,75%, perfazendo 460% desde 1998, desde a privatização da CELPA, feita pelo Governo do tucano Almir Gabriel no Pará.

Agora, a ANEEL vai aumentar o fundo de desenvolvimento energético em quase 1,5 trilhão no orçamento de 2018. Ela resolveu mudar as regras durante o jogo! O valor passa de 18 bilhões e pouco para quase 20 bilhões. Quem vai pagar



isso são os consumidores. E o maior produtor de energia do País, que consome menos de 20% da energia produzida, tem a tarifa mais cara. Isso é inadmissível!

Eu queria protestar contra a ANEEL, contra as autoridades federais e contra o Governo do Estado, que fica calado diante dessa atrocidade, que inviabiliza a vida dos pobres e das micros, pequenas e médias empresas paraenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Concedo a palavra ao Deputado Adelson Barreto pelo tempo de 3 minutos.

O SR. ADELSON BARRETO (PR-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos ocupando a tribuna no dia de hoje para fazer menção ao mês de agosto denominado Agosto Dourado. A campanha Agosto Dourado chama a atenção para a importância da amamentação.

Em 2017, para marcar a 25ª Semana Mundial de Amamentação, o Congresso Nacional instituiu, por meio da Lei nº 13.435, o mês do aleitamento materno, o Agosto Dourado. A lei diz que no mês de agosto ações intersetoriais de conscientização e esclarecimentos a respeito da importância do aleitamento materno são intensificadas por meio de palestras, reuniões em comunidades, espaços públicos e divulgação na mídia, além de decorações com a cor dourada, para lembrar essa importante campanha.

O dourado faz alusão à definição da Organização Mundial da Saúde para o leite materno, alimento de ouro para a saúde dos bebês.

O Ministério da Saúde recomenda a amamentação até os 2 anos de idade e também que nos primeiros 6 meses a criança receba apenas o leite materno, sem uma complementação.



Os dados nacionais mais recentes mostram que 49% dos menores de 6 meses já são amamentados exclusivamente com leite materno. É bem verdade que o índice aumentara ao longo dos últimos anos, mas ainda está aquém do que preconiza a Organização Mundial da Saúde, que é 90%. Queremos ratificar: atingimos, por ora, 49%.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a alimentação com leite materno de todos os bebês, nos primeiros 2 anos, pode salvar a vida de mais de 820 mil crianças com menos de 5 anos.

O leite materno pode melhorar a resistência da criança, evitar infecções respiratórias, reduzir riscos de alergias e doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, obesidade e dislipidemia, ou seja, a presença de níveis elevados de lipídeos, gordura no sangue, colesterol elevado e triglicerídeos.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há evidências científicas que comprovam a contribuição no melhor desenvolvimento cognitivo, ou seja, no desenvolvimento do conhecimento e da evolução mental e emocional da criança.

Em face da importância dessa campanha, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ADELSON BARRETO (PR-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 'agosto dourado' chama atenção para a importância da amamentação.

Em 2017, para marcar a 25ª semana mundial da amamentação, o Congresso Nacional instituiu, por meio da lei número 13.435, o mês do aleitamento materno: o



agosto dourado. A lei diz que no mês de agosto ações intersetoriais de conscientização e esclarecimentos a respeito da importância do aleitamento materno, são intensificadas por meio de palestras, reuniões em comunidades, espaços públicos e divulgação na mídia, além de decorações com a cor dourada para lembrar a campanha.

O dourado faz alusão à definição da OMS (organização mundial da saúde) para o leite materno: alimento de ouro para a saúde dos bebês.

O ato de amamentar traz benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê, e estes benefícios perduram até a vida adulta da criança, reduzindo riscos de muitas doenças.

O Ministério da Saúde recomenda a amamentação até os 2 anos de idade e também que, nos primeiros seis meses, a criança receba apenas o leite materno, sem necessidade de complementação.

Os dados nacionais mais recentes mostram que 49% dos menores de 6 meses já são amamentados exclusivamente com leite materno. O índice aumentou ao longo dos anos, mas ainda está longe de atingir a meta de 90% estabelecida pela Organização Mundial de Saúde.

A conscientização para a amamentação e também a doação de leite são ações que podem fortalecer uma rede que viabilize essa meta.

Um ato natural que pode salvar vidas: a amamentação, segundo a OMS, a alimentação com leite materno de todos os bebês nos primeiros 2 anos pode salvar a vida de mais de 820 mil crianças com menos de 5 anos.

O leite materno pode melhorar a resistência da criança e evitar infecções respiratórias, reduzir riscos de alergias e doenças crônicas não transmissíveis -



como hipertensão, obesidade e dislipidemia. Além disso, há evidências científicas que comprovam a contribuição no melhor desenvolvimento cognitivo e emocional da criança.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Antes do Deputado Hildo Rocha, para o tempo de 3 minutos, temos os Deputados Henrique Fontana, Assis do Couto, Leonardo Monteiro, Paes Landim, Júlio Delgado, Pr. Marco Feliciano, Jô Moraes e Weliton Prado.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho) - Passa-se às

VI - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Hildo Rocha, pelo MDB.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Vinicius Carvalho, que preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, visitei recentemente as Unidades Básicas de Saúde — UBSs da cidade Paço do Lumiar e constatei a situação caótica, terrível da saúde pública dessa cidade.

É uma cidade metropolitana, cidade que está localizada na grande ilha de São Luís, hoje administrada pelo Prefeito, que aqui foi nosso colega, Domingos Dutra. O que eu encontrei lá é de assustar a qualquer um que tenha um pouco de sentimento, a qualquer uma pessoa que tenha consideração com o próximo.

O que nós observamos e o que nós vimos naquela cidade é uma administração desastrada, uma administração que está entregue a pessoas da família do próprio Prefeito Domingos Dutra.



Lá encontramos prédios de postos de saúde fechados, UBS sem médicos ou, quando os tem, com médicos que não desempenham a carga horária que deveria desempenhar de acordo *com* as regras estabelecidas pela saúde à atenção básica.

Os gabinetes odontológicos das UBS estão todos deteriorados. Todos os gabinetes. As cadeiras odontológicas e os demais equipamentos estão todos destruídos e enferrujados, sem condições de uso. E isso está desde que o atual Prefeito de Paço do Lumiar assumiu, o que demonstra uma outra face de um Deputado que aqui sempre defendeu os direitos das pessoas, os direitos humanos, os direitos individuais, o cumprimento da Constituição Federal.

E é isto o que nós vemos: a face de um homem cruel, de um homem desumano, mesmo com o fundo especial, que a partir deste ano o Município de Paço do Lumiar passou a receber, o que aumenta consideravelmente os recursos, igualando aos que recebem a cidade de São José do Ribamar, Imperatriz e Caxias. Nessas cidades que citei, a saúde pública é muito bem ofertada à população.

Fora isso, a cidade de Paço do Lumiar vem recebendo recursos do Governo Federal para a saúde pública. Religiosamente. Mas, infelizmente, esse dinheiro está sendo aplicado em outras áreas que não a da saúde. Ou melhor, nem na área pública é. Desconfia-se que esteja sendo utilizado para fazer fortuna para o atual Prefeito Domingo Dutra, através de familiares seus, que ele colocou na Prefeitura para fazer fortuna.

Infelizmente, a situação do povo de Paço do Lumiar é triste. É triste porque tem um Prefeito que não liga para a saúde pública da população.



Para se ter uma ideia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é negada ao agente de saúde até mesmo uma caneta para que ele possa desempenhar o seu trabalho; é negado aos agentes de saúde farda para que eles possam fazer o trabalho de casa em casa, fazer o trabalho preventivo da saúde.

Não encontrei nenhuma Unidade Básica de Saúde em condição satisfatória de funcionamento. Todas estavam com problemas, faltando remédio, artigo que é raro lá.

Há um laboratório de exames clínicos que está lá desativado há quase 2 anos. Ou seja, desde que esse Prefeito Dutra assumiu, não funciona o laboratório e as pessoas, para fazerem um simples exame de urina, são obrigadas a pagar. Exame de sangue? Tem que pagar. Para qualquer tipo de exame, tem que pagar. Aquilo que funcionava normalmente, hoje, não funciona mais na cidade de Paço do Lumiar.

Alguns Vereadores, entre eles, a Carmen, o Presidente da Câmara, o Pastor Sampaio, defensor dos direitos humanos lá na cidade de Paço do Lumiar, nos procuraram, para que nós pudéssemos estar lá investigando, fazendo uma fiscalização no local. Lá nós pudemos constatar, com a presença desse senhor, dessa senhora e de vários membros da imprensa de São Luís e de Paço do Lumiar, alguns blogueiros, a dificuldade por que a população está passando na cidade de Paço do Lumiar.

As crianças não têm direito nem à nebulização, uma coisa tão simples. Eu vi lá uma criança com falta de ar, precisando fazer nebulização, mas não há aparelho. O médico disse: *“Não há aparelho de nebulização aqui. O que havia aqui já faz 2 anos que se foi. E esta administração, que é a administração do Dutra, não repôs os*



equipamentos necessários, não compra os medicamentos que são necessários para população". Enfim, o caos está instalado na saúde pública de Paço do Lumiar.

Em virtude disso, nós solicitamos uma fiscalização severa da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, para que sejam fiscalizadas as ações que são executadas pela Prefeitura de Paço do Lumiar na área da saúde e, também, os recursos que foram para lá deslocados através do Fundo Nacional de Saúde, que são verba federal. Nós temos que saber aonde foi parar esse dinheiro, porque esse dinheiro nunca, em momento nenhum, foi usado em favor da população de Paço do Lumiar.

E o que nos impressiona é que o atual Prefeito, que foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos, hoje é um homem que, quando assume o Executivo municipal, desrespeita e rasga tudo aquilo que ele pregou aqui na tribuna da Câmara, tudo aquilo que ele falava que deveria ser feito. E, agora, o que se vê é justamente o contrário. Isso horroriza todos os habitantes da cidade de Paço do Lumiar, que não aguentam mais uma administração desastrosa como essa que o Prefeito Dutra tem colocado, tem implantado na cidade de Paço do Lumiar.

Sr. Presidente Deputado Vinicius Carvalho, nós queremos pedir o apoio desta Câmara, dos membros desta Câmara, dos Deputados e Deputadas. Há um projeto de lei que nós apresentamos aqui, o PLP 522, que autoriza o Executivo a criar a RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Imperatriz. Nós estamos com esse nosso projeto de lei complementar possibilitando que, em Imperatriz e em mais 15 cidades, seja construída uma região integrada de desenvolvimento econômico.



Além disso, além da criação da RIDE, nós criamos também a oportunidade de um grande plano de desenvolvimento integrado daquela região.

A RIDE criada e aprovada vai possibilitar o que possibilita aqui em Brasília, lá em Teresina. Há outras cidades que se desenvolveram, se tornaram metrópoles e são constituídas ao seu redor de Municípios de outros Estados, como é o caso de Imperatriz, Maranhão, em que podemos estar dentro da criação da RIDE da grande Imperatriz, alcançando 16 Municípios, alguns do Maranhão e outros do Estado do Tocantins. Os Municípios do Tocantins são Itaguatins, Maurilândia, Crixás, Araguatins, São Miguel, Sítio Novo e Tocantinópolis. Os Municípios do Maranhão são Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão e Senador La Rocque.

Essas cidades juntas terão mais força e com o apoio do Governo Federal vão trabalhar políticas de desenvolvimento integrado na área do transporte urbano, das comunicações — telefonia móvel e fixa com preços justos e corretos. Elas terão todas as condições recebidas do Governo Federal e serão tratadas pelos Governos Estaduais como grandes metrópoles. Imperatriz já pode ser considerada uma metrópole, e ainda recebendo esses Municípios do Tocantins.

Espero que os Deputados aqui presentes e os que estão nos acompanhando nos apoiem neste projeto de lei. Eu tenho certeza de que esse projeto de lei vai ajudar a desenvolver a cidade de Imperatriz, todo o seu entorno e as cidades de Tocantins, criando oportunidade de geração de emprego, renda e riqueza para todos.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado.

O Sr. Vinicius Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Bolsonaro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Vou explicar aos colegas Parlamentares rapidamente a dinâmica, seguindo o Regimento da Casa e o que me foi passado pela assessoria.

Temos agora pelo tempo de liderança o Deputado Vinicius Carvalho, que já está ali em posição. Acabando os Líderes, vamos para as comunicações parlamentares. O Deputado Zé Geraldo não utilizou. Pela ordem do PT, é o Deputado Zé Geraldo. Depois pela ordem do PSDB, o Deputado Danilo Forte. Na sequência, retornamos para as breves comunicações.

Na lista que está aqui à minha frente, o 13º orador é o Deputado Weliton Prado, a 14º oradora é a Deputada Erika Kokay, o 15º orador é o Deputado Adelson Barreto e o 16º orador é o Deputado Waldenor Pereira. Conforme forem ocorrendo as dinâmicas, entre um e outro eu libero 1 minuto para os colegas falarem.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero dar como lido o meu discurso. No dia 3 de agosto, é comemorado o dia de uma das maiores expressões culturais afro-brasileiras: a capoeira. Eu sou parceiro da liga, da federação de capoeira do Acre e também dos movimentos independentes. Destinamos 1 milhão de reais para emendas parlamentares, exatamente para trabalhar os planos de salvaguarda.



Também quero registrar a minha contrariedade à MP 844, que abre espaço para privatização dos serviços de saneamento. Também quero registrar a minha solidariedade, pois estive agora à tarde com outros Parlamentares do PT, com companheiros do MST e de outros movimentos que estão neste momento fazendo greve de fome pela justiça ao Presidente Lula, pela liberdade do Presidente Lula e por Lula Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Senhor Presidente e nobres colegas, no dia 3 de agosto é comemorado o dia de uma das maiores expressões culturais afro-brasileiras: a capoeira. Em 2008, a manifestação foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro, sendo registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial.

Atualmente, a capoeira é considerada um dos principais esportes nacionais. A manifestação surgiu entre os escravos como um grito de liberdade.

Para Rio Branco, capital do Acre, destinei R\$ 1 milhão em emenda parlamentar para apoiar atividades e garantir infraestrutura, aos grupos que praticam Capoeira no Acre. Parte da emenda será utilizada para compra de camisas, calças e cordas, e a outra parte para implementar o Plano de Salvaguarda da Capoeira, construído em 2017.

O Plano prevê a construção de um Centro de Referência e valorização dos mestres de capoeira, entre outras diretrizes que foram pactuadas com os capoeiristas e outros movimentos culturais.

Vivemos um momento no país em que eu acredito que investir na cultura, no esporte, na educação é muito melhor do que armar os cidadãos. A nossa juventude



tem sido liberta por meio do esporte, da dança, da arte e a gente que representa o povo precisa olhar com carinho para cultura. Esse foi um compromisso que eu assumi com o movimento e tenho alegria de por ter contado com o empenho de todos para que hoje esse sonho se tornasse realidade.

Em nome do capoeirista Wanderley Nogueira conhecido como Mestre Miau, presidente da Federação Acreana de Capoeira parabeno todos os mestres, contra-mestres e praticantes da capoeira do Acre.

Hoje, a capoeira é praticada no Brasil de sul ao norte e, mundo afora, a manifestação já conquistou países como Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Portugal, Israel, Peru, Bolívia dentre outros.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Concedo a palavra ao Deputado Vinicius Carvalho, pelo tempo de Liderança.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Gostaria primeiramente, Sr. Presidente, que este nosso pronunciamento fizesse parte de todos os veículos de comunicação da Casa, inclusive do programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um projeto de lei tramitando nesta Casa, desde 2017, a Lei nº 8.535 que trata sobre a segurança do transporte aquaviário nas águas sob jurisdição nacional.

Eu tomei conhecimento, colegas Deputados e Deputadas, no final do ano passado, e fui conhecer um pouco sobre o que ele trata. Eu estive na CLIA — Cruise Lines International Association, conversando com o Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos e, para minha surpresa, foi falado deste projeto



prontamente contra um serviço e profissionais ligados à área da praticagem. Trata-se daqueles profissionais que, quando o navio está para atracar nos portos, sejam eles de mar aberto ou de rios, pela legislação, tem que existir por parte do navio essa pessoa, esse profissional prático para poder fazer a atracação do navio. Até então eu desconhecia sobre essa prática, como boa parte das pessoas desconhecem essa prática e esse serviço.

Eu fui conhecer o serviço da praticagem. Digo para as senhoras e para os senhores que nós estamos chamando aqui para uma audiência pública, amanhã, exatamente, amanhã, quinta-feira, dia em que nesta Casa não há funcionamento, mas funcionará o Plenário 2 desta Casa para recebermos aqui as autoridades como o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário, o Diretor dos Portos de Costas da Marinha do Brasil, o Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, também o Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação, o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, também o Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos. Estamos chamando esses e mais duas outras pessoas representando o segmento.

O que me surpreendeu nesse período de basicamente 7 meses, 8 meses, Deputado Eduardo Bolsonaro e Presidente desta sessão em que nós estamos falando é que os práticos são profissionais abnegados e de extrema importância para a economia do nosso País e para a segurança da navegação nos nossos portos.

Não contente apenas em ouvir falar, eu fui conhecer. Eu fui ao Rio de Janeiro, eu fui a Santos, eu fui a Salvador e eu fui a Santa Catarina, em São Sebastião e também Itajaí. Eu tive a oportunidade de embarcar em um navio em alto-mar em



Itajaí, e posso falar aqui com propriedade. Dentro da lancha dos práticos, eu fui 5 quilômetros a mar aberto e subi em um navio norueguês, com a permissão do comandante, acompanhando o práctico para ver o quão arriscado é a atuação desses profissionais e é muito fácil nós vermos. Não estou aqui defendendo a praticagem ou o práctico, eu estou aqui fazendo meu papel como Parlamentar, que é conhecer todas as temáticas pelas quais nós lutamos aqui nesta Casa, para aprovar um projeto que aqui está, o Projeto de Lei 8.535.

Muitos dos nossos colegas simplesmente votam nos projetos porque um colega pediu para votar. Eu não trabalho dessa maneira. As pessoas que conhecem a nossa atuação parlamentar sabem muito bem que eu gosto de me inteirar sobre a temática sobre a qual devo votar. E a partir do momento em que eu conheci sobre esse projeto eu quis conhecer os atores que fazem parte da matéria desse projeto que está aqui, que visa regulamentar, dispor sobre a competência da segurança do tráfego aquaviário, que hoje pertence à autoridade marítima, que é a Marinha, e que esse projeto quer passar para a responsabilidade da ANTAQ, uma agência reguladora

Pelo que eu entendi, a ideia, o escopo principal desse projeto — inclusive este é o motivo da nossa audiência pública de amanhã, aqui está, audiência pública em 09/08/2018, a partir de 9h30m da manhã, no Plenário 2, para a qual convido a todos — é debater a segurança do tráfego aquaviário em água sob jurisdição nacional. A segurança tem que estar em primeiro lugar; não os interesses econômicos. Porque quando tratamos de segurança estamos tratando de vidas humanas, de preservação do meio ambiente, e não podemos colocar interesses



econômicos de nenhum segmento à frente da segurança de vidas humanas e também do meio ambiente.

Por isso, estamos chamando aqui autoridades para poder falar sobre o assunto. Todos vão ter oportunidade de expor, de fazer as suas exposições e eu, como o autor desse requerimento, juntamente com os Deputados que quiserem estar presentes à audiência, vamos debater a temática. Faz parte do nosso processo democrático debater, em audiência pública, o que é de interesse da sociedade: defender os meios aquaviários, defender os portos, defender a segurança daqueles que viajam em navios de turismo, daqueles que transportam grãos, transportam minérios, transportam qualquer tipo de produto químico, que pode trazer danos, não só à vida humana, como também ao meio ambiente. Isso requer por parte da autoridade marítima, da Marinha do Brasil, a competência para poder criar as normas. Esse é o papel da Marinha do Brasil, e não de nenhuma agência reguladora. Esse o posicionamento que nós passamos, depois de conhecer, depois de termos nos reunido com o presidente da CLIA, como eu me reuni, e depois de ter visitado cinco portos onde temos a praticagem no nosso Brasil. Volto a dizer: Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Itajaí e também lá em São Sebastião.

Para finalizar, eu entrei em um navio, a 5 km da costa, subi como um prático faz,— e olha que eu pratico atividade física — e não é fácil, não, meu amigo, e o mar estava tranquilo, e eles fazem isso inclusive quando o mar está revolto, mas fazem o trabalho deles. E depois, eles, juntamente com o comandante do navio, no passadiço, conduzem o navio, com muita segurança, para atracar. Imaginem: a atracação de um navio de 300 metros de comprimento, que encostou no porto, e nada foi sentido. Essa é a praticagem que temos no nosso País.



Amanhã teremos audiência pública. Quem quiser debater e conhecer, eu convido. Faça como eu: não vá embora hoje, vá embora amanhã, depois da audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Obrigado, Deputado Vinicius.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Chegou mais um pedido de uso da palavra pelo tempo de liderança, o do Deputado Sergio Souza, do MDB.

Peço-lhe desculpas, Deputado Valmir Assunção. Eu me atrapalhei com a lista. Passo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, em Salvador, o Prefeito da cidade, que é do DEM, cada vez mais neste segundo mandato está ficando truculento, perseguidor e golpista.

Ele ser amigo do Michel Temer não é novidade. Eu digo isso porque na última segunda-feira, eles trataram os professores, na Praça Municipal, de uma forma absurda, com spray de pimenta e com violência da guarda municipal. Tudo isso foi a mando do Prefeito ACM Neto. Isso nós não podemos aceitar em Salvador e em lugar nenhum.

A truculência do Prefeito é muito grande. Os professores só querem dialogar, querem respeito aos seus direitos. É fundamental a educação para a população. Os professores estão há vários dias em greve. É preciso que o Prefeito de Salvador possa dialogar e resolver essa questão que é fundamental para a população de Salvador.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 07 de agosto, guardas municipais de Salvador, a mando a prefeitura da cidade, promoveram absurdas agressões contra os professores grevistas. As agressões contra professores grevistas remetem aos anos de chumbo. Uma gestão municipal como a de Salvador não é de se estranhar que tenha atitudes como essa.

Primeiro que a prefeitura não atendeu os professores e não permaneceu com o diálogo aberto, simplesmente o prefeito decidiu cortar os pontos dos grevistas e a paralisação deve chegar aos 30 dias ainda esta semana. Segundo que a gestão é responsável pela guarda municipal e usar da força é um flagrante contra o direito de expressão e de protestar contra os desmandos.

Em vídeo divulgado em redes sociais e na imprensa, os guardas de Salvador usaram spray de pimenta e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Os educadores reuniram mais de 300 pessoas para o protesto na sede da SMED.

Os membros da APLB, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, têm total direito de contestar. Se a prefeitura não dialoga, os professores vão se manifestar, isso é natural. Eles estão com seus direitos vilipendiados. Não adianta a prefeitura querer usar sua força para desconstruir a luta dos educadores, eles estão apoiados por estudantes e seus familiares, que sabem, como ninguém o sofrimento que cada um passa com essa gestão.

A paralisação dos professores começou no último dia 11 de julho e a pauta principal é a valorização do professor, com melhores salários. A proposta inicial da categoria era de 12,5% de reajuste e, como forma de disposição ao diálogo, desceram a proposta para 6,8%%. A gestão municipal oferece apenas R\$ 2,5%, o



que mostra o completo descaso da prefeitura de Salvador com profissionais fundamentais, tal como são os professores e professoras.

Hoje, em Salvador, cerca de oito mil professores atuam na rede municipal de ensino, sendo aproximadamente dois mil contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), contrato por tempo determinado: dois anos que podem ser renovados por mais dois.

Ainda segundo a APLB, os professores estão no terceiro ano sem aumento, encaminhando para o quarto ano em 2018. No último reajuste, ainda em 2015, o percentual oferecido foi de 8%, quando os aumentos oferecidos pela gestão municipal eram o Reajuste Linear de Recuperação das Perdas (RLRP), que representa aumento para todos os professores, tanto os concursados (em atividade, em licença médica e aposentados) quanto os professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda).

Nos demais anos, os reajustes oferecidos pela Prefeitura não contemplaram a categoria, precarizando ainda mais a profissão de professor na cidade de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Prezados, retificando mais uma vez, se chegar um Líder, independente de minha vontade, tenho que dar a palavra a ele.

Eu sempre vou alternar, 1 minuto para os que estão aqui em baixo, depois o tempo regimental para quem está na lista.

O Deputado Sergio Souza teve a gentileza de permitir que o Deputado Edmilson Rodrigues fale antes.

V.Exa. tem a palavra.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.

Quero anunciar que Belém reúne cerca de 30 mil pessoas de 50 países esta semana em quatro eventos, que são: o 16º Congresso Internacional de Etnobiologia; o 12º Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia; a 1ª Feira Mundial da Sociobiodiversidade; e a 9ª Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Realmente é uma honra para nós paraenses e brasileiros recebermos povos do mundo inteiro, inclusive muitas comunidades indígenas.

O jornal *Diário do Pará* e o jornal *O Liberal* mostram a foto do Cacique Raoni Metuktire, que é caiapó e participa como palestrante neste evento.

Quero parabenizar os organizadores do evento e desejar-lhes sucesso.

Amanhã eu estarei em uma das rodas de conversa e visitarei a Feira, inclusive para adquirir artesanatos belíssimos e de alto nível, feitos pelos povos do mundo inteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Tem a palavra o Deputado Sergio Souza, como Líder do MDB.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e todos aqueles que nos ouvem e nos assistem pelos meios de comunicação desta Casa, boa tarde.

O primeiro assunto que me traz à tribuna é fundos de pensão. O Parlamento brasileiro promoveu uma CPI nos anos de 2016 e 2017. Essa CPI produziu resultados importantíssimos para o combate à corrupção.



Eu tive o privilégio de ser relator dessa CPI. O relatório final apontou algo em torno de 7 bilhões de roubo nos fundos de pensão da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, especialmente dos Correios, no Postalís. E apontamos e indicamos mais de 350 pessoas físicas e jurídicas no nosso relatório.

Uma CPI, quando não acaba em pizza, tem desdobramentos. E esses desdobramentos acontecem em uma série de operações da Polícia Federal, conjuntamente com o Ministério Público Federal, onde já temos mais de 9 bilhões de reais bloqueados pela Justiça brasileira daqueles que roubaram os fundos de pensão das estatais brasileiras.

Além disso, nós temos ações judiciais, como a ação judicial proposta pelo Ministério Público Federal contra o Banco BNY Mellon, de Nova Iorque, que veio aqui para administrar o fundo de pensão dos Correios, o POSTALIS, para roubar os carteiros do Brasil. O Banco BNY Mellon, que tem em carteira mundial mais de 30 trilhões de dólares, veio administrar um fundo de pensão de 7 bilhões de reais e causou um rombo de mais de 6 bilhões, chegando a ponto de, recentemente, a CVM promover uma multa administrativa de 7,2 milhões de reais. Pasmem senhoras e senhores, tudo isso a custo dos carteiros do Brasil.

Mas veja o que é pior, Sr. Presidente. O que é pior é que tem que se repor esse prejuízo. E quem é que está repondo esse prejuízo? Os funcionários da Caixa Econômica Federal para a FUNCEF, os funcionários da PETROBRAS para a PETROS, os funcionários dos Correios para a POSTALIS.

E aqui eu faço uma referência a uma situação muito peculiar, e nós temos que chamar a atenção do Parlamento e do Governo brasileiro para a questão dos carteiros.



Vou tomar a liberdade de ler aqui dois parágrafos colocados pelos participantes da POSTALIS que foram até o meu escritório na semana passada conversar comigo, num sentimento de salvação. Tomados os nossos descontos naturais, os descontos do fundo de pensão e mais o que pegamos em consignado, tem carteiro aposentado recebendo menos de um salário mínimo.

As reservas dos fundos BD e PostalPREV sofreram sensíveis perdas em decorrência de reprecificações de ativos promovidos pelo interventor atual, que hoje comanda a pasta. O que quer dizer reprecificação? Quer dizer que, se tinha no plano determinado papel valorado em cem, reprecificou-se para 50. Quer dizer que os outros 50 viraram déficit e o carteiro aposentado tem que pagar essa diferença, que será descontado do seu salário.

E aí, Sr. Presidente, o prejuízo já chega em torno de 1,5 bilhão de reais. E o maior responsável por isso é o BNY Mellon, que promoveu esse grande desgaste nos fundos de pensão do Brasil, especialmente o da POSTALIS.

O segundo assunto que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, caros amigos, é o censo agropecuário divulgado pelo IBGE, esta instituição brasileira renomada, de uma confiabilidade enorme pela sociedade brasileira, que traz alguns dados muitos importantes.

Nós temos algo em torno de 14 milhões de brasileiros envolvidos no sistema da agricultura, um pouco mais de 6%, 7% da população brasileira. Mas a agricultura e a pecuária representam 25% do PIB nacional direto e mais 25% do indireto. Metade de tudo o que se produz e se gera neste País é agro, Sr. Presidente, a roupa que nós estamos vestindo, o alimento que nós consumimos, esta tribuna, através da floresta plantada, que gera madeira, e assim por diante.



Vejam só que dados interessantes: de todo o território nacional, 20% estão ligados a pastagens, 9% à agricultura e a florestas plantadas. E olhem que somos o maior produtor de florestas plantados do planeta e o segundo maior produtor de grãos do planeta. Só utilizamos 9% do território nacional para isso. Quatro por cento são estradas e cidades — corresponde à metade do que usamos para grãos e florestas — e 67% são floresta nativa ou recomposição de mata nativa. Que fantástico isso!

No entanto, passamos por uma série de dificuldades no setor agro. Parece que não, que o Brasil vai bem, que o agro vai bem, mas não é só isso. Vejam só: o custo de produção aumentou violentamente, em decorrência do aumento do dólar, do aumento do petróleo, da greve dos caminhoneiros, que não deixa o fertilizante chegar ao nosso produtor rural, que vai atrasar o plantio da soja, que é a safra de verão, que necessariamente vai atrasar a safra de inverno, que é o plantio de milho. Ele não consegue esvaziar os silos da safra de soja passada para conseguir colocar o milho, porque o porto não carrega os navios, porque os caminhões não conseguem levar a produção até os portos brasileiros, por conta do resultado da greve dos caminhoneiros e da burocracia para se formar uma tabela de frete.

O Brasil tem uma capacidade enorme de criar problemas para si mesmo. Enquanto nós deveríamos facilitar, nós criamos problemas para nós mesmos. Gente, a vocação do Brasil é o agro. Não há como fugir disso. Nós jamais vamos conseguir competir com a China para fazer um celular, mas a China jamais vai conseguir competir com o Brasil para produzir um quilo de frango, de peixe, de queijo, de gado bovino. É isso.



E aqui eu encerro a minha fala, Sr. Presidente, dizendo: viva a agricultura, viva o agro brasileiro, viva o IBGE, com esse senso agropecuário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Passo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Waldenor Pereira e, na sequência, ao Deputado Zé Geraldo, pela Liderança do PT.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, registro toda a nossa solidariedade e agradecimento aos companheiros e companheiras dos movimentos sociais Via Campesina, MST, MPA, Levante Popular, que já por 9 dias mantêm uma greve de fome em defesa da liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em defesa da democracia brasileira, em defesa do povo oprimido do nosso País.

Hoje pela manhã, eu estive participando de uma comitiva de Parlamentares visitando esses heroicos companheiros e companheiras, que, num gesto de radicalidade, num gesto extremo, protesta veementemente contra a decisão da Justiça brasileira, que, sem provas, condenou e acabou prendendo o nosso Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Operação Lava Jato completou 4 anos em março. Foram mais de mil processos instaurados, mais de 600 buscas e apreensões, mais de 300 delações premiadas, com centenas de horas de gravações, e eles não foram capazes de construir nenhuma prova contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, o companheiro Lula é um preso político, o companheiro Lula é inocente, e, por isso, o nosso agradecimento, o nosso reconhecimento aos companheiros do movimento



social que nesse gesto de radicalidade, nesse gesto extremo de greve de fome, protesta contra o Supremo Tribunal Federal e toda a Justiça brasileira por ter tomado essa decisão de aprisionar o nosso companheiro Lula.

Porque em todas as pesquisas de opinião que se realizam no País o povo brasileiro está dizendo em alto e bom som que quer o seu retorno à Presidência da República, que quer ver de novo o País feliz, o povo brasileiro feliz. Portanto, deixo a nossa solidariedade e reconhecimento. Eu que participei hoje dessa visita pude ter a oportunidade de agradecer aos companheiros da Vila Campesina, do MST, do MPA, do Levante Popular o gesto de solidariedade também, de protesto veemente contra o Judiciário brasileiro, que mantém aprisionado um cidadão honesto, um cidadão inocente, que tanto bem fez pelo País, porque tem medo, na verdade, de que o Lula uma vez candidato possa vencer as eleições no primeiro turno e novamente governar o nosso País.

Lula livre. Lula Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Bolsonaro) - Enquanto o Deputado Zé Geraldo se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria ocupar a tribuna neste momento para fazer um registro da nossa convenção que aconteceu neste fim de semana lá em Rondônia, no domingo, com o Democratas, PSDB, PSD, PRB e Patriotas, que foi uma grande festa.

Aqui está a Deputada Mariana Carvalho, que preside o PSDB no Estado de Rondônia, eu presido o Democratas, o Expedito Netto, Deputado Federal, preside o



PSD, o Deputado Federal Lindomar Garçon preside o PRB e o Ismael preside o Patriotas. Foi um momento de festa, em que nós tivemos indicado e homologado o nome do Ex-Senador Expedito Júnior para Governador do Estado de Rondônia e o nosso nome homologado para concorrer ao Senado Federal.

Eu queria falar da alegria de haver promovido esse evento no nosso Estado e também agradecer a cada um dos rondonienses que participaram daquele momento democrático que foi na verdade uma grande festa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Bolsonaro) - Prezados Deputados que chegaram agora, eu vou explicar a dinâmica que estou adotando. A gente está seguindo aqui a lista segundo o Regimento Interno. Entre um orador e outro, nós estamos permitindo 1 minuto para a fala dos colegas. Há muitos colegas que querem falar 1 minuto. Há aqui uma lista para quem deseja falar 1 minuto.

Agora, pela ordem, após o Deputado Zé Geraldo, há 1 minuto para o Deputado Roberto de Lucena, depois, retorno à lista, que tem a Professora Dorinha Seabra Rezende, Afonso Motta, Zenaide Maia, Arnaldo Jordy, Hildo Rocha e Pompeo de Mattos. Enquanto S.Exas. se dirigem à tribuna, haverá oradores para falar por 1 minuto. Estou alternando entre um e outro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem em todo o Brasil, nesse domingo próximos passado, o Partido dos Trabalhadores fez uma grande festa, uma grande convenção, uma convecção apaixonada, em que nós decidimos e oficializamos em



convenção o nome do nosso Senador Paulo Rocha como pré-candidato a Governador do Pará e o meu nome como pré-candidato a Senador pelo PT do Pará.

Nós assistimos já de segunda feira para cá brigas, inclusive pelos vídeos de pré-candidatos a Senadores que não puderam ser Senadores numa convenção, de Deputados que não podem ser candidato e que estão querendo ser Senadores numa outra convenção. Já se iniciou uma grande briga entre a coligação liderada pelo PMDB no Pará e a coligação liderada pelos Democratas e PSDB no Pará. São sujeitos falando dos mal lavados, é isso que está acontecendo.

Nós queremos aproveitar essas eleições no Pará para apresentar um programa, um plano de Governo a um povo que precisa que o Estado organize políticas públicas para melhorar a vida de todos, daqueles que moram nas áreas urbanas, daqueles que moram nas áreas rurais. Precisamos apresentar uma proposta de Governo que permita o povo pensar que é possível combater a violência naquele Estado.

Não existe lugar nenhum no mundo em que se mata tanto, em que se assalta tanto, em que se faz tanta gente chorar, tanta gente sofrer, como no Estado do Pará, principalmente, na região metropolitana.

Nós vamos nos comprometer a melhorar o ensino público no Pará principalmente ensino médio, que é um dos piores do Brasil. Mas não é com menos professores é com mais professores. Nós vamos escrever no nosso plano de Governo e, ao ganharmos as eleições, nós vamos pagar o Piso Nacional do Magistério a todos os professores e professoras daquele Estado, porque o Governo atual não paga.



Nós precisamos ter políticas que geram emprego. No Pará, somente os grandes projetos ganham e têm subsídios.

O ouro do Pará vai embora e não se paga 1 real de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, como o minério de ferro. São mais de 4 bilhões de reais que o Estado deixa de arrecadar, dinheiro que poderia servir para cuidar do nosso povo.

Vamos propor um programa de trafegabilidade rural e urbana, não esses de véspera de eleição. É um asfaltinho para cá, um asfaltinho para lá, que muitas vezes não aguenta 6 anos, 7 anos e está se desmanchando, é o chamado “asfalto sonrisal”. Os asfaltos que foram feitos há 5, 6, 8 anos a maioria já não é mais asfalto, tem que arrancar e fazer de novo.

Essas eleições não podem ser medidas por apenas um chequezinho moradia ali, uma emendinha acolá.

Deputados que aqui nesta Casa, Deputados do Pará, a grande maioria... Para ser bem prático, dos 17 apenas 3 votaram na Câmara dos Deputados a favor do povo: eu, Zé Geraldo, o Deputado Beto Faro, do PT, e o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, os outros votaram duas vezes para que o Temer não fosse investigado, para segurar esse Temer aí que está desgraçando este País. No Senado, os Senadores do Pará: o Senador Paulo Rocha votou contra a Lei de Limites de Gasto; os Senadores do MDB e do PSDB votaram a favor da Lei de Limite de Gasto, que é o passaporte para a escravidão.

Quero que os políticos do Pará, que mantiveram o Temer aí, que ajudaram a tirar a Dilma Rousseff, que votaram pela reforma trabalhista enganosa, que votaram para cortar o dinheiro dos programas, dissessem ao povo do Pará nessa campanha



por que as obras estão paradas? Por que o asfaltamento da Cuiabá-Santarém, da Transamazônica, não acontece mais? Por que a ponte do rio Xingu não começa em Belo Monte, no rio Xingu? Por que a ponte do rio Araguaia, em Xambioá e em São Geraldo, que o Temer pegou um avião aqui e foi lá enganar o povo, não inicia? Por que no Pedral do Lourenço as obras não iniciam? Porque são para fazer a nossa hidrovia de Marabá ao Porto de Vila do Conde, permitir que a navegação aconteça inverno e verão e assim muitas cargas, centenas de cargas que já estão pressionando as nossas rodovias possam ir por água ao Porto de Vila do Conde construído pelo nosso Governo, obra colocada no PAC. Os políticos têm que responder por que são a favor de acabar com a aposentadoria do nosso povo.

Agora eles estão indo lá atrás dos pescadores, porque começaram a pagar algum seguro defeso, foi colocado na Justiça e querem dizer que estão a favor dos pescadores.

Sr. Presidente, como é que um Senador e um Deputado Federal querem acabar com a aposentadoria do pescador e da pescadora, querem acabar com a aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural? Só não acabaram com isso porque nós não deixamos. Mas, se ganharem, eles querem colocar, ainda este ano — quem sabe? —, que o povo se aposente aos 69 anos, 70 anos.

E junta a Lei do Teto de Gastos Públicos, a reforma da Previdência — querem acabar com a aposentadoria do povo —, a reforma trabalhista. É o passaporte para a escravidão do povo brasileiro!

E agora aumentam o valor da energia. Digam ao povo: *“Mais 11% na conta da sua energia!”* E agora, quem é o culpado? *“Ah, não somos nós.”* Falem para o povo, vão para a tribuna, vão para a rádio, vão para a televisão! V.Exas. não têm



televisão no Estado inteiro? V.Exas. não têm jornais? V.Exas. não tem rádio? Há Deputado do Pará que chegou aqui sem nenhuma rádio e hoje é dono de 20 rádios só para falar besteira, para enganar o povo.

Falem, Deputados, em suas rádios no Pará, quem é o culpado dessa desgraça que está acontecendo no Brasil, quem é o culpado da violência! Falem! Traduza para o povo! V.Exas. não têm coragem.

Meus amigos, no Estado do Pará, quando o Lula e a Dilma governaram, um agricultor vendia um saco de farinha de mandioca de 60 quilos e comprava 3 botijões de gás de cozinha, 4 botijões, 5 botijões. Agora, em nenhuma região do Pará, um agricultor vende um saco de farinha de mandioca de 60 quilos e compra um botijão de gás. É verdade ou não é o que eu estou falando aqui? Um botijão de gás de cozinha custa, no Estado do Pará, entre 80 reais e 115 reais!

V.Exas. vão falar nas campanhas quem é o culpado disso? Se falarem, vão falar que é o Temer e o Alckmin, que vão disputar a eleição com o Lula. Mas V.Exas. não vão falar.

E para terminar, os culpados disso tudo, Presidente, têm nome: Temer e Alckmin. Quem estiver com Temer, assuma. Quem estiver com Alckmin, assuma! Assumam, tenham coragem, não sejam covardes, não sejam lobos vestidos de cordeiro!

No dia 15, nós estaremos com 50 mil pessoas, 100 mil pessoas, em Brasília, para dizer ao TSE: *“Registre o Presidente Lula, porque ele é o único líder deste Brasil, e o povo quer o Lula para voltar a colocar o Brasil nos trilhos”*.

Presidente, que o programa *A Voz do Brasil* divulgue o meu pronunciamento.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Falou o Deputado Zé Geraldo, pelo PT.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, por 1 minuto. *(Pausa.)*
S.Exa se encontra aqui? *(Pausa.)* Não.

Então, vou conceder a palavra à Deputada Janete Capiberibe, por 1 minuto. E o próximo orador, o Deputado Weliton Prado, já está na tribuna. Deputada Janete Capiberibe, V.Exa. quer falar por 1 minuto?

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Chegou aqui o ofício em que se pede a inscrição de V.Exa. nas Comunicações Parlamentares.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Então eu falarei nas Comunicações Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Com a palavra o Deputado Weliton Prado, por favor.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiramente, quero dizer que é fundamental aprovar e garantir a regulamentação do *marketing* multinível, um dos setores da economia que mais cresce no nosso País e precisa de uma segurança jurídica. É um projeto que já tem trabalhos nesta Casa, já há vários debates e precisa-se criar uma Comissão para que o projeto seja apreciado e seja votado. O *marketing* multinível é fundamental e urgente para garantirmos tranquilidade e legalidade nas atividades daqueles que atuam de boa fé.



Não se pode confundir *marketing* multinível com pirâmide. É totalmente diferente. Como é a pirâmide? A pirâmide financeira é uma promessa de lucro fácil, depende basicamente da entrada de mais pessoas, que precisam pagar para participar do negócio sem que o produto exista. E no *marketing* multinível existe o sistema de venda direta, exista a venda de um produto. A pessoa ganha por aquilo que vende, pelo trabalho.

Então, é muito importante aprovarmos a regulamentação do *marketing* multinível. Eu, inclusive, assumi um compromisso com várias pessoas, entendendo a importância disso, pois gera emprego, gera renda. É uma das atividades que cresce e está ajudando a aquecer a nossa economia. E é muito importante ter essa segurança jurídica e tem o meu apoio, o meu compromisso de lutar até o fim aqui, nesta Casa, para aprovarmos uma legislação garantindo a regulamentação do *marketing* multinível.

O outro ponto sobre o qual eu gostaria de falar é, mais uma vez, cobrar do Governo do Estado de Minas Gerais o pagamento para o Hospital São José e para os outros hospitais de Minas Gerais, cujos pagamentos estão atrasados.

O Hospital São José interrompeu suas atividades. Ele atende várias cidades do Pontal do Alto Paranaíba, mais de 300 mil pessoas e virou um caos total. É fundamental garantir o pagamento para que o Hospital São José possa funcionar e atender bem a população.

Nós já vimos cobrando há muito tempo. O Governo não pode cometer essa irresponsabilidade. Há um grande clamor por parte da população. É preciso fazer alteração do teto do SUS, o poder público municipal tem que assumir seu



compromisso também. Agora, não podemos deixar paralisar um hospital tão importante para Ituiutaba e para a região.

Então, faço aqui, mais uma vez, o apelo para o Governador. Se deve, tem que pagar! Que pague o Hospital São José o mais rápido possível. O Deputado Estadual Elismar Prado já cobrou, na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa. Estou aqui cobrando de novo.

Governador Pimentel, pague aquilo que deve! Pague os recursos na área da saúde, para que o Hospital São José possa atender a população de Ituiutaba e da região.

Gostaria que nosso pronunciamento fosse amplamente divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Perfeito, Deputado Weliton Prado.

Parabéns! Em 2016, todas suas emendas foram colocadas em hospitais do câncer e todas já foram liberadas, não é isso?

O SR. WELITON PRADO - É. Eu que queria agradecer. É um compromisso que tenho, enquanto estiver na vida pública, 100% dos nossos recursos na área da saúde serão destinados para os hospitais do câncer. Já foram mais de 20 milhões: 15 milhões para o Hospital do Câncer de Uberlândia, para comprar acelerador, fazer o quarto piso, ter a possibilidade de fazer transplante de medula óssea, além das vans para transporte de pacientes para várias cidades. E coloquei recursos de mais de 3 milhões também para atender todos os hospitais do câncer de todas as regiões de Minas Gerais, para custeio.



É um compromisso que tenho enquanto estiver na vida pública: 100% dos nossos recursos de emendas impositivas na área da saúde serão destinados para os hospitais do câncer de Minas Gerais, para atender todas as regiões de Minas Gerais, atendendo Patrocínio, Uberaba, Região Metropolitana, Montes Claros, sul de Minas, Zona da Mata, enfim, 100% das minhas emendas destinadas para todas as regiões do Estado de Minas Gerais, para combater o câncer, que tem cura. Tem que haver o diagnóstico e o tratamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Perfeito, Deputado Weliton Prado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a regulamentação do marketing multinível é fundamental e urgente para garantirmos tranquilidade e legalização das atividades daqueles que atuam com boa fé e dentro da lei.

É importante para diferenciar o marketing multinível da pirâmide financeira, que é ilegal no Brasil.

Infelizmente, esse trabalho que vem sendo realizado há décadas no Brasil com as redes de vendedores de porta em porta, tem sofrido com aqueles que querem enganar as pessoas com a promessa de lucro fácil.

No marketing multinível existe um sistema de venda direta, existe a venda de um produto. A pessoa ganha com aquilo que vende, com o trabalho.



Na pirâmide financeira, a promessa é de lucro fácil e depende basicamente da entrada de mais pessoas que precisam pagar para participar do negócio, e sequer existe produto.

Em outros países já existe a legalização e o Brasil precisa avançar na regulamentação do marketing multinível, que depende apenas dessa Casa que já possui estudos, discussões e trabalho avançado nesse sentido.

Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no noticiário *A Voz do Brasil*.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reiterar ao governo do Estado e ao Secretário de Saúde que autorizem o repasse imediato dos recursos devidos ao Hospital São José, em Ituiutaba, no valor de mais de 2 milhões de reais.

Estamos cobrando e alertando o governo há tempos que essa situação absurda e irregular poderia paralisar o atendimento à população e o cancelamento dos contratos dos médicos e trabalhadores da área da saúde.

A situação é grave e o governo do Estado precisa cumprir suas responsabilidades na pactuação da saúde e no repasse dos recursos devidos do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Hospital São José.

É impossível que a unidade, que já sofre como todos os hospitais filantrópicos com a tabela defasada do SUS, esteja há mais de um ano sem receber os repasses devidos pelo Estado, apesar de manter o atendimento à população.

Os hospitais filantrópicos, como o Hospital São José, são responsáveis por mais de 70% das internações pelo SUS. Ainda assim, enfrentam toda essa



difficuldade para realizar uma obrigação que é do Estado. O deficit mensal é de 300 mil reais.

Há programas que estão há mais de 17 meses sem repasses. Com isso, os hospitais vão se endividando, os trabalhadores da saúde não recebem os salários e a população enfrenta dificuldades em conseguir leitos e procedimentos. Os pacientes estão morrendo.

A unidade é o único hospital que atende a cidade de Ituiutaba, além de ser referência regional no Pontal do Triângulo, atendendo mais oito municípios da microrregião: Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiacu, e Santa Vitória.

Os médicos informaram a paralisação dos atendimentos de anestesia, cirurgia, pediatria, neonatologia, ginecologia e obstetrícia.

A situação é de verdadeiro caos e precisa de uma atuação urgente no cumprimento do direito constitucional à saúde e do princípio da eficiência administrativa, também previsto na Constituição.

Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no noticiário *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Enquanto a Sra. Deputada Janete Capiberibe se dirige à tribuna, concedo a palavra à Sra. Deputada Mariana Carvalho, por 1 minuto.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB-RO. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Gostaria de fazer um registro da nossa convenção que aconteceu no domingo, no dia 5, onde confirmamos a candidatura ao governo do Expedito Junior



pelo PSDB, e do vice-Governador, Maurício Carvalho. Registramos também a candidatura do nosso amigo, Deputado Marcos Rogério, ao Senado Federal. Quero aproveitar para registrar todo seu trabalho realizado aqui na Câmara.

Fizemos uma coligação para ajudar os nossos Deputados estaduais e Federais, junto com o PSDB, DEM, PRB, PSD e também o Patriotas. Tenho certeza que, com isso, vamos conseguir ter uma força e fazer com que tenhamos um resultado positivo durante esse período eleitoral.

Quero parabenizar e agradecer todas as pessoas que saíram de longe, de todos os locais do nosso Estado de Rondônia, do Cone Sul, dos distritos, para participar dessa linda festa. Realmente foi uma festa de alegria, um momento de confraternização, e principalmente de pessoas lutando pela diferença do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho, que está acompanhada por sua equipe de filmagem, composta pelo Deputado Marcos Rogério. Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Por conta da gentileza concedida pela Deputada Janete Capiberibe, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto de Lucena, por 1 minuto.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar meus cumprimentos à Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), pela inauguração da Faculdade de Medicina, no Município de Jaú, interior do Estado de São Paulo.



Foi uma luta muito grande para que esta conquista fosse concretizada, e ela se deu em função do esforço e da luta de várias pessoas comprometidas com esta bandeira.

Quero, de maneira especial, cumprimentar o prof. José Eduardo Creste; a Dra. Ana Cristina de Oliveira Lima; o Vice-reitor, Brunno de Oliveira Lima Anéas; o Pró-reitor Acadêmico; e também o Vereador Wagner Brasil de Barros, grande articulador desta conquista do curso de Medicina na Universidade UNOESTE, do Município de Bauru.

Parabéns, Jaú! Parabéns, UNOESTE! Parabéns, Estado de São Paulo! Todos ganham com esta importante conquista, que qualifica, prepara e forma médicos para servirem não apenas a Jaú, mas toda a região do Estado de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quinta-feira (02) de agosto, registrou-se um importante marco no município de Jaú, em São Paulo. Depois de longa espera, foi realizada cerimônia que inaugurou oficialmente a Faculdade de Medicina da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste).

O investimento na formação de novos médicos, a fim de que sejam capacitados com excelência e comprometidos com a ética e respeito na busca por cuidar, acolher e prestar atendimento de qualidade à sociedade é estratégico e inadiável.

Parabenizo, portanto, a Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), que completa em 2018, 46 anos de existência, cumprindo a sua missão - formando



novos profissionais para o mercado de trabalho, enriquecendo a mão-de-obra e o intelecto de milhares de brasileiros.

A parceria com o governo de Jaú, na pessoa do prefeito Rafael Lunardelli Agostini e do Vereador Wagner Brasil de Barros, e ex-secretário de Saúde do município de Jaú, reconhecida liderança que tanto se empenhou na luta para que o sonho dos Jauenses de poderem ver formados em sua cidade os médicos que atenderão a toda a região prioritariamente, foi extremamente bem sucedida..

Cumprimento a reitoria da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), na pessoa da Dra. Ana Cristina de Oliveira Lima e do Vice-reitor, Brunno de Oliveira Lima Anéas: assim como, o Pró- reitor Acadêmico, senhor José Eduardo Creste; o corpo docente da Faculdade de Medicina, em nome do coordenador do curso médico, Renato Felix; como também, deixo as minhas mais sinceras congratulações e votos de sucesso aos alunos da 1ª turma do curso de Medicina que são parte essencial dessa conquista.

Assim, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Voto, principalmente por reconhecer e saudar a todos os envolvidos para que esta vitória fosse alcançada, visando não apenas a melhoria do quadro da saúde no município de Jaú, mas em todo o estado de São Paulo e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Janete Capiberibe, do PSB, nas Comunicações Parlamentares.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vamos falar sobre a esperança para meu Estado do Amapá.



Esperança para vencer o abandono é o sentimento do povo do Amapá, de Sul a Norte, nos lugares onde passamos neste recesso.

O atual governo é o pior que o Amapá já teve. Falta energia para desenvolvimento econômico, como a indústria da pesca, impossível sem as fábricas de gelo. Dezoito mil mães foram cortadas do programa Renda para Viver Melhor, que as mantinha tranquilas para comprar suas refeições, para cuidar de suas crianças.

Dois mil e cem vigilantes foram demitidos, e as escolas estão sendo saqueadas. Servidores estão com salários parcelados há três anos, e estão sem reajuste há três anos também. E o que eles receberam agora não cobre nem a inflação. Em vez de fazer concursos, o Governo terceiriza e precariza os serviços.

As mulheres não têm exames preventivos na saúde pública. Pais e mães trabalhadores vivem a pior taxa de desemprego do País: 21% dos economicamente ativos. O dinheiro não circula, o comércio fecha as portas.

Faltam equipamentos e servidores na saúde pública. Nem as emendas com recursos garantidos são executadas. Obras executadas pelo Governo anterior, do Partido Socialista Brasileiro, foram abandonadas quando estavam a poucos meses de serem entregues, como a Maternidade da Zona Norte de Macapá. Enquanto isso, a Maternidade Mãe Luzia está superlotada. Faltam equipamentos e insumos básicos. Os servidores da saúde estão sobrecarregados. As transferências de recursos aumentaram, mas não se vê para onde foi o dinheiro.

A esperança dos amapaenses está na candidatura de Capi, lançado pré-candidato pelo povo do Amapá e confirmado, no sábado, na convenção estadual do Partido Socialista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores.



O Amapá quer recuperar o desenvolvimento sustentável que melhorou a economia e a vida dos amapaenses, pela valorização da cadeia produtiva da floresta, a castanha do Brasil, o açaí, a andiroba; da indústria moveleira; da pesca; dos micro e pequeno empresários; pelo acesso e difusão da tecnologia; pela expansão das escolas; pela implantação de cursos técnicos; pela recuperação dos serviços públicos, que o Governador fiscalizava pessoalmente. O Governador de que falo aqui é o Senador João Alberto Capiberibe, que foi Governador do Estado do Amapá.

A esperança levará o Amapá a um futuro melhor! Temos certeza disso, assim como temos fé em Deus!

O outro assunto, Sr. Presidente, que trago neste espaço que o meu partido me concede é que os estudantes indígenas — o Tanielson e a Braulina, e a liderança Junior Xukuru — denunciaram em audiência das Comissões de Direitos Humanos e de Educação, nesta terça, a suspensão do Programa de Bolsa Permanência pelo Governo Temer.

O Ministério da Educação diz que está tudo normal, mas alunos estão sendo obrigados a abandonar os cursos, porque não receberam a bolsa de 900 reais, que usavam para pagar aluguel, alimentação, transporte, material escolar.

A demanda é de cinco mil novas bolsas. O MEC abriu metade, mas, neste ano, não homologou nenhum cadastro nem pagou nenhuma bolsa.

Braulina Baniwa, estudante indígena da UnB, entregou um documento em que denuncia o corte e pede para reduzir a burocracia, a tutela e o preconceito institucionais, como se veem também nesta Casa, entraves para cortar direitos. Paralelamente, pediu o ingresso de estudantes indígenas e quilombolas nos



programas de estágios desta Casa. A proposta será formalizada pelas Comissões da Educação e de Direitos Humanos. O Ministro da Educação foi convidado, mas não veio. Vamos apresentar requerimento para convocá-lo desta vez.

Esta Casa precisa revogar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela investimentos e cujas consequências já são muito ruins. Imaginem em 20 anos! Esse congelamento de investimentos na educação é por 20 anos. Anular a PEC da Morte é a saída para retomar os serviços públicos e os direitos constitucionais à população.

A Bolsa Permanência, que garante a graduação da juventude indígena e quilombola, foi criada em 2013 para democratizar o acesso ao ensino superior, dando suporte financeiro aos estudantes indígenas, quilombolas e de baixa renda para concluírem os cursos universitários, já atendeu cerca de 7.300 indígenas, 2.600 quilombolas e mais de 6.000 estudantes carentes. Hoje, são 9 mil indígenas e 10 mil quilombolas inscritos, segundo o MEC.

Vamos reverter esse ataque do Governo Temer aos estudantes indígenas, quilombolas e carentes, cujas comunidades esperam a presença desses futuros profissionais, formados pelas universidades públicas brasileiras.

Sr. Presidente, eu passo ao terceiro assunto que vimos tratar neste espaço, que nos foi concedido pelo nosso Partido Socialista Brasileiro. No compasso da política recessiva e de privatizações do Governo Temer, o Governo do Amapá causou um desemprego de 21,5%, demitiu vigilantes, sucateou serviços, parcelou salários, não deu reajustes aos servidores.

Ele aumentou as tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá e da Companhia de Água e Esgoto do Amapá, piorou os serviços e agora, às escondidas,



diz que vai vendê-las, isto é, os amapaenses, além de pagar caro por um serviço ruim, vão perder o patrimônio que construíram durante décadas. Servidores e usuários vão ficar com o prejuízo de um empréstimo feito pelo Governo do Estado ao BNDES para estudos de privatização da Companhia de Água e Esgoto do Amapá.

Sras. e Srs. Deputados, a água não é mercadoria, é um bem comum da humanidade. É inaceitável a continuação de um processo desses para privatizar esse bem precioso para a população do nosso Amapá.

Sr. Presidente, nós não podíamos deixar de fazer um registro da Lei Maria da Penha, tem o nome de uma mulher que não se calou.

Ontem, a Lei Maria da Penha completou 12 anos de grande importância, uma conquista das mulheres e da sociedade brasileira. Ela obrigou o poder público a meter a colher na violência doméstica e tirá-la da invisibilidade e encorajou a sociedade a cobrar ações para reduzi-la. Mas ainda falta o poder público estruturar a rede de proteção para receber as denúncias, proteger as mulheres vítimas e ser mais célere nas punições.

Precisamos continuar mobilizadas para mudarmos esse modelo cultural e não aceitarmos a violência como algo normal.

Parabéns às mulheres e aos homens, que lutam pelo fim da violência contra a mulher, e a esta Casa, que há 12 anos aprovou esta lei.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

O meu muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito obrigado, Deputada Janete Capiberibe.

Durante o discurso da Sra. Janete Capiberibe, o Sr. Eduardo Bolsonaro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Amaral, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO DANIEL - Peço a palavra por 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Queria deixar registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação o nosso total apoio ao Movimento Quilombola de Sergipe, em nome de todas as lideranças, em especial dos quilombolas de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande. Ontem, durante o dia inteiro e a noite, eles fizeram uma mobilização na Superintendência de Patrimônio da União — SPU para que sua pauta seja atendida: a demarcação das áreas; hoje eles ocuparam o INCRA e estão em negociação.

Parabenizo a todos que estão apoiando a luta deles.

Eles sabem que contam com o nosso mandato na defesa da demarcação das terras quilombolas e do atendimento da pauta.



Parabenizo a todos pela luta e pelo compromisso em defesa das terras quilombolas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito obrigado, Deputado João Daniel.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar, pedir a divulgação na Voz do Brasil e prestar nosso total apoio à negociação entre a Secretaria Patrimônio da União - SPU, o Instituto de Colonização Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o movimento Quilombola.

Mais de 200 quilombolas ocuparam, ontem, a sede da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) em Sergipe, para reivindicar a posse de áreas já declaradas da União dentro do território quilombola Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande. Entre essas áreas estão a Fazenda Onça, a Ilha da Criminosa e outros 800 hectares que estão próximo à Resina.

Todas essas áreas estão localizadas dentro do território quilombola, no entanto estão sendo ocupada por particulares. Segundo os manifestantes, a SPU já realizou estudos e foi comprovado que são áreas da União, por isso os quilombolas as reivindicam.

Na noite de ontem (7), ao saírem da SPU, os quilombolas ocuparam o Incra. Na manhã de hoje, tiveram reunião, com superintendência do Incra. Como na reunião de ontem o Ministério Público Federal deu 15 dias para a SPU analisar os



documentos que o INCRA havia lhe entregue - os dois órgãos federais têm esse prazo para fazer análise e encaminhar ao MPF -, os ocupantes decidiram desocupar e aguardar esse prazo. Os quilombolas propuseram que, após esses 15 dias, a comissão e o movimento se reúna com a direção do Incra e SPU já no próprio MPF.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção pelo tempo de 1 minuto. Em seguida, falará a Deputada Erika Kokay.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui repudiar a declaração do General Mourão, que quer ser Vice-Presidente do Brasil, ao dizer que a indolência é herança do povo indígena e a malandragem é do povo negro.

Isso é uma falta de compreensão do que é este País, uma falta de compreensão do que é a população negra e a população indígena. Acho que ele deveria respeitar a população indígena e a população negra.

O que nós estamos vendo no Brasil, cada vez mais, ultimamente, um conjunto de preconceituosos que utilizam da política para pregar divisão no Brasil, com muita raiva e muito ódio.

Eu não sou malandro! Sou negro e não sou malandro! Tenho orgulho de ser negro neste País e vou lutar cada vez mais para reafirmar a política para o povo negro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - De ofício, peço ao sistema de comunicação da Câmara que transmita o seu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, algumas candidaturas, na minha opinião, devem ser repudiadas pelo que representam. Não se trata só de atraso econômico e social, mas sim da promoção do racismo, do machismo e de preconceitos que não devem sequer ser tolerados na nossa sociedade.

Nesse sentido, repudio com veemência a declaração de General Mourão, anunciado como candidato a vice-presidência em uma das chapas registradas. Ao afirmar que “temos uma herança da idolência, que vem da cultura indígena” e de que a “mandrangem é oriunda do africano”, tal pessoa recorre a teses já superadas de afirmação do racismo e de convicções acerca da cultura indígena que são reprováveis.

Frases como essa, somadas a declarações que afirmam a não existência do racismo no Brasil, ou mesmo a delegação de um papel às mulheres de subserviência, reforçam discursos de ódio e o fascismo. Em alguns casos, demonstram certo desvio de caráter, ao tentar promover na política situações de caráter absurdo, como forma de agitação e se escondendo por trás de cargos parlamentares.

Racismo é crime! Violência contra a mulher também é crime! Não toleraremos qualquer manifestação neste sentido.

Senhor/a Presidente/a, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado na Voz do Brasil e demais veículos da casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay pelo tempo regimental.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Deputado Valmir Assunção e o Deputado João Daniel trazem as pautas de um passado que ainda está tão presente na nossa contemporaneidade.

Penso que o Brasil não fez o luto nem do colonialismo nem da escravidão, tampouco fez o luto da ditadura. Pedacos desses períodos traumáticos, que se caracterizam por uma profunda desumanização, estão na nossa contemporaneidade.

Esses pedacos de um processo negam o outro e desumanizam. Porque acreditar que os negros trazem a malandragem ao Brasil e que os índios trazem a indolência significa não considerar a nossa brasilidade, que é indígena e que é negra.

Por isso, há a discussão sobre os quilombos. Agora no Quilombo Mesquita — acabamos de fechar uma audiência pública acerca disso — o INCRA tentou reduzir em 80% o território já delimitado e já identificado como um território quilombola.

Agora, quem está lá? Está lá uma fábrica ou uma empresa que tem como um dos sócios o Sr. José Sarney. Quem está lá? Está lá ou quer estar lá uma empresa que tem parentes ligados a vários Parlamentares e que quer instalar um condomínio de luxo na terra que é o povo brasileiro, na terra de quilombola.

E, amanhã, o Supremo decide acerca do abate ritualístico. Se negar e criminalizar o abate ritualístico, em que o animal é abatido e alimenta o povo que ali está, para além do alimento espiritual, vai se estar criminalizando os povos tradicionais de matriz africana. Espero que Supremo siga a Constituição quando fala da liberdade de credo.

Por fim, venho aqui para dizer que, enquanto este País tiver um preso político, porque Luiz Inácio Lula da Silva está preso sem provas e sem crimes, nós vamos ter



a noção exata de como o golpe beija os nossos rostos e como o fascismo acha que pode perambular e pode, incluir, por faixa presidencial. O fascismo estufa o peito e acha que pode carregar uma faixa presidencial! A faixa presidencial vai ser colocada no peito Luiz Inácio Lula da Silva.

Encerro meu pronunciamento me solidarizando com seis representantes dos movimentos sociais que estão no nono dia de greve de fome. Deixam de comer para que todos tenham vida, e tenham vida em abundância, e para que este País volte a ter segurança alimentar, como teve no Governo Lula. E terá, seguramente, no próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A nossa solidariedade!

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Bolsonaro, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSL. S.Exa. dispõe do tempo regimental de 3 minutos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se Jair Bolsonaro for eleito, ele vai dar terra aos quilombolas. Totalmente a propriedade. Os quilombolas vão parar de ser reféns de partidos políticos.

E eu adoro que eles nos processem. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque essas pessoas que eles dizem representar, os negros, elas é que vão testemunhar a nosso favor. Podem aguardar.

A sociedade está cansada dessa divisão, em que sempre surge um político aproveitador, dizendo-se o defensor dos negros, o defensor das mulheres. A sociedade está toda dividida. É para isso, Deputado Delegado Éder Mauro, que serve UNE, UBES, MST, Levante Popular da Juventude.



Esse caso agora não foi com as mulheres não. É porque a mulherada do grelo duro está fazendo vigília lá em Curitiba.

Mas, Sr. Presidente, eu vim aqui para falar de um caso que está ocorrendo na Internet, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Em 2016, algumas dezenas de páginas conservadoras foram derrubadas no Facebook, páginas com milhões de seguidores: Revoltados On Line; Bolsonaro Zuero; Bolsonaro Opressor; e diversas outras.

Recentemente, houve o caso do MBL — Movimento Brasil Livre no Facebook também e algumas outras páginas (*ininteligível*). Agora, é a vez do Twitter. Twitter derrubou centenas — não foram mais de dezenas: foram centenas — de páginas conservadoras em sua rede social. E quando nós olhamos para o lado da Esquerda, nada acontece, tudo normal. E pior: se você entrar agora no Twitter do Comando Vermelho e de diversas outras facções criminosas, verá que elas seguem lá, continuam.

O Twitter argumenta que está exigindo agora um número telefônico para ser associado à conta do Twitter. Mentira. Muitos Já colocaram telefone e as suas contas continuam bloqueadas. E eu falo que é uma perspectiva mundial, porque nos Estados Unidos o Infowars, do Alex Jones, foi derrubado não só no Twitter, mas também no Youtube e no Facebook.

Sr. Presidente, há alguns meses atrás, depois daquela fatídica audiência pública no Congresso norte-americano em que o Senador Ted Cruz colocou na sua frente o CEO do Facebook, o dono do Facebook, Mark Zuckerberg, não restam mais dúvidas. Depois daquela cara de paisagem dele, parecendo até uma criança querendo esconder para a mãe que roubou um doce na escola, todo mundo sabe



que o patrulhamento do politicamente correto está em cima da Direita, Deputado Delegado Éder Mauro, em cima dos conservadores.

E nós que achávamos que a Internet ainda era um local livre, um local que estava dando oxigenação na política. As pessoas não precisavam mais pedir: “*Por favor, jornal, publique a minha carta do leitor*”. Não. Hoje em dia, elas podem abrir a sua própria concorrência a qualquer meio de comunicação apenas colocando uma conta no Twitter ou no Facebook.

É uma pena, Sr. Presidente, uma lástima, que o Twitter esteja se aproveitando disso para fazer direcionamento político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

De ofício, peço que o discurso seja publicado em todos os meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo 1 minuto à Deputada Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Enquanto isso, eu convido o Deputado Afonso Motta para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. Perdão. Convido o Deputado Adelson Barreto para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nesse sábado, dia 4, o PSB e o PT do Amapá fizeram a convenção estadual, uma festa da democracia que lotou a quadra da escola Azevedo Costa, em Macapá. Lideranças populares e políticas confirmaram João



Capiberibe ao governo. Capi é a vontade do povo para renovar a esperança, o trabalho e o desenvolvimento. Lidera, isoladamente, a primeira pesquisa registrada.

Com muita gratidão, recebo eu também a candidatura ao Senado, para ser, com o apoio de cada cidadão e cidadã do meu Estado, a primeira mulher amapaense eleita para o Senado da República, junto com nossos candidatos e candidatas a Deputados e Deputadas Federais e Estaduais, comprometidos com a dignidade e o bem estar do povo do Amapá.

A esperança reacende no coração dos amapaenses!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço a divulgação desta minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito bem. Deferido o seu pedido, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar o aniversário da Lei Maria da Penha. No Distrito Federal, há um crescimento absurdo e injustificado do feminicídio que atenta contra a nossa humanidade.

Nós tivemos recentemente três casos de feminicídio no Distrito Federal e atingimos um número de mulheres mortas no primeiro semestre equivalente ao número que se atingiu durante todo o ano anterior.

Há ausência de políticas públicas. A Casa da Mulher Brasileira está fechada. Nós não temos políticas para que as mulheres possam romper o ciclo de violência. Neste momento, o fascismo está tão sem modéstia que acha inclusive que pode



criar uma pós-verdade, dizendo que o que foi dito não foi dito, é outra coisa. Não há dúvidas de que o que foi dito pelo candidato a Vice-Presidente é um atentado contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Eu chamei a Professora Dorinha Seabra Rezende, que não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra à Deputada Zenaide Maia. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Rocha. *(Pausa.)*

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

Também não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Angelim. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado JHC para fazer uso da palavra pelo tempo regimental



O SR. JHC (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna na tarde de hoje para tratar mais uma vez do preço dos combustíveis no Brasil.

Ao me debruçar sobre os gargalos que temos no nosso País, encontrei a Resolução nº 43, da ANP, art. 6º, que proíbe a venda direta de etanol.

Surpreendi-me ao ver também que hoje nós temos três distribuidoras que controlam a distribuição dos combustíveis no Brasil. Enfrentamos um *lobby* dessas três distribuidoras: a BR, a Raízen, que é da Shell, e a Ipiranga.

Nós nos aprofundamos no tema e chegamos a investigações. Essas distribuidoras estão controlando preços antes mesmo de chegar aos postos de combustíveis.

Nós fomos a sindicatos, a postos e a toda a rede que protege os consumidores brasileiros e chegamos à conclusão de que há uma forte organização, um oligopólio dessas distribuidoras na distribuição dos combustíveis no Brasil.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós nos deparamos com a operação Margem Controlada. Essa operação foi feita pelo Ministério Público do Estado do Paraná e pela Polícia Civil, a quem parablenho por, de forma efetiva e contundente, atacar o controle da venda de combustíveis especialmente em Curitiba.

Então, essas três distribuidoras dos 400 postos praticamente controlam a distribuição de 70% desses postos.

O quê acontecia por lá? A distribuidora fica, por localidade, inclusive na cara-de-pau, colocando motoboys para pressionar donos de postos de combustíveis, controlando o preço, ou seja, controlando a margem antes mesmo de chegar ao posto, inclusive obrigando os donos de postos tirarem fotos e enviar o quanto estão



cobrando pelo combustível. Então, controlam o preço do combustível, contra a livre iniciativa, contra a livre concorrência, contra o direito de todos nós, consumidores. E aí, ficam lá nessa fiscalização, para controlar, essa ordem ilegal que parte das distribuidoras.

Então, essa operação que foi feita em Curitiba pode ser imitada pelo Brasil todo. Nós estamos propondo uma CPI para investigar as distribuidoras no Brasil para poder, de uma vez por todas, lançar luz sobre algo que é questionável, que é feito de forma criminosa, o oligopólio e o controle dos combustíveis no Brasil. Nós precisamos acabar com esses atravessadores, que têm encarecido o preço dos combustíveis no Brasil, têm controlado praticamente os preços dos combustíveis no Brasil, têm prejudicado todos os brasileiros e também porque há um estranho alinhamento da Agência Nacional do Petróleo com as próprias distribuidoras.

Nós já contamos com 62 assinaturas e esperamos também, na próxima semana, durante o esforço concentrado, colher outras tantas para que a gente possa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Para concluir, Deputado.

O SR. JHC - ...investigar, de uma vez por todas, o cartel, o oligopólio, essa máfia que estão querendo estabelecer no Brasil, das distribuidoras no controle dos preço dos combustíveis através da distribuição dos combustíveis, antes mesmo de chegar aos postos.

Sr. Presidente, Deputado André Amaral, gostaria que meu discurso fosse registrado nos meios de comunicação da Câmara e também no programa *A Voz do Brasil*.



Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - O seu pedido está deferido, conforme o Regimento.

Quero dizer que na Comissão de Defesa do Consumidor há uma Subcomissão, proposta por nós, justamente para acompanhar essa situação. E a CPI que V.Exa. propõe, tenho certeza, vai trazer grandes resultados para o consumidor final de combustível no Brasil.

O SR. JHC - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Gostaria de convidar o Deputado Pompeo de Mattos, para fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Gostaria de convidar o Deputado Roberto de Lucena, que abriu mão anteriormente para que o Deputado JHC pudesse falar.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados são dois os registros que eu preciso fazer nesta oportunidade.

O primeiro diz respeito à próxima semana quando há a expectativa de que no esforço concentrado se aprecie a matéria que discutirá aqui a lei do ISSQN, que precisa ser regulamentada.

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para a importância de que nós aprovemos, nesta regulamentação, uma regra, uma transição que não sacrifique, que não impeça os municípios, e aí sobretudo aqueles municípios que estão sofrendo perdas com a nova lei do ISSQN, como Poá, no Alto Tietê, na Grande São Paulo, por exemplo, que perde quase 40% do seu orçamento, da sua arrecadação com essa lei. É necessário, é importante que este Congresso Nacional não deixe



para trás nenhum brasileiro, não deixe para trás, inclusive, os brasileiros de Poá, porque nós precisamos estar ao seu lado e ao lado da administração para garantir a transição e a continuidade dos serviços oferecidos à população.

Também o registro, Sr. Presidente, de que nós, ontem, comemoramos 12 anos da Lei nº 11.340/2006, que é a Lei Maria da Penha. Infelizmente, nesta mesma data, lá em São Paulo, no meu Estado de São Paulo foi feito da soldado da Polícia Militar, Juliane dos Santos Duarte, de 27, ela que não foi morta por ser mulher, não foi morta por ser negra, mas foi morta pelo ofício, pelo exercício da profissão que era a de policial militar.

Neste momento, quero me solidarizar com sua família, me solidarizar com toda a corporação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que chora a perda de mais uma profissional de seus quadros, que dedicou a vida pela segurança para proteger a sociedade. Infelizmente, quando se apresentou como policial numa periferia do ABCD de São Paulo, foi cruelmente assassinada.

Eu lamento também, Sr. Presidente, que não tenho visto aqui no plenário manifestações de repúdio, que mostram a posição deste Congresso Nacional, inclusive de todas as correntes partidárias em relação à morte da policial Juliane dos Santos Duarte. Não se tratava de uma militante política, de uma ativista política, tratava-se de uma policial militar.

Para concluir, quero registrar o meu lamento, a minha solidariedade à família, a minha preocupação de não ver este Plenário se manifestando, de não ver o Brasil se manifestando como em episódios anteriores e diferentes deste que ocorreu nesta semana.



No dia em que se comemorou 12 anos da Lei Maria da Penha, uma mulher, uma negra da periferia de São Paulo, foi sepultada porque foi brutalmente assassinada.

Condeno esse acontecimento, assim como também todo tipo de violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência que acontece dentro de casa, dentro da família, que ainda é uma das vergonhas da sociedade brasileira, um desafio a ser vencido e superado por todos nós.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Eu que lhe agradeço, Deputado Roberto de Lucena.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Gostaria de convidar o Deputado Angelim para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

Não estando neste plenário, gostaria de convidar o Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Fábio Trad. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Floriano Pesaro. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*



Tem a palavra o Deputado Paulão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Felipe Bornier. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Professor Victório Galli. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcos. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcondes Gadelha. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Convido o Deputado Raimundo Gomes de Matos para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, em reunião realizada na Federação da Agricultura do Estado do Ceará, presidida pelo nosso estimado Flávio Saboya, foi-me solicitado para aqui fazer uma articulação e debatermos o novo Manual de Crédito Rural, editado pelo Banco Central. Conversei hoje na Comissão de Agricultura para que possamos debater esse assunto, tendo em vista que o novo Manual de Crédito Rural torna facultativa a presença do engenheiro agrônomo, não considerando mais necessária a presença do engenheiro agrônomo no processo de contratação do crédito rural.

Sr. Presidente, o engenheiro agrônomo é indispensável, é imprescindível para que haja o desenvolvimento sustentável da agricultura em nosso País. Nós estamos



tendo um grande desenvolvimento, principalmente no agronegócio, e a ausência do engenheiro agrônomo gera instabilidade. Excluir ou limitar a presença do engenheiro agrônomo na elaboração e execução dos projetos é colocar a segurança alimentar e ambiental do povo brasileiro em risco iminente.

Neste momento a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, ao lado da Confederação Nacional da Agricultura e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, faz uma solicitação para que haja a revisão e a readequação necessária desse Manual de Crédito Rural, a fim de que possamos garantir a sustentabilidade, o bom desempenho e a evolução da agricultura do nosso País.

Então, nós nos posicionamos contrários a essa edição, do modo como está, do Manual de Crédito Rural editado pelo Banco Central, que faz com que não seja necessária a presença do engenheiro agrônomo na hora de elaborar, de executar os projetos.

Queremos também ressaltar, Sr. Presidente, que esta Casa e o Senado aprovaram no ano passado a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nós, inclusive, fazemos parte da Frente Parlamentar de Assistência Técnica e Extensão Rural. E é de suma importância fazermos com que, através da ANATER, seja possível, efetivamente, junto aos Estados, aos Municípios, a presença do técnico agrícola. Em muitas comunidades da agricultura familiar, em vários assentamentos, em vários projetos da agricultura, é necessária a presença do técnico agrícola, para que ele possa fortalecer, apoiar, orientar aquela comunidade, orientar aquela população.



Então, nesse momento nós estamos nessa luta para que também o Governo Federal dê apoio aos Estados e aos Municípios, a fim de que possam contar com a presença do técnico agrícola.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Walter Alves. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Leonardo Monteiro pelo tempo regimental

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui manifestar, mais uma vez, a minha indignação contra a reforma política que foi aprovada aqui nesta Casa no ano passado, em 2017, no mês de julho, encaminhada por esse Governo golpista que está aí, com a grande maioria dos votos do Plenário.

Como Deputado, eu votei contra, porque naquela época nós já tínhamos uma previsão de que a reforma trabalhista é uma lei contra a classe trabalhadora, é uma lei contra este País, e que provoca um desarranjo entre o capital e o trabalho, e, sem dúvida nenhuma, nós estamos vendo agora as consequências dessa reforma trabalhista aprovada por esse esquema de Governo golpista instalado no nosso País. Nós estamos vendo no País inteiro o prejuízo de todos os trabalhadores e trabalhadoras.



Mas eu queria destacar aqui, Sr. Presidente, sobretudo em Minas Gerais, o sindicato dos trabalhadores de postos de gasolina, frentistas que são liderados pelo SINTRAPOSTO e a federação que acompanha a categoria, que estão há mais de 1 ano, quase 2 anos, lutando para poder acertar um acordo coletivo entre a classe trabalhadora dos frentistas, trabalhadores de postos de gasolina, e os representantes do setor empresarial, das distribuidoras e dos postos de gasolina.

E não se consegue chegar a um acordo devido à arbitrariedade dos representantes do setor patronal, alicerçados nessa reforma trabalhista danosa à classe trabalhadora.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio ao SINTRAPOSTO, ao sindicato dos trabalhadores frentistas e funcionários de postos de gasolina, nesse momento importante que eles estão atravessando, de encontrar um dificuldade muito grande de negociação com o setor patronal em Minas Gerais, alicerçado, mais uma vez quero afirmar aqui, nessa legislação trabalhista, que é uma legislação que veio para desestabilizar o sindicato, enfraquecer os sindicatos e colocar os trabalhadores nessa situação de instabilidade e insegurança.

Quando a gente encontra todos os trabalhadores frentistas que trabalham em postos de gasolina em Minas Gerais, vemos como eles estão preocupados porque não sabem quando será o seu reajuste. Por isso, deixo aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio.

Quero colocar mais uma vez o nosso mandato à disposição, para que a gente possa cada vez mais transformar esta tribuna daqui da Câmara dos Deputados numa tribuna em defesa da classe trabalhadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE - (André Amaral) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (André Amaral) - Convido a Deputada Erika Kokay para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. (*Pausa.*)

Ausente S.Exa., convido o Deputado Subtenente Gonzaga para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer um alerta aos Comandantes das Polícias Militares, aos Comandantes das Forças Armadas, aos Chefes da Polícia Civil e da Polícia Federal, em relação ao direito ao voto em trânsito que foi consagrado na reforma política de 2015, através da Lei nº 13.165.

Ao longo dos anos, nós todos reivindicávamos como direito sagrado dos policiais, especialmente, os militares, o direito ao voto em trânsito, sob a premissa de que não há eleição sem Polícia Militar, não há eleição sem que a Polícia Militar faça a condução das urnas, faça a proteção da seção eleitoral. Nenhum de seção eleitoral inicia os trabalhos se não tiver a garantia da segurança e da Polícia Militar.

No entanto, pelo modelo de urna eletrônica, pelo modelo da legislação, que só permitia o voto em trânsito para Presidente da República, esses profissionais ficavam impedidos de votar, e votar é um direito.

Mas nós conseguimos inserir na Lei nº 13.165 esse direito, e essa legislação criou a obrigação para que esses Comandantes, esses Chefes, de informar, com no mínimo 45 dias de antecedência, a Justiça Eleitoral onde escalarão os seus policiais, no caso da Polícia Militar. Portanto, não é uma opção do Comandante, não é uma opção do Chefe da Polícia, mas é a obrigação de que eles informem a Justiça Eleitoral onde vão escalar esses profissionais, para que a Justiça Eleitoral possa



fazer aquilo que tecnicamente é chamada transferência transitória do domicílio eleitoral. Lá eles poderão exercer o direito ao voto assim como todo cidadão, e essa é uma alteração dessa legislação, poderá votar em trânsito nos Municípios com mais de 100 mil eleitores. Até 2015, só se podia votar para Presidente da República, agora se pode votar também para Deputado, Senador, para Governador.

Um segundo ponto nestes poucos segundos que me restam. Quero falar da necessidade de que este Plenário possa votar em regime de urgência o projeto que eu relatei na Comissão de Constituição e Justiça que recupera um equívoco que este Plenário cometeu quando da edição da Lei nº 13.654. Essa lei cuidou de tornar mais gravoso, de qualificar o roubo praticado com arma de fogo. Mas, ao fazer isso, tirou a qualificadora da arma branca.

Nós conseguimos reinserir isso no texto do Projeto nº 414 e precisamos votar aqui no plenário com urgência, porque muitas pessoas que foram condenadas já estão recorrendo à Justiça, dentro do princípio da retroatividade da lei penal, que beneficia o réu, para poderem, inclusive, se livrar da cadeia. Pessoas que estão cumprindo pena ou pessoas que estão sendo julgadas que têm, pela legislação anterior, a qualificadora de uso de arma, mas não por essa legislação que nós aprovamos, que é uma legislação necessária, que pretendia agravar o roubo com arma de fogo. Era um absurdo ter a mesma pena quem praticava o roubo com o uso de uma faca e aquele que praticava o roubo com uso de fuzil, como é o caso dos arrombamentos de caixas eletrônicos. Portanto, era necessário fazer isso.

Mas tanto o Senado quanto a Câmara, apesar de tudo, cometeram esse erro e retiraram a qualificadora do uso da arma branca ou tecnicamente chamada arma imprópria. E isso realmente está sendo danoso.



Eu tive hoje uma audiência no STJ com Ministros e conversávamos sobre o desafio deles de, com essa nova legislação, terem de analisar inclusive pedidos de soltura de presos, porque a qualificadora foi retirada.

Eu tenho convicção de que o Projeto nº 414, de autoria do Deputado Rubens Bueno e que relatei na CCJ, recupera isso. Nós já temos um requerimento de urgência e esperamos que possamos fazer essa votação antes das eleições, porque isso trouxe, de fato, um transtorno para aplicação da legislação Justiça no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aliel Machado pelo tempo regimental.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que nos acompanham pelas redes sociais e também pela *TV Câmara*, quero novamente deixar o meu repúdio à continuidade dos desmandos que acontecem neste Governo Temer.

É impressionante a insensibilidade que este Governo tem com aqueles que mais precisam de atendimento do Poder Público.

Estamos recolhendo agora resultados catastróficos de uma administração de uma visão de mundo, de uma condução econômica que está aumentando a tragédia social no Brasil, que já é enorme.

Estamos colhendo o aumento do índice de mortalidade infantil por causa da condução da política econômica.

Estamos colhendo, neste momento, a diminuição das pessoas que procuram a Justiça do Trabalho, porque a reforma trabalhista proibiu que o humilde, o trabalhador — o pedreiro, a empregada doméstica — procure os seus direitos.



Essas pessoas estão sendo coagidas, essas pessoas correm o risco de ter que pagar ao próprio patrão, porque não têm direito sequer de procurar a Justiça para que seja feita a reparação. E o resultado de tudo isso, além de prejudicar essas pessoas, é vermos que o emprego não voltou. Temos mais de 1 ano dessa maldita reforma e continuamos com o desemprego em alta. Além disso, os empregos que possuímos estão precários, as pessoas perderam os seus direitos, basta olhar o que dizem os órgãos especiais que fazem essa constatação.

O que mais me preocupa de tudo isso são as pessoas mais humildes sendo afetadas diretamente no seu direito fundamental, que é o direito à vida.

Uma reportagem publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, no mês de maio, disse que até o ano de 2030 deveremos ter no Brasil 20 mil mortes a mais de crianças, porque o Temer prefere priorizar os banqueiros, porque o Temer prefere entregar o nosso petróleo às petrolíferas internacionais, porque o Temer prefere negociar a venda da Renca da Amazônia. O pior de tudo foi a aliança que ele faz nesta Casa, são os acordos que ele fez aqui com aqueles que se entregaram, com aqueles que se venderam em troca de um recurso a mais, de uma emenda a mais, de um cargo a mais. É uma vergonha que será cobrada agora nas ruas pelas pessoas, que será feita agora a análise pelo cidadão de bem, pelo cidadão que está indignado com essa política suja, antiga e atrasada que não podemos aceitar mais.

Todas às vezes que tivermos oportunidades estaremos aqui para denunciar esses desmandos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leonardo Monteiro pelo tempo regimental.



Antes, porém, tem a palavra a Sra. Deputada Carmen Zanotto, que disporá de 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 10, ou seja, na próxima sexta-feira, a Associação dos Municípios da Região Serrana — AMURES, vai completar 50 anos de serviços prestados ao conjunto dos Municípios da serra catarinense. A AMURES instituiu o primeiro Consórcio Público de Saúde, o primeiro Consórcio Intermunicipal de Saúde, o Consórcio Serra Catarinense – Cisama.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, em especial no Programa *A Voz do Brasil*, parabenizando todos os ex-presidentes da AMURES, o conjunto de servidores e os Municípios da região serrana que crescem em função do associativismo, crescem em função do fortalecimento da Associação dos Municípios da Região Serrana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Deputada Carmen Zanotto, defiro o pedido de V.Exa., conforme o Regimento determina, que todos os veículos de comunicação sejam atualizados e que o seu pronunciamento seja encaminhado ao Programa *A Voz Do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como parlamentar de Santa Catarina e da Serra Catarinense, quero destacar o aniversário de uma das instituições municipalistas mais antigas de Santa Catarina, a Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES. A entidade completa no dia 10 de agosto 50 anos de fundação. Sua



história está intimamente ligada a emancipação de vários municípios e ao desenvolvimento regional.

Nosso trabalho como parlamentar representante também da região serrana está comprometido com as demandas da instituição e de seus municípios.

Composta por uma equipe técnica qualificada, a Associação dos Municípios da Serra Catarinense tem entre seus propósitos, o fortalecimento das administrações públicas, defender e reivindicar os interesses regionais e promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental da região.

No trabalho que presta e desenvolve com as prefeituras, a Amures foca seus atos no campo administrativo para que esteja sempre nos limites da lei, colocando, assim, a gestão pública mais perto da sociedade. E desta forma desenvolve inúmeras ações desde projetos até capacitações que a tornam uma das associações de municípios mais dinâmicas de Santa Catarina.

Foi dentro da Amures que nasceram projetos pioneiros e modelo para o Estado como o Consórcio Intermunicipal de Saúde, o Consórcio Serra Catarinense – Cisama e a Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos – Adrel.

Por meio de indicação de emendas contribui com a criação de Centrais de gerenciamento de resíduos sólidos que contemplam a maioria dos municípios da região, contribuindo também com o saneamento básico. Ainda indiquei recursos para o Consórcio de Saúde, que são utilizados para a realização de cirurgias eletivas e exames. Diminuindo a fila de espera.

Parabéns a Amures e a todos os seus colaboradores que contribuem efetivamente para o desenvolvimento da Serra Catarinense.



Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Quero cumprimentar os visitantes que estão no plenário e nos prestigiam, nesta tarde, nesta sessão não deliberativa da Câmara dos Deputados. Muito nos honra a presença de vocês aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Convido o Deputado Leonardo Monteiro para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero comunicar que, nesse final de semana, todos os partidos fizeram as suas convenções partidárias. No nosso caso, o Partido dos Trabalhadores realizou uma grande convenção, um grande processo de discussão... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Está tudo bem, Deputado?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - É a minha garganta.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Eu queria pedir que recomponham o tempo do Deputado, por favor.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão. Houve, nesse final de semana, as convenções partidárias de todos os partidos políticos. O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, realizou um grande processo de discussão democrática. Como candidato à Presidência da República foi indicado o nosso companheiro e ex-Presidente Lula; e como candidato a Vice-Presidente da República, o ex-Prefeito de São Paulo Fernando Haddad. É a chapa Lula-Haddad para representar a vontade do povo brasileiro.



Nós estamos andando em Minas Gerais, em todos os cantos, todos os grotões, nas cidades pequenas, nas cidades grandes. Estamos percebendo que há uma grande vontade de todos os mineiros e mineiras de eleger Lula, para que ele reconstrua o nosso País, recupere o nosso País, coloque o nosso País na linha do desenvolvimento, gerando-se emprego e renda. Há grande expectativa não só em Minas Gerais, mas em todo o nosso País.

Por isso, eu queria, também neste momento, trazer a nossa solidariedade, o nosso apoio aos 8 grevistas que estão em greve de fome, aqui em Brasília, há mais de 9 dias. Eles reivindicam a libertação do preso político Lula, que está preso por uma decisão política, e não jurídica, até porque, se fosse uma questão jurídica, o Lula não estaria preso. Os tribunais têm afirmado que, se o Lula desistir da candidatura, ele será solto. Eu quero trazer a nossa solidariedade, o nosso apoio a essas lideranças dos movimentos sociais que representam, neste momento, aqui em Brasília, a vontade do povo brasileiro, exigindo a libertação do Presidente Lula.

Parabéns a todos vocês!

Lula é inocente!

Lula livre!

Lula Presidente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Muito bem, Deputado Leonardo Monteiro. Ficam registradas as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Eu queria aproveitar este momento em que estou na Presidência desta Mesa para registrar que, na última semana, estive em São Paulo, no congresso da Associação Nacional das Empresas de Transportes



Urbanos — NTU e pude verificar que investir em mobilidade urbana significa investir na qualidade de vida das pessoas, a começar pelos motoristas, que ficam horas sentados, presos no trânsito, com horários a cumprir, tomados pelo estresse e cansaço.

Os ônibus transportam 70% da população e ocupam 20% do espaço viário. Oferecer faixas exclusivas para o transporte público e coletivo proporciona às pessoas que utilizam esse meio de deslocamento mais tempo com suas famílias e amigos.

Pasmem! Há mais de 25 anos, não existe uma política pública por parte dos Governos que invista em mobilidade urbana. Isso reflete diretamente no caos do trânsito que enfrentamos diariamente nas cidades brasileiras.

Isso precisa ser mudado, pois além de qualidade de vida, investir na mobilidade urbana significa também diminuir os custos com a saúde, visto que somente 1% dos acidentes de trânsito são causados pelo transporte público, são causados por acidentes com ônibus.

Então, minha participação nesse congresso da NTU — Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos — deixou muito claro que não basta cobrarmos somente das empresas concessionárias de transporte público eficiência e qualidade nos seus carros e equipamentos. É importante deixarmos claro que é fundamental a participação dos Governos com construção de terminais de transbordo, terminais de integração, vias amplas e exclusivas para os ônibus, para que possamos fazer com que as cidades andem mais rápido, com que o trânsito seja diminuído e assim ofereçamos qualidade de vida à população para que ela possa voltar a usar o transporte público coletivo, que precisa ser cada vez mais



eficiente e trazer de volta os passageiros para dentro dos ônibus brasileiros, dos ônibus nas grandes cidades.

Então, esta é a impressão que ficou da nossa participação no Congresso da NTU.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VALADARES FILHO (PSB-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta Tribuna para expressar ao País o sentimento de desânimo que aflige os sergipanos. Isso se deve ao fato de o governo estadual abandonou a população, o atual governador é desaprovado por mais de 80% da população, um dos maiores índices de rejeição verificados no Brasil.

Mas essa rejeição não veio de uma hora para outra; reflete a falta de zelo e até mesmo o desleixo do governante em campos estratégicos como educação, saúde, infraestrutura viária, crescimento econômico, geração de emprego e renda. Todas essas áreas foram afetadas pelo desgoverno dos anos recentes.

Começando pela questão da educação, vemos que Sergipe está entre os Estados com o maior índice de analfabetos da Região Nordeste; e, em âmbito nacional, ocupa a quinta posição com maior índice de iletrados de todo o Brasil. Esse é o maior indício do atraso: como pode haver crescimento econômico, se não há valorização da educação? A educação precisa ser prioridade, em todos os níveis, mas com atenção especial para educação básica; pois sabemos que a empregabilidade de nossos cidadãos depende do grau de instrução, desenvolvimento científico e tecnológico.

Quando buscamos um diagnóstico da saúde, identificamos que o atual



governo também tem deixado muito a desejar: faltam medicamentos; há filas gigantescas nos corredores do hospital de urgência; péssimo atendimento nos hospitais regionais; uma superlotação que revela a ausência de ações da atenção básica à saúde; aquisição de motos e ambulâncias que não têm condutores; R\$ 15 milhões de reais aplicados em um centro administrativo para a saúde; R\$ 130 milhões mensais para pagamento a servidores comissionados. Por outro lado, falta de insumos básicos para coleta, transporte e exames rotineiros de saúde. Sem falar que os recursos efetivamente empregados em saúde são inferiores ao mínimo exigido por lei. São aplicados 10,24%, enquanto a lei determina que deve ser, ao menos, 12%. Em suma, a prova de que não tem havido prevenção de doenças. Tanto há falta de planejamento quanto é ineficiente a gestão.

Para sanar esses graves problemas, se faz necessário fazer uma auditoria imediata nas contas da área de saúde, pela Controladoria do Estado, solicitando a contribuição do Tribunal de Contas e até mesmo do Ministério Público.

É preciso identificar os problemas e resolvê-los. Mas não basta acertar as contas com o passado. É preciso construir o futuro com zelo pelos recursos públicos, com o devido funcionamento dos conselhos de saúde previstos em lei; cumprimento das normas do SUS; informação *on line* a respeito de licitações, contratos, empenhos e pagamentos. Para a gestão, profissionais especializados, devidamente recrutados entre os excelentes quadros de que o Estado de Sergipe já dispõe.

A segurança pública é outro exemplo do descaso do governo com a população sergipana. Só no ano passado foram mais de três mil carros roubados. Até julho deste ano, já são mais mil e oitocentos carros roubados; o nosso Estado



ainda registra o menor índice de recuperação entre todos os estados da federação, menos de 40% - dados do Sindicato dos Corretores e do Detran Sergipe.

Sergipe é, de acordo com as estatísticas, o Estado mais violento do Brasil: segundo o Atlas da Violência, em 2016, 1.465 homicídios; uma média de 4 mortes por dia; essa taxa de homicídios é de 64,7%, enquanto que a do Rio de Janeiro é de 36,4%. E reparem que aquele Estado se encontra sob intervenção federal, devido à falta de segurança.

Entendo que segurança não se resolve apenas com força policial, mas principalmente com prevenção, com proteção aos jovens, com políticas do Estado. É preciso ter uma atenção especial a segurança, mas de maneira ampla, como fez a cidade de Medellín na Colômbia, e a Ciudad de Juárez, no México: ações sociais, incentivo à educação, combate efetivo ao uso de drogas, reforço do empreendedorismo; geração de emprego e renda; apoio ao esporte e à cultura. Medidas assim reverteram a criminalidade nessas cidades, que, hoje, estão entre as mais seguras do mundo.

É necessário que se crie um comitê de segurança pública, liderado pelo governador, com a presença dos secretários de todas as pastas de alcance social e as de segurança pública, para que seja estabelecidas ações e metas e monitorar os resultados; a polícia deve ser colocada mais perto da comunidade, retirando os policiais de atividades administrativas; é preciso dar ênfase à recuperação e à estruturação das delegacias metropolitanas; e também apoio aos plantonistas, nas unidades do interior. Deve ser feita uma redistribuição mais eficiente do nosso efetivo, tanto da polícia militar quanto da polícia civil. Além disso, deve-se buscar recursos para investir firmemente no uso de tecnologia, de inteligência artificial, para



fazer o videomonitoramento nas divisas com outros estados; e também nas regiões de maior violência. Deve-se ainda investir em estrutura para as polícias e na capacitação dos nossos policiais, bravos profissionais que, com muita coragem, vêm enfrentado a violência nas ruas.

Para enfrentar essa situação, é preciso fazer parcerias com as diretorias das escolas estaduais, fortalecer os investimentos em programas de combate ao uso de drogas e violência no entorno das escolas, medida que ataca diretamente o maior de todos os problemas que é o envolvimento dos jovens na criminalidade. Ocupar os jovens com educação em tempo integral, criar programas de incentivo a prática de esportes e oferecer acesso à cultura e as artes, criando uma visão de cidadania e protegendo nossas crianças, adolescente e jovens da violência e da bandidagem que tem destruído as famílias e provocado sofrimento a toda população. Violência se combate com ação estratégica imediata e de maneira ostensiva, mas principalmente com proteção e prevenção.

A insegurança não tem vindo só da criminalidade, pois as estradas são chamadas de rodovias da morte, devido ao péssimo estado de conservação em que se encontram. O governo em uma medida eleitoreira começou recentemente com uma obra de tapa buraco, obra que não resistirá à primeira chuva. Iremos investir fortemente em infraestrutura viária, que é a condição para outros desenvolvimentos.

Sergipe hoje amarga perdas imensas, com uma gestão despreparada, que provocaram uma tremenda crise financeira. Em razão disso, Sergipe foi o segundo Estado a registrar a maior queda no PIB: 11,8%, de acordo com a revista Exame. Claro que tal queda provocaria o desemprego. O governo teve a proeza de perder 25 mil vagas de trabalho nos últimos 3 anos e meio.



Sergipe registra um altíssimo índice de desemprego, com mais de 178 mil pessoas desempregadas; está entre os cinco estados com maior índice de desemprego do país. Esses dados são da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD).

A primeira coisa a fazer será o saneamento das finanças do Estado, de tal modo que possa superar essa situação vexatória, que é o atraso sistemático dos salários dos servidores públicos; servidores que não têm tido nem a recomposição salarial da inflação; quanto menos qualquer reajuste.

Para enfrentar essa situação, é preciso um governo forte que tenha articulação e criatividade para atrair empresas dos diversos segmentos para o Sergipe. É preciso de um plano de ação estratégico, em parceria com a iniciativa privada, visando a atrair empreendimentos de setores estratégicos; isto é, atrair não somente indústrias, mas também empresas de tecnologia e *call centers* por exemplo; é preciso fortalecer a cadeia de distribuidores oferecendo apoio e políticas voltados à implementação de polos logísticos. Enfim, é preciso melhorar o ambiente de negócios para estimular nossas micro e pequenas empresas a investirem. Para isso, há programas federais; e também o Banese, que tem um papel imprescindível no fornecimento de crédito para os pequenos empresários. Só conseguiremos sair dessa crise a que fomos levados, se tivermos um olhar moderno, atento e ágil para atrair empreendimentos importantes, pensando o futuro de uma forma diferente e isso trará como consequência o aumento do nosso PIB e a geração de emprego e renda.

É preciso que se articule com o próximo presidente da República para retomar investimentos importantes na nossa cadeia de petróleo e gás; captar



recursos para investir em ações diretas do Governo, especialmente na construção civil, gerando emprego e renda. Mesmo diante da crise que aflige o Brasil, há muitos estados que continuam crescendo ou que enfrentam crises moderadas, porque fizeram o seu dever de casa, agiram com responsabilidade e cuidaram do dinheiro público, atraíram investimentos do setor privado, ofereceram uma agenda propícia ao desenvolvimento e com isso equilibraram os resultados negativos da crise nacional. E é assim que faremos, com responsabilidade, com atenção ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e das micro e pequenas empresas voltaremos a ter nosso Sergipe forte, crescendo acima dos demais estados do Nordeste e gerando emprego e renda para nossa gente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna para defender a necessidade premente de protegermos as florestas nacionais, desafio que só será enfrentado com sucesso se investirmos na excelência da formação dos nossos engenheiros florestais.

Por esta razão, por acreditar na absoluta relevância desta causa, destinei parte dos recursos das emendas parlamentares a que tenho direito para a reforma e ampliação do laboratório do Curso de Engenharia Florestal do Campus de Sete Lagoas da Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais.

Senhoras e Senhores, foi-se o tempo em que as sociedades tinham que enfrentar o dilema entre preservar florestas e produzir alimentos. Graças aos estudos desenvolvidos em empresas de pesquisa agropecuária e nas academias do Brasil e do mundo, chegou-se a um novo modelo, em que estas duas demandas,



absolutamente necessárias e legítimas, se associam e se complementam.

Hoje, sabe-se que o futuro da agricultura está na agrofloresta, um sistema de produção que combina espécies arbóreas lenhosas, como frutíferas ou madeiras, com cultivo agrícola de grãos e leguminosas. Nessa forma de uso da terra, imita-se o que é encontrado na natureza, na qual o solo está sempre coberto pela vegetação, com muitos tipos de plantas juntas, o que dispensa o uso de agrotóxicos, porque o sistema evita naturalmente as pragas e as doenças.

A agrofloresta é, na verdade, uma forma ancestral de cultivo, que só em anos recentes desenvolveu-se como ciência. Ela representa uma tomada de consciência, por parte dos profissionais ligados à agricultura, de que é urgente superar o impasse surgido entre a necessidade de alimentar uma população mundial cada vez maior e de preservar recursos naturais valiosos para a manutenção do equilíbrio climático do planeta.

Não faz sentido, do ponto de vista ecológico, termos, de um lado, áreas de proteção permanente, onde nenhum alimento pode ser produzido, e, de outro, vastas terras destinadas à monocultura. A agrofloresta é uma alternativa de proteção ambiental, mas também uma reserva de segurança alimentar. As árvores conservam água, enriquecem o solo e dão sombra, tornando desnecessário o uso de fertilizantes para suprir a falta de nutrientes.

E engana-se quem duvida que esse sistema seja capaz de produzir alimentos em grande escala. Ao contrário, já há empresas multinacionais concluindo que a agricultura não deve ser negócio para grandes produtores, mas para os pequenos, para agricultura familiar.

É o caso da Coca-Cola, parceira da ONG Imaflora na oferta de apoio técnico



para a adoção de sistema agroflorestais a centenas de famílias do município de Presidente Figueiredo, na Amazônia, que produzem o guaraná comprado pela multinacional.

Senhor Presidente, nobres Colegas, sabemos que a substituição dos gigantescos latifúndios ocupados por monoculturas pelas agroflorestas cultivadas por pequenos produtores não vai acontecer da noite para o dia. As mudanças de paradigmas são processos lentos, mas acreditamos que, neste caso, esta mudança não só é inexorável como será pressionada pela própria natureza, pelo esgotamento do atual modelo.

Os ecossistemas brasileiros são muito ricos, porém não estão imunes a um colapso causado pela ação humana. Desde o início da nossa história, imensas áreas de todos os biomas nacionais têm sido desmatadas para a implantação de formas de cultivo totalmente alheias à dinâmica natural desses biomas, e não tardará o dia em que teremos que pagar uma alta conta por este processo.

Senhor Presidente, nobres Colegas, está na hora de fazermos o caminho de volta para a natureza, substituindo técnicas tradicionais de agricultura pela busca de uma convivência harmoniosa e criativa entre as espécies, substituindo o desmatamento indiscriminado por um sistema em que cada espécie vegetal tenha sua função natural respeitada e utilizada com a dupla finalidade de produzir alimentos e manter as características naturais do ecossistema em que estiver sendo cultivada.

Quero, pois, saudar todos os engenheiros florestais, agrônomos, cientistas e produtores dedicados à pesquisa e ao aperfeiçoamento dos nossos sistemas agrícolas. E reitero o meu compromisso de continuar fazendo o possível, no âmbito



das minhas competências, para que o Brasil continue sendo um líder mundial em inovação no setor.

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de divulgação da Casa Legislativa e no programa Á Voz do Brasil.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma pesquisa da Sociedade Brasileira de Mastologia em parceria com a Rede Brasileira de Pesquisa em Mastologia revela que as brasileiras não estão fazendo a mamografia na idade recomendada e oferecida pelo SUS, entre 50 e 69 anos.

A cobertura do exame no ano passado foi a mais baixa nos últimos cinco anos. Eram esperadas 11,5 milhões de mamografias e foram realizadas apenas 2,7 milhões, uma cobertura de 24,1%, bem abaixo dos 70% recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O coordenador da pesquisa, Ruffo de Freitas Junior, diz que as regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam as menores coberturas no país. Ele falou que a dificuldade para agendar e realizar a mamografia ainda é o principal motivo para o baixo número de exames, além da triste realidade encontrada nos hospitais com equipamentos quebrados e falta de técnicos qualificados para operá-los.

Segundo o INCA estamos diante de um grave declínio que reflete o cenário caótico do câncer de mama no país, e se forem convertidos esses números em valores, o estudo mostra que o governo federal investiu apenas R\$ 122,8 milhões dos R\$ 510,7 milhões previstos para atender ao número esperado de mulheres nessa faixa etária, a que mais acomete as mulheres com o câncer de mama.



O presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Antônio Frasson, enfatiza que a entidade preconiza a realização da mamografia anualmente para todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade. Ele fala que, se fôssemos ampliar a abrangência do estudo, o cenário seria ainda bem mais complexo.

Os dados referentes ao número de exames realizados em 2017 foram coletados do Sistema de Informações Ambulatorial (SIA) do DATASUS. Já o número de exames esperados foi calculado de acordo com o número de mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos e as recomendações do INCA para rastreamento bienal. Para o cálculo do número de exames esperados considerou-se 58,9% da população alvo, tendo em vista as recomendações do INCA.

O oncologista Gilberto Amorim, da Oncologia D'Or, lembra que a mamografia ainda é o método mais eficaz para detectar precocemente o câncer de mama. “O exame de rastreio é primordial”, comenta. “É óbvio que é importante a mulher conhecer o próprio corpo e a qualquer sinal de anormalidade ela deve procurar o médico, mas o que salva mais vidas é a mamografia.”

A mamografia pode detectar até nódulos pequenos (não verificados no autoexame) e reduzir em mais de 30% as mortes por câncer de mama, que é um dos tipos de tumores malignos mais comuns e que causa mais óbitos. É um exame radiológico feito com um aparelho de raio X chamado mamógrafo. Ele não é recomendado antes dos 25 anos porque nessa idade a mama é mais suscetível à radiação. Porém, para aquelas mulheres que possuem casos de câncer de mama em parentes de primeiro grau, o risco pode ser maior e a mamografia pode começar a ser feita 10 anos antes do caso mais precoce entre os familiares que tiveram a doença.



Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Quero reiterar ao governo do Estado e ao Secretário de Saúde que autorizem o repasse imediato dos recursos devidos ao Hospital São José, em Ituiutaba, no valor de mais de 2 milhões de reais.

Estamos cobrando e alertando o governo há tempos que essa situação absurda e irregular poderia paralisar o atendimento à população e o cancelamento dos contratos dos médicos e trabalhadores da área da saúde.

A situação é grave e o governo do Estado precisa cumprir suas responsabilidades na pactuação da saúde e no repasse dos recursos devidos do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Hospital São José.

É impossível que a unidade, que já sofre como todos os hospitais filantrópicos com a tabela defasada do SUS, esteja há mais de um ano sem receber os repasses devidos pelo Estado, apesar de manter o atendimento à população.

Os hospitais filantrópicos, como o Hospital São José, são responsáveis por mais de 70% das internações pelo SUS. Ainda assim, enfrentam toda essa dificuldade para realizar uma obrigação que é do Estado. O deficit mensal é de 300 mil reais.

Há programas que estão há mais de 17 meses sem repasses. Com isso, os hospitais vão se endividando, os trabalhadores da saúde não recebem os salários e a população enfrenta dificuldades em conseguir leitos e procedimentos. Os pacientes estão morrendo.



A unidade é o único hospital que atende a cidade de Ituiutaba, além de ser referência regional no Pontal do Triângulo, atendendo mais oito municípios da microrregião: Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiaçu, e Santa Vitória.

Os médicos informaram a paralisação dos atendimentos de anestesia, cirurgia, pediatria, neonatologia, ginecologia e obstetrícia.

A situação é de verdadeiro caos e precisa de uma atuação urgente no cumprimento do direito constitucional à saúde e do princípio da eficiência administrativa, também previsto na Constituição.

Solicito que o meu pronunciamento tenha ampla divulgação no noticiário *A Voz do Brasil*.

O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje aqui para felicitar as cidades aniversariantes Pirapora do Bom Jesus, Votuporanga, Socorro e Pereira Barreto que completam mais um ano de história e de colaboração para o crescimento do nosso Estado. Aproveito a oportunidade para também reforçar o meu compromisso com cada uma delas.

No dia 06 de agosto, Pirapora do Bom Jesus completou 293 anos. Gostaria de parabenizar, na pessoa do ex-presidente do PR municipal Rodrigo da Silva Brito e do atual presidente do PR municipal Alessandro Strambeck da Costa, todos os habitantes desta cidade que encanta todos os que a visitam. Famosa pelas romarias que recebe, ficando atrás somente de Aparecida no número de pessoas que a visitam anualmente. É cortada pelo Rio Tietê que atravessa o centro velho da cidade e o ponto forte de sua economia é o turismo.



Hoje, 08 de agosto, Votuporanga está em festa comemorando seus 82 anos. Na pessoa do prefeito Dado, da primeira dama Mônica Pesciotto de Carvalho, do vice-prefeito Renatão, do presidente do PR municipal Jorginho, do ex-vereador Pedro Beneduzzi e dos vereadores Rodrigo Beleza, Daniel David, Dr. Ali e Missionária Edinalva Azevedo, apresento minhas congratulações a todos os moradores desta importante cidade da região administrativa de São José do Rio Preto, considerada polo da indústria moveleira no estado. No turismo é referência também como um dos melhores carnavais do estado de São Paulo.

Socorro festejará 188 anos dia 09 de agosto. Parabenizo na pessoa do vice-prefeito e presidente do PR municipal, Edelson Cabral Teves, todos os socorrenses. O município é uma das Estâncias Turísticas do estado e sua economia tem como base o turismo ecológico e de esporte de aventura, o setor de confecções, agricultura e pecuária.

Dia 11 desse mês é Pereira Barreto que faz 90 anos. É com grande satisfação que parabenizo, na pessoa do prefeito Joãozinho, do presidente do PR municipal Junião, do vereador Dega e dos ex-vereadores Salomé e Laerte Venâncio, todos os moradores desta importante cidade.

Com o título de Estância Turística, a cidade que no passado teve a agropecuária como ponto forte, reinventou-se com enorme potencial turístico após a formação do lago da hidrelétrica de Três Irmãos, no rio Tiete.

Por fim, aproveito essa oportunidade para reforçar o meu compromisso com toda a população Pirapora do Bom Jesus, Votuporanga, Socorro e Pereira Barreto. Contem sempre com o meu empenho, a minha dedicação e todas as Frentes Parlamentares que presido. O meu mandato está à disposição e o meu gabinete de



portas abertas!

Parabéns a todos!

Muito obrigado!

VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 9 de agosto, às 14 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quinta-feira, dia 9 de agosto, às 9 horas e 5 minutos, em homenagem aos Sessenta Anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)